

# **Poder & Política** em perspectiva

**Fernanda Rios Petrarca**  
**Saulo Vinicius Souza Barbosa**  
**Wilson José Ferreira de Oliveira**  
organizadores



Editora UFS

# **PODER & POLÍTICA**

## **em perspectiva**

Fernanda Rios Petrarca  
Saulo Vinicius Souza Barbosa  
Wilson José Ferreira de Oliveira  
organizadores

Editora UFS  
São Cristóvão - SE

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

### **REITOR**

Valter Joviniano de Santana Filho

### **VICE-REITOR**

Rosalvo Ferreira Santos

## **EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

### **COORDENAÇÃO DO PROGRAMA EDITORIAL**

Maíra Carneiro Bittencourt Maia

### **COORDENAÇÃO GRÁFICA DA EDITORA UFS**

Luís Américo Silva Bonfim

### **CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA UFS**

Alisson Marcel Souza de Oliveira

Ana Beatriz Gracia Costa Rodrigues

Carla Patrícia Hernandez Alves Ribeiro César

Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso

Fernando Bittencourt dos Santos

Flávia Lopes Pacheco

Jacqueline Rego da Silva Rodrigues

Luís Américo Silva Bonfim

Maíra Carneiro Bittencourt Maia (Presidente)

Petrônio José Domingues

Renata Ferreira Costa Bonifácio

Yzila Liziane Farias Maia de Araújo

### **REVISÃO**

Ana Rita de C. Souza

### **CAPA E PROJETO GRÁFICO**

Ícaro Lopes

### **EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**

Carlos Gabriel Paiva Galvão

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

P742

Poder & política em perspectiva [recurso eletrônico] / Fernanda Rios Petrarca, Saulo Vinicius Souza Barbosa, Wilson José Ferreira de Oliveira, organizadores. – São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2022.

283 p. : il.

e-ISBN: 978-65-86195-69-9

1. Poder (Ciências sociais). 2. Ciência política. 3. Política pública. 4. Movimentos sociais. I. Petrarca, Fernanda Rios, org. II. Barbosa, Saulo Vinicius Souza, org. III. Oliveira, Wilson José Ferreira de, org.

CDU 32



Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"

CEP 49.100-000 – São Cristóvão - SE.

Telefone: 3194 - 6922/6923. e-mail: [editora@ufs.br](mailto:editora@ufs.br)



CC BY NC SA

Obra selecionada e publicada com recursos públicos advindos do Edital 001/2020 do Programa Editorial da UFS.

© 2022 Autor. Direitos para esta edição cedidos à Editora UFS. Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma. Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009.

- Apresentação\_8

## ◆ Seção I - Grupos políticos e elites dirigentes em Sergipe

- Capítulo 01 – Alianças políticas e grupos dirigentes: das parentelas às redes de relações sociais\_14
- Capítulo 02 – Política e representação nas mídias sociais: um estudo sobre práticas eleitorais digitais\_46

## ◆ Seção II – Grupos profissionais: estratégias, de recrutamento e reconversão

- Capítulo 03 – O Processo de Profissionalização da Atividade Jornalística em Sergipe\_79
- Capítulo 04 – Perfis políticos: os usos dos recursos sociais e das habilidades políticas na formação do cargo de vereador\_107

## ◆ Seção III – Movimentos sociais e políticas públicas

- Capítulo 05 – Rotinização de ações contestatórias e a construção de lugares políticos: o caso do viaduto do DIA em Aracaju\_144
- Capítulo 06 – Perfil dos militantes estudantis à esquerda e espaços deliberativos do movimento estudantil universitário\_171
- Capítulo 07 – “Política das águas” e os comitês de bacia hidrográfica como instrumentos de descentralização do estado\_207
- Capítulo 08 – A participação de mulheres no movimento sindical e a divisão sexual do trabalho\_241
- Posfácio em forma de lembranças\_272
- Sobre as autoras e os autores\_279
- O LEPP na rede\_283

# Índice de figuras

Figura 1 - Parentela (diagrama).

Figura 2 - Parentela d'Os "Pebas".

Figura 3 - Parentela d'Os "Cabaús".

Figura 4 - Declaração de apoio à candidatura de Iran Barbosa.

Figura 5 - Recursos destinados aos municípios sergipanos por Iran.

Figura 6 - Adesivação em semáforo de Aracaju.

Figura 7 - "Roda de conversa" em associação de trabalhadores no interior.

Figura 8 - Maísa Mitidieri e seu pai, Luiz Mitidieri.

Figura 9 - Maísa Mitidieri e a "equipe 55".

Figura 10 - Propositura dos mandatos de Maria Mendonça.

Figura 11 - Maria Mendonça "olhando nos olhos" do eleitor.

Figura 12 - Nota de esclarecimento publicada por Maria Mendonça.

Figura 13 - Maria Mendonça participa de procissão.

Figura 14 - Kitty Lima no plenário da CMA.

Figura 15 - Kitty Lima colhendo assinaturas para abaixo assinado.

# Índice de figuras

Figura 16 - Kitty Lima demonstrando seu amor pelos animais.

Figura 17 - Terceira edição do Sarau Debaixo, dezembro de 2014.

Figura 18 - Registros da intervenção nas estruturas físicas do Viaduto do DIA.

Figura 19 - Protesto #Elenão convocado pelo coletivo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro, setembro de 2018.

Figura 20 - Ingresso na UFS.

Figura 21 - Ingresso no movimento estudantil.

Figura 22 - Idade e sexo.

Figura 23 - Tempo de dedicação ao movimento.

Figura 24 - Formas de atuação no Movimento Estudantil.

Figura 25 - Participação em coletivos.

Figura 26 - Participação em sindicat.

Figura 27 - Participação em ONG.

Figura 28 - Participação em partidos políticos.

Figura 29 - Participação em movimentos sociais.

# Apresentação

Esta publicação visa reunir alguns trabalhos resultantes de pesquisas (dissertações de mestrado e teses de doutorado) realizados no âmbito do Laboratório de Estudos do Poder e da Política da Universidade Federal de Sergipe (LEPP/UFS). Nesse aspecto, esta seleção apresenta uma contribuição significativa não só para a produção do conhecimento associado à sociologia política e às ciências sociais, de modo geral, como também para o aprofundamento da compreensão da dinâmica política e organização dos espaços profissionais no estado de Sergipe.

O LEPP/UFS foi fundado em 2007 pelo professor Dr. Ernesto Seidl. Atualmente, é coordenado pelos professores Fernanda Rios Petrarca e Wilson José Ferreira de Oliveira. Ele reúne estudantes da área de Ciências Sociais, contando com graduandos, mestrandos e doutorandos, além de pesquisadores doutores egressos da pós-graduação. Além disso, o LEPP é vinculado ao Departamento de Ciências Sociais (DCS) e aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Sergipe. Também está ligado a redes nacionais e internacionais de pesquisas, dentre as quais se destacam o projeto Circulação Internacional de Universitários e Redefinição do Espaço Cultural, que integra centros de pesquisa da França e do Brasil, e o Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, que agrega pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC) e da Universidade Federal de Sergipe (UFS).



Ao longo de seus 14 anos de existência (2007-2021), 193 trabalhos foram orientados e produzidos no laboratório. Esse conjunto de pesquisas abarca 12 teses de doutorado; 55 dissertações de mestrado; 23 trabalhos de conclusão de curso de graduação e 103 projetos de iniciação científica. Tudo isso mostra o comprometimento do LEPP com a formação de pesquisadores e pesquisadoras em todos os níveis da formação universitária.

O eixo comum desses trabalhos consiste na reflexão sobre os princípios de estruturação e nas dinâmicas de funcionamento do poder e de suas relações com gramáticas e práticas políticas diversificadas. Em linhas gerais, estes trabalhos buscam dar conta das condições e dos processos de recrutamento e seleção de atores e grupos diversificados (políticos, profissionais, militantes, culturais, religiosos, etc.); das suas estratégias de reprodução e consagração social; como também de apreender as gramáticas políticas e as lógicas práticas de suas intervenções em diferentes espaços sociais.

No laboratório, o debate em torno dessa problemática tem como base duas linhas de pesquisa. Uma delas consiste em analisar grupos profissionais (jornalistas, médicos, advogados, políticos, etc.), com o objetivo de examinar a importância da política nos conflitos e lutas profissionais; as relações entre profissões e política; as modalidades de inserção e exercício profissional e suas relações com formas de atuação e engajamento militante na defesa de causas públicas; os usos dos conhecimentos técnicos e profissionais na formulação e operacionalização de políticas públicas.



A outra linha diz respeito à investigação das dinâmicas de construção de causas e de operacionalização de ações públicas. Seu objetivo é apreender as condições, atividades e gramáticas políticas colocadas em prática nos eventos de protesto; nas dinâmicas de engajamento e atuação profissional em partidos políticos; nas formas de interação do Estado com movimentos sociais diversificados; nos processos de elaboração e implementação de ações e políticas públicas.

Como dito, os capítulos que compõem esse livro são oriundos de pesquisas realizadas por pesquisadores do LEPP em suas dissertações de mestrado ou teses de doutorado. Eles foram dispostos em três eixos temáticos fundamentais.

O primeiro reúne trabalhos que discutem – a partir da bibliografia especializada – a *dinâmica de estruturação dos grupos políticos e das elites dirigentes em Sergipe*. O primeiro capítulo, de Fernanda Petrarca e Wilson Oliveira, mostra como o conceito de parentela constitui uma importante contribuição heurística aos estudos dos grupos dirigentes no Brasil, à medida em que nos permite apreender o papel central que desempenha os laços sociais e o sistema de alianças nas dinâmicas de composição e de recomposição desses espaços. Já o segundo capítulo, de Saulo Barbosa, analisa o uso das mídias digitais por políticos profissionais durante as eleições de 2018 em Sergipe. A pesquisa mostra que essas ferramentas foram mobilizadas na construção de um vínculo de identidade entre a candidatura e seu eleitorado. Além disso, constatou que seu uso ocorreu de forma integrada com práticas eleitorais *offline*.



No segundo eixo, estão os estudos que versam sobre *as formas de organização, estratégias de recrutamento e reconversão profissional*, com ênfase para os estudos das carreiras nos espaços profissionais específicos. A pesquisa de Alex Menezes de Carvalho, no capítulo três, analisa o processo de profissionalização do jornalismo em Sergipe. Tal processo resulta em uma relativa do jornalismo em Sergipe, visto que este campo permanece conectado às demais esferas sociais, em especial a da política, com a qual se liga a partir de redes de relações pessoais. *Que papéis desempenham os recursos sociais e as habilidades do ofício da política na formação do cargo de vereador? Fagner Bonfim, no quarto capítulo, busca dar conta dessa problemática. O trabalho mostra como a combinação dos diferentes recursos e habilidades engendram diferentes perfis de vereadores.*

Por fim, o último eixo traz pesquisas que se voltam para os *processos de engajamento e as gramáticas de construção de causas e ações públicas*. Assim, o quinto capítulo, de Jonatha Vasconcelos, analisa a ocupação do espaço público enquanto repertório de ação contestatória, tomando como referência empírica as ações de um coletivo ocorridas após os protestos de junho de 2013, debaixo de um importante viaduto da capital sergipana. O capítulo seguinte, de Adrielma Silveira, aborda o perfil dos militantes estudantis da esquerda na universidade e suas relações com os espaços deliberativos do movimento estudantil universitário. A autora mostra que os espaços deliberativos não representam, na universidade, a pluralidade de movimentos estudantis e de estudantes sem vínculos de militância.



O sétimo capítulo, de Mayara Nascimento, analisa o processo de reforma do Estado a partir dos comitês de bacias hidrográficas e seu papel na descentralização da gestão dos recursos hídricos no Brasil. Por fim, no oitavo capítulo, Verônica de Barros Santos tem como objeto a participação de mulheres em sindicatos da categoria dos técnico-administrativos em educação, que atuam nas universidades públicas brasileiras. Considerando que a representação nos sindicatos, assim como nos partidos políticos, foi tradicionalmente dominada pelos homens, a pesquisa teve como objetivo apreender as condições de acesso e de permanência de mulheres no movimento sindical.

Com esta publicação, desejamos não só reunir uma amostra de mais de uma década de trabalho, mas principalmente dar um retorno à sociedade brasileira e, em especial, à sociedade sergipana. O LEPP acredita que não basta produzir conhecimento, mas que é essencial disseminá-lo. Só assim é que as pessoas poderão dele se apropriar e fazer uso. Tornar os frutos de seu trabalho acessível na forma de um e-book é, portanto, uma maneira do laboratório cumprir sua função social. Com esse espírito, desejamos a todas e a todos uma excelente leitura!

Os organizadores.



**SEÇÃO I -**  
**Grupos políticos**  
**e elites dirigentes**  
**em Sergipe**

# CAPÍTULO 01

## Alianças políticas e grupos dirigentes: das parentelas às redes de relações sociais<sup>1</sup>

Fernanda Rios Petrarca  
Wilson José Ferreira de Oliveira

### 1. Apresentação

O estudo dos grupos dirigentes – entendido aqui como o estudo dos grupos que ocupam uma posição dominante, em termos de definição e distribuição de recursos, em diferentes espaços sociais – constituiu-se como uma importante área de investigação e objeto legítimo de pesquisa que suscitou divergentes interrogações nas Ciências Sociais. Representante de uma longa tradição nas ciências sociais, o estudo das elites é marcado pela variação no uso do próprio termo mobilizado para defini-las, como “classes dirigentes”, “grupos dirigentes” ou, ainda, “grupos dominantes”, empregados alternadamente para caracterizar o objeto em questão, que resultam de confrontos teóricos e metodológicos e dos esforços de diferentes autores na construção desta linha de estudos. Dos “dirigentes” aos “poderosos”, dos “abastados” aos “dominantes”, o uso de diferentes termos para definir uma elite revela pelo menos alguns pontos em comum. Trata-se de compreender, em certa medida, as condições e os princípios de hierarquização social a partir daqueles que ocupam posições privilegiadas.

---

<sup>1</sup> A pesquisa que deu origem a esse trabalho foi financiada pela CAPES, através do PROCAD NF 2009, pelo CNPq e Universidade Federal de Sergipe.



Desde os autores clássicos, como Mosca, Pareto e Michels, aos mais contemporâneos, como Dahl e Mills, que a ênfase numa minoria, que por seus “dons” e “competências” detém um poder de comando sobre grupos, marca o debate sobre elites. Por um lado, os chamados “neomaquiavélicos” (Pareto, Mosca e Michels) centraram na capacidade de comando das elites, mesmo em situações democráticas (GRYNSZPAN, 1996; 1999). Por outro lado, a concorrência entre as abordagens elitista (Mills) e a pluralista (Dahl) colocou na pauta das ciências sociais a necessidade de compreender a relação entre a posição econômica e os poderes políticos das elites. A oposição entre “elitistas” e “pluralistas” resultaram em trabalhos diversificados sobre o poder da comunidade, sobre a relação das elites com as “massas”, sobre os grupos de pressão e dos *lobbies* (RIESMAN, GLAZER e DENNEY, 1971).

Em contraposição a estas abordagens, destacaram-se ainda os estudos históricos sobre as elites na Europa (CHARLE, 2006) e o papel dos estudos de Bourdieu e sua equipe na renovação e diversificação deste objeto. Um dos principais desdobramentos incluiu as investigações sobre os padrões de recrutamento e de seleção de grupos que ocupam posições elevadas em diferentes esferas sociais e não apenas na esfera política (BOIEGOL e DEZALAY, 1997; BOLTANSKI, 1982; BOURDIEU, 1984; LEBARON, 2001; RIEFFEL, 1984; SAPIRO, 2004).

Diante destas considerações mais gerais, esse capítulo visa, tomando como base nossos próprios trabalhos sobre elites profissionais e elites militantes, repensar o estudo sobre as elites brasileiras, considerando para isso as condições sócio-históricas de



formação e composição. Destacaremos a contribuição da sociologia política brasileira, a partir dos estudos que tomaram como centro o termo “parentela” ou seu substituto a “família extensa”, como uma das principais reflexões sobre as dinâmicas históricas das elites brasileiras e seu papel na expansão das redes de relações pessoais para a política. Trata-se de destacar em que medida a mobilização deste termo permite refletir sobre a universalização de categorias, tomadas como aceitas em grande medida no estudo de elites, como “grandes famílias”. Nesse capítulo, tomamos como objeto de análise as dinâmicas de formação e de recomposição das elites dirigentes no estado de Sergipe. Interessa, portanto, demonstrar os diferentes níveis de associação com a política e as diversas formas de interseção e de politização.

Nessa direção, um dos conceitos que se apresentou como central para dar conta disso foi o de “parentela”, uma vez que nos permitiu compreender como uma lógica centrada nas redes de base familiar conectava a política a outras esferas, como a das profissões e a da política partidária. Primeiramente, através de um conjunto de alianças “de base familiar” que sustentavam o controle das famílias que só poderiam dominar na condição de aliadas. Em segundo lugar, pela mobilização de um conjunto de recursos cada vez mais variados que contribuiu para a diversificação e ampliação da estrutura de capitais do grupo: títulos escolares; associações patronais, famílias, alianças políticas, alianças matrimoniais múltiplas, endogâmicas ou exogâmicas, etc. Por fim, pelo processo de transformação



das parentelas em redes de relações diversificadas, cuja característica central é a manutenção dos laços de solidariedade fortes nas dinâmicas das elites dirigentes. Assim, tal análise demonstra as continuidades e transformações dos processos e lógicas de constituição dos grupos dirigentes que mobilizaram, para além das redes de base familiar, as relações e redes pessoais.

Nossa abordagem visa fornecer destaque ao aspecto descritivo e analítico dos processos de gênese e de consolidação da relação entre família, política e grupos dirigentes no estado de Sergipe. Pretende-se demonstrar como o sistema de parentela e as relações pessoais remetem a relações e práticas políticas que têm como princípio ingredientes tanto da dominação “direta e pessoal” (vínculos de parentesco, relações de amizade e camaradagem, obrigações morais, sentimentos de gratidão e reciprocidade, etc.) quanto da “indireta e impessoal” (lógicas oficiais, regras institucionais, prescrições partidárias, etc.).

Desse modo, tal conceito possibilita recusar as definições substantivas dos grupos dirigentes, com base em perspectivas excludentes dos tipos de dominação e de levar em conta em conta a sobreposição ou imbricação de atividades sociais (política, religião, família, amizades, etc.), ao abordar as várias formas de articulação ou combinação de atividades sociais com a política, de variabilidade de manifestação e de agentes que mobilizam. Por isso, trata-se de seguir as instituições, os grupos e as pessoas, nas atividades que concretamente se envolvem ou se distanciam “quando dizem



estar fazendo política” no intuito de apreender tanto os eventos e as práticas quanto as avaliações e as concepções delas como políticas. Com base na descrição, análise e comparação, tal abordagem possibilita romper com as tipologias etnocêntricas ao se colocar como objetivo a apreensão das “complexas maneiras pelas quais uma determinada sociedade estabelece recortes de domínios, classificações e descontinuidades significativas, bem como descrever e analisar o que em cada contexto é delimitado como pertinente à política” (COMERFORD e BEZERRA, 2013, p. 467-468).

## **2. Os Grupos Dirigentes, as Lideranças Políticas e as Alianças em Sergipe**

Nosso modelo de análise visa demonstrar que a parentela, como forma de organização social, tem se apresentado como uma chave importante para compreender as conexões entre as chamadas “famílias de elite”, a política e outras esferas. Como já apontado pela literatura sociológica, ela estava na base das relações sociais dos grupos dirigentes, estruturando suas relações entre diferentes espaços, sobretudo de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX (CANDIDO, 1951; LEWIN, 1993; PEREIRA DE QUEIROZ, 2002; WAGLEY, 1971). Tanto a liderança política como a formação dos espaços profissionais, por exemplo, emergem do “jogo entre parentelas”, em que predominavam as associações entre relações familiares amplas (filhos, sobrinhos, afilhados, cunhados, sogros) e afinidades (amizade política).



Utilizada pela literatura, já citada, para representar um tipo específico de relações de base familiar, a parentela representou uma dinâmica marcada pelo domínio dos proprietários rurais – que eram chefes políticos locais denominados também de coronéis<sup>2</sup> – e baseada nos arranjos, muitas vezes incertos e instáveis, entre famílias e afins (aliados políticos, afilhados, amigos). A característica central era, portanto, sua organização em torno de uma rede de reciprocidade e de lealdade que ultrapassava a família nuclear (pai + mãe= filhos).

Assim, para as próprias elites dirigentes brasileiras, a noção de família ia além do seu núcleo consanguíneo e tornava-se cada vez mais extensa, incluindo: parentes lineares (pai, irmãos, avós e netos), parentes colaterais (tios, sobrinhos, primos), parentes não consanguíneos integrados pelo casamento (genro, cunhado, concunhado, sogro, tios) ou por laços de compadrio e compadresco<sup>3</sup> (afilhados adotados ou admitidos). Essa particularidade demonstra a habilidade em incluir novos membros, colocando as amplas alianças como parte indispensável desse processo. Além disso, a parentela correspondia a um sistema complexo no qual poderia conviver na

---

**2** No início do século XIX o termo coronel representava uma posição associada à Guarda Nacional. Contudo, com a extinção deste título, os coronéis continuaram se atribuindo essa denominação que passou a representar um tipo de poder local baseado na barganha entre governo e oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes.

**3** O compadresco representa a relação espiritual que deriva do ritual religioso de batismo, crisma ou casamento. Já o compadrio é a relação social que deriva deste tipo específico de parentesco: o afilhado.



condição de aliadas, tanto as famílias de estratos sociais desiguais, quanto àquelas que estavam no mesmo nível socioeconômico. O que garantia a união era a solidariedade, entendida aqui como dependência recíproca, e a lealdade. Nessas condições, não se pode falar em “domínio familiar”, visto que poucos são os casos em que uma família controlava sozinha a política, mas em “relações de base familiar” em que prevaleciam as alianças entre diferentes parentelas (CANDIDO, 1951; PEREIRA DE QUEIROZ, 2006; LEWIN, 1993).

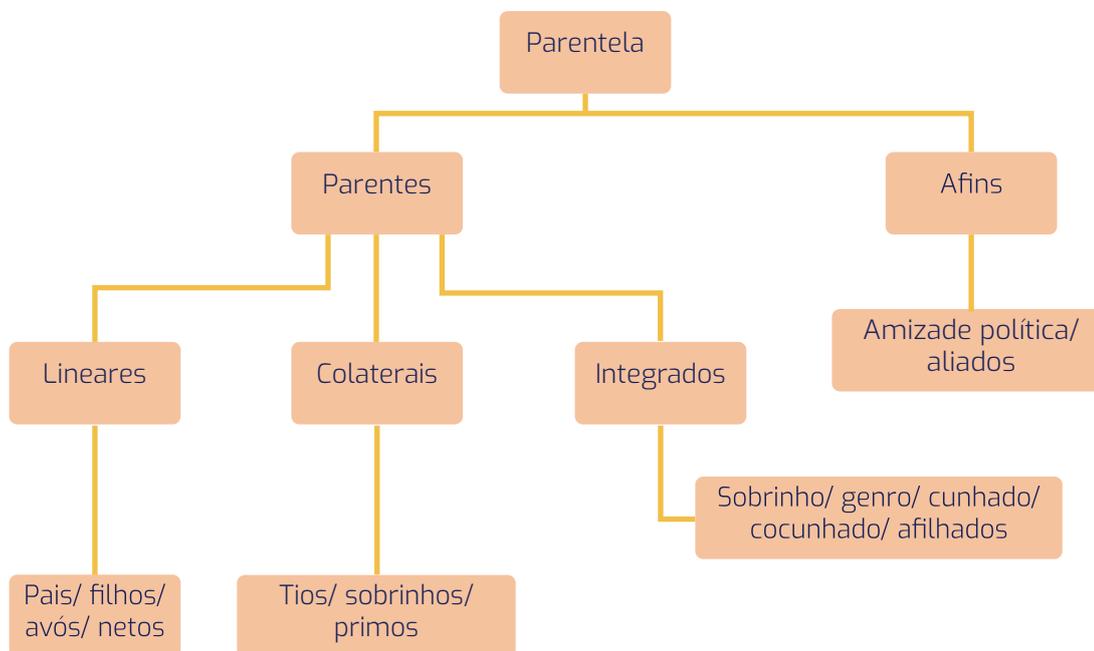
A parentela representava a unidade política menor deste sistema de alianças cobrindo a vida social dos municípios e estados. Dela derivaram os agrupamentos políticos e a oligarquia, sua expressão máxima. Sua emergência representa a expansão do Estado brasileiro tendo como núcleo o município, uma vez que as dificuldades enfrentadas por Portugal para dominar e povoar o país, dada a sua dimensão continental, conduziram ao incentivo do poder e autonomia dos senhores rurais, chefes das parentelas. A consequente independência do país colocou, aos proprietários rurais, a necessidade de enviar representantes às câmaras municipais e, em seguida, às câmaras provinciais (PEREIRA DE QUEIROZ, 1976). Para formar essas lideranças políticas a ocupar esses cargos, os coronéis a partir de suas relações familiares, estabeleciam acordos e faziam alianças.

Essa situação não sofreu abruptas rupturas com a República Velha. Muito pelo contrário, as lideranças que constituíram o novo regime eram resultado do Império e mantiveram os arranjos políticos historicamente associados às estruturas baseadas nas alianças e resul-



tantes dos laços de amizade política e de parentesco. Para sobreviver a esse novo sistema político, o investimento das famílias foi cada vez mais frequente nos laços externos ao parentesco, incluindo a incorporação dos cunhados, dos concunhados e dos amigos políticos ao grupo familiar. O resultado disso foi um sistema baseado na sua forma máxima de configuração e alianças que foi a política oligárquica (LEWIN, 1993). O Estado centralizador de Vargas, a partir de 1930, também não conteve essa dinâmica que demonstrou sua capacidade de renovação, diversificando ainda mais, a partir deste período, sua base de alianças.

**Figura 1** - Parentela (diagrama)



Fonte: elaboração própria.

Nas economias regionais menos ricas e nos estados politicamente dependentes de outras regiões, como é o caso de Sergipe, o controle



destas famílias por meio das alianças era quase absoluto. Por ser considerado um “estado satélite”<sup>4</sup>, Sergipe nos fornece o modelo deste sistema fundado na força das parentelas para o controle da política. Um elemento fundamental que afetou a composição destes grupos foi o caráter fragmentário da terra. Comparado aos estados vizinhos, Bahia e Pernambuco, os engenhos de Sergipe eram de baixo e médio porte, ocupando uma área territorial de pequena extensão, o que permitia a existência de vários engenhos em um mesmo município. Em geral, as famílias possuíam propriedades que abrangiam quatro ou cinco municípios, o que tornava a aliança com outros proprietários indispensável no controle da região. Este tipo de domínio que se formou não era exercido, portanto, por uma única família, mas por várias delas conectadas, pelo casamento ou por vínculos políticos e de amizade, que dominavam a partir das alianças, fortalecendo a relação entre parentes e afins. Estruturadas a partir das divergências e dos conflitos pelo controle e escoamento da produção do açúcar, tais grupos familiares aliados controlavam todos os postos locais, como de médico, juiz, tabelião e até mesmo de pároco. Tal confronto entre proprietários de engenho dividiu o estado em duas principais regiões produtoras de açúcar que cobriam 2/3 do seu território: região do Cotinguiba e Vaza Barris (DANTAS, 2004, 2009). Em cada uma destas

---

<sup>4</sup> Partindo da definição de Linda Lewin (1993), estado satélite é aquele que produz não para um centro, mas para manutenção de outro estado do qual é dependente. No caso de Sergipe, sua produção era voltada para a Bahia, estado do qual estava sujeito à influência política e econômica.



regiões havia o domínio de um conjunto de chefes políticos locais que tentavam controlar suas alianças num delicado equilíbrio.

Deste modo, em Sergipe, as parentelas refletiram uma combinação de fortes lealdades pessoais e articulação entre laços familiares e aliança política. Do ponto de vista organizacional era muito semelhante à Paraíba e a outros estados vizinhos, cuja característica central era sua dependência e subordinação política e econômica. Enquanto Sergipe estava subordinado à Bahia, os estados da Paraíba, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte eram subordinados à Pernambuco (LEVINE, 2006). Estes “estados satélites” são, em geral, considerados como mais dependentes das relações familiares (LEWIN, 1993).

A primeira oligarquia sergipana, também considerada uma das primeiras do Brasil<sup>5</sup>, é constituída pela parentela de Almeida Boto<sup>6</sup> e sustentada por violentos conflitos no controle dos municípios para produção e escoamento do açúcar, principal atividade econômica do estado. Em meados de 1840, Almeida Boto liderava as forças políticas conservadoras locais em oposição ao grupo de Araújo Maciel e Travassos. Sua ascensão é, em parte, resultado das alianças com base nas relações familiares e vínculos políticos que soube bem constituir. Suas propriedades resultam, de um lado, da herança dos pais – colo-

---

<sup>5</sup> Segundo Oliveira Viana (1999), as primeiras oligarquias brasileiras emergem nos estados de Sergipe e Piauí.

<sup>6</sup> Conhecido como “Napoleão do Poxim”.



nizadores portugueses que ocupavam a maior região no escoamento do açúcar no estado (Cotinguiba) – e de outro, do casamento com uma viúva proprietária de três engenhos e irmã de José de Barros Pimentel, comandante das Armas<sup>7</sup> e importante coronel e chefe político local (DANTAS, 2009). De início, ele mobiliza os principais recursos da época para consolidar seu poder econômico e político: herança e alianças matrimoniais. Do matrimônio pôde não só ampliar sua propriedade, garantindo controle na região, como também estreitar os laços com o cunhado, essencial para alavancar sua carreira política. A valorização dos “laços de cunhadio” se tornou, no interior das parentelas, importante meio de consolidar alianças entre famílias.

Sua parentela é formada, fundamentalmente, por alianças políticas e familiares amplas, sobretudo os laços familiares colaterais extensos e os obtidos pelo casamento – como os observados com o cunhado José de Barros Pimentel e, posteriormente, com Bento de Melo Pereira, presidente da Província, casado com sua tia, irmã do seu pai. Junto com Bento (Capitão-Mor, comandante das Armas e Barão de Cotinguiba) e José Pinto de Carvalho (chefe político e aliado), Almeida Boto controlou as forças políticas locais com o apoio dos Regentes Nacionais (DANTAS, 2016). Os investimentos nessas alianças resultaram na ocupação do cargo de presidente da província, interinamente, por cinco vezes e na liderança oligárquica.

---

<sup>7</sup> Cargo mais alto na administração das províncias, tinha por incumbência administrar as forças políticas e militares.



Mas como a ascensão ao topo da parentela não era definida pela herança consanguínea, as disputas entre as lideranças em torno de qualidades, laços e vínculos pessoais se tornavam a marca central da formação destes grupos. Assim, era muito comum um aliado abandonar o chefe de uma parentela, se julgasse ter sido ofendido ou não atendido em suas ambições pessoais, e passar a apoiar outra liderança. O resultado disso era um equilíbrio delicado e uma luta marcada pelo desentendimento constante entre as lideranças, pela formação de novos blocos, emergência de dissidências e grupos opositores. Depois de se envolver em assassinatos por herança e acumular alguns desafetos ao longo dos seus investimentos familiares e políticos<sup>8</sup>, Almeida Boto já começa a perder alguns dos seus principais apoiadores que foram se unindo a chefes políticos locais adversários. Duas situações ilustram essa dinâmica. A primeira foi o confronto aberto que travou com Manoel Joaquim Fernandes de Barros, médico formado na universidade de Estrasburgo, considerado o homem mais ilustrado da província do seu tempo. Manoel, que era aliado de Travassos, parentela concorrente, casou-se com a viúva de José de Barros Pimentel, cunhado de Boto. As brigas por herança e os litígios familiares levaram ao assassinato de Fernandes de Barros, o que contribuiu para desestabilizar as alianças políticas de Almeida Boto. A segunda foi o desentendimento com João Gomes de Melo (Barão de Maruim),

---

<sup>8</sup> As brigas por herança colocavam em cheque as relações políticas, promovendo a divisão dos grupos e a criação de novas facções.



seu amigo, compadre e grande aliado, que passou a apoiar outros chefes políticos do Partido Conservador, ampliando sua liderança no controle dos municípios do eixo Cotinguiba.

Com o intuito de evitar seu declínio aparente, Boto migra, já no final da década de 1840, para o Partido Liberal, visto que no âmbito federal havia um investimento grande nos liberais em detrimentos dos conservadores<sup>9</sup>. Em seguida, casa-se com a irmã de Antônio Dias Coelho, filho do Barão de Itaporanga, “Senhor do Engenho Escurial”<sup>10</sup> e futuro Barão de Estância, que disputava o controle do Partido Liberal. Essa união fortalecia os “laços de cunhadio” e conectava Boto com a parentela dos Dias Coelho. Ela ganha força também com o investimento em alianças matrimoniais múltiplas, como o casamento entre as duas filhas de Boto com os dois filhos do Barão. O casamento de duas irmãs de uma família com dois irmãos de outra constituía uma das principais formas de se estabelecer alianças no interior das parentelas, uma vez que aumentava a solidariedade entre os grupos devido à adição de afinidades: irmãos, cunhados e concunhados (LEWIN, 1993). Essa união garante

---

<sup>9</sup> As revoltas liberais, ocorridas em Minas Gerais e São Paulo no início da década de 1840, levaram o Imperador a indicar governantes que enfraquecessem Boto. Foi assim que o governo imperial o demitiu da presidência da província e elegeu Pereti, que era pernambucano, com o objetivo de diminuir os conflitos existentes entre Boto e seus adversários. Isso permitiu aos Liberais, como Travassos, ganhar força (DANTAS, 2016).

<sup>10</sup> Considerada uma das mais importantes propriedades produtoras de açúcar do eixo Vaza-Barris.



aos Dias Coelho a liderança regional do Partido Liberal, ampliando o poder de influência deste grupo que se intensifica, mais adiante, através da aliança com os Rollemberg<sup>11</sup>.

O período de controle da oligarquia de Almeida Boto é visto pela historiografia local como de relativa estabilidade. Com o seu declínio, no final de 1840 até 1855, os presidentes de Sergipe eram chefes políticos de outros estados, em geral baianos, com o objetivo de mediar os conflitos violentos entre as lideranças locais. Ao mesmo tempo, a derrota sucessiva de Boto permitiu a emergência de outras lideranças que, numa disputa acirrada, tentavam controlar os municípios. A partir de meados da década de 1850, “era a vez da gente do Barão” exercer o domínio oligárquico (referindo-se a Barão de Maruim – João Gomes de Melo), que além de deputado geral, acumulava o título de Comandante Superior da Guarda Nacional dos municípios de Rosário, Maruim e Divina Pastora (DANTAS, 2009). Filho de proprietários rurais canavieiros, cujas terras abrangiam quatro municípios do eixo Cotinguiba<sup>12</sup>, seu ingresso na política ocorre pela associação com a parentela de Almeida Boto, através dos laços de compadrio e, de maneira semelhante ao seu compadre e ex-aliado, seu primeiro consórcio com viúva proprietária de três engenhos, Maria José Rollemberg, permitiu-lhe concentrar suas proprie-

---

<sup>11</sup> Essas duas famílias (Rolemberg e Dias Coelho) se uniram por laços matrimoniais e de aliança e passaram a controlar os dois grandes eixos de produção e escoamento do açúcar: Cotinguiba e Vaza Barris.

<sup>12</sup> São eles: Rosário do Catete, Siriri, Santo Amaro das Brotas e Japarutuba.



dades nesses municípios, fornecendo as condições iniciais para o controle da região. Contudo, como se sabe, as alianças eram parte fundamental desse processo e mantê-las exigia habilidade. João Gomes de Melo cresce como força política no interior do Partido Conservador liderando uma importante facção e captando, após seus desentendimentos com Boto, seus aliados. Atinge seu apogeu em 1855 na articulação entre os grupos do eixo Cotinguiba e Vaza Barris, após promover a mudança da capital São Cristóvão para cidade de Aracaju. Dois importantes aliados se destacam: Visconde de Uruguai e Inácio Barbosa. O primeiro, seu cunhado, por conta do segundo consórcio, se tornou peça chave na aproximação com o Imperador. O segundo, importante aliado político local. A influência junto ao Imperador, por intermédio do cunhado, garantiu a indicação de Inácio Barbosa à presidência da província, condição fundamental para aprovação da troca de capitais junto a Assembleia Legislativa.

Contudo, os conflitos, em torno das qualidades pessoais e da capacidade de expansão dos laços para formar um bloco, era difícil de ser administrada e exigia habilidade política. Barão de Maruim, por exemplo, era chefe político de um bloco<sup>13</sup>, dentro do Partido Conservador, que contava com alguns remanescentes do Partido Liberal e liderava uma parentela controlando alguns municípios, sobretudo as proximidades de Maruim e Santo Amaro das Brotas. José de Trindade Prado, Barão de Propriá, seu aliado político, chefiava uma parentela que controlava a região de Propriá. Já seus concor-

---

<sup>13</sup> Seu bloco denominava-se Saquarema e durante alguns anos conseguiu o controle do Partido Conservador.



rentes, controlavam o norte do Estado prevalecendo em alguns municípios, como Pacatuba e Propriá, como Barão de Cotinguiba, que era aliado de Almeida Boto. Este último ainda que tenha perdido o controle da oligarquia, exercia forte influência em Itaporanga D'Ajuda e Estância, por meio do seu cunhado, o Barão de Estância.

Soma-se a isso a administração das alianças matrimoniais a fim de garantir o controle da parentela. Essa foi uma das dificuldades enfrentadas pelo Barão de Maruim quando seus enteados, dentre eles o Barão de Japarutuba (Gonçalo Acioli de Faro Rollemberg) e Ana de Faro Rollemberg, unem-se pelo matrimônio com outras famílias de chefes políticos locais, como os Dias Coelho, os Prado, Sampaio e Madureira, e passam a construir seus próprios grupos. Isso se tornava um problema quando os filhos se casavam porque eles herdavam os engenhos. Além disso, como essas propriedades de médio porte estavam situadas próximas, em conjunto formavam uma grande propriedade, intensificando a necessidade das alianças. As tensões, já no final de 1850, por herança, conduziram a divisões e a emergência de dissidências que, por sua vez, contribuíram para perda da liderança e sua fragmentação.

De 1860 até a Proclamação da República, em 1889, passa a acontecer um constante revezamento entre liberais e conservadores. Esses partidos, que na verdade funcionavam como sedes das parentelas, passavam constantemente por divisões internas e eram afetados pelo aparecimento de facções que acabavam por romper. Essa tendência à fragmentação levou a emergência e o declínio de



várias lideranças e chefes locais, cujo poder de dominação tinha, em geral, vida curta. Segundo Dantas (2009), de 1868 até 1877, apesar do predomínio dos conservadores, aconteceram quinze mudanças de presidentes de província. Esse período, todavia, não pode ser subestimado, uma vez que permitiu o crescimento de algumas parentelas que tiveram impacto na política sergipana no período republicano, como os Rollemberg. A família, que se aliou por matrimônio com outras<sup>14</sup>, ao mesmo tempo em que ampliou sua base de alianças mantendo-se no controle da esfera política, enfraqueceu o grupo de origem. Mais do que o casamento interfamiliar, eles investiram no casamento extrafamiliar. Um marco importante na formação dos Rollemberg enquanto um grupo político foi o casamento entre José de Faro Rollemberg, filho do Barão de Japarutuba, e Amélia Dias Coelho, filha do Barão de Estância. Esse consórcio aliou os Dias Coelho que exerciam uma influência significativa no eixo Vaza-Barris, junto com os Boto, com os Rollemberg da região do Cotinguiba. Todavia, foi, principalmente, o casamento entre o médico Gonçalo de Faro Rollemberg (sobrinho de José de Faro e neto do Barão de Japarutuba) com Aurélia Dias Coelho, segunda filha do Barão de Estância, que consolidou os vínculos entre essas duas famílias.

A passagem do Império para a República representou um momento de mudanças significativas na reorganização dos grupos. No âmbito

---

<sup>14</sup> São exemplos as alianças dos Rollemberg, em seus diversos troncos (filhos, sobrinhos, netos), com as seguintes famílias: Madureira, Dias Coelho, Prado, Leite, Sampaio, Menezes, Franco.



estadual, com a “política dos governadores”, os grupos passaram a ter mais autonomia na definição e no recrutamento para ocupação de posto políticos. Disso resultam duas unidades fundamentais de recomposição oligárquica: de um lado, fortaleceram-se os grupos de base familiar originando-se no município; de outro, ampliaram-se as alianças, tornando as redes individuais estabelecidas em âmbito estadual e federal fundamentais. Essas redes dependeram, fundamentalmente, dos bacharéis que, ao ter que estudar fora dos limites do município e do estado, passaram a formar seus próprios vínculos e os conectaram com suas bases familiares, diversificando dessa forma as conexões. Nessa direção, cresce expressivamente, nas disputas entre os grupos, o peso do título de bacharel obtido nas faculdades de direito e medicina, em detrimento de outros recursos propriamente imperiais, como o título de barão. A profissão médica e a jurídica tornam-se os principais canais de poder destes grupos.

Este contexto, da recém-instituída República, é marcado, em Sergipe, pelo confronto entre as oligarquias locais e muitas interferências do presidente da República na política local – que acabava por tumultuar a construção de governos e a formação de quadros políticos locais. Segundo Dantas (2009), a escassa vivência política de Sergipe e sua diminuta formação de quadros políticos locais com experiência no jogo político nacional constituem um dos principais pontos dessa fragilidade.

Os movimentos revolucionários republicanos tiveram pouco eco no estado, segundo a historiografia local. Os clubes republicanos foram



criados em apenas cinco dos 33 municípios existentes (DANTAS, 2009). Foram os proprietários de engenho, desgostosos com a abolição da escravatura e atingidos pelos prejuízos financeiros decorrentes da mesma, que estiveram à frente do movimento republicano. A fundação do Partido em 1888, na cidade de Laranjeiras, importante polo açucareiro, por proprietários rurais, formados nas faculdades de medicina e direito, marca a reorganização das oligarquias e dos chefes locais. Alguns nomes se destacam, como o do médico Felisbello Freire, primeiro governador do período republicano, e dos bacharéis em direito Martinho Garcez, Fausto Cardoso e Silvio Romero. Esses dois últimos, apesar de terem feito carreira no Rio de Janeiro, onde residiam, influenciavam a política sergipana.

Contudo, as divisões no interior do partido, pela liderança das parentelas, e as redes externas estabelecidas em âmbito federal destituíram Felisbello do cargo. Depois de alguns confrontos, o nome do General Oliveira Valadão, que ocupava uma posição de destaque junto ao presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, em função de sua participação na Guerra do Paraguai, passa a representar esse novo agrupamento.

Valadão, que estava longe da sua terra, mas ao lado do seu genro Joaquim Pereira Lobo, passou a compor a nova oligarquia da era republicana denominada Valadão-Lobo, à qual contou com o apoio de um conjunto de chefes políticos locais ligados ao bloco de parentelas chamado "Pebas". Essa oligarquia, apesar de ter tido vida curta (de 1896 até 1898), revela o realinhamento das forças locais



e demonstra a capacidade dos grupos de garantir sua permanência na política através da criação e manutenção de alianças. Teve impacto significativo o movimento liderado por Silvio Romero<sup>15</sup>, no Rio de Janeiro, que interferiu nas forças políticas locais elegendo, em 1896, Valadão para presidência do Estado.

O bloco dos “Pebas” sofria a concorrência do bloco dos “Cabaús”<sup>16</sup>. Enquanto o primeiro se concentrava em Aracaju, o segundo estava ligado a lideranças locais que se reuniam na região dos engenhos. Esses blocos representaram duas grandes dissidências políticas que surgiram em Sergipe no final do século XIX e que levaram à constituição de duas fortes lideranças: Valadão e Olímpio Campos. Frente a essa configuração, os partidos republicanos não conseguiram imprimir uma força, permanecendo, como no período anterior, subsidiário do sistema oligárquico (DANTAS, 1989).

No que diz respeito à sua composição, ambos contavam com o apoio e a liderança dos proprietários rurais, donos de engenho, cujo predomínio

---

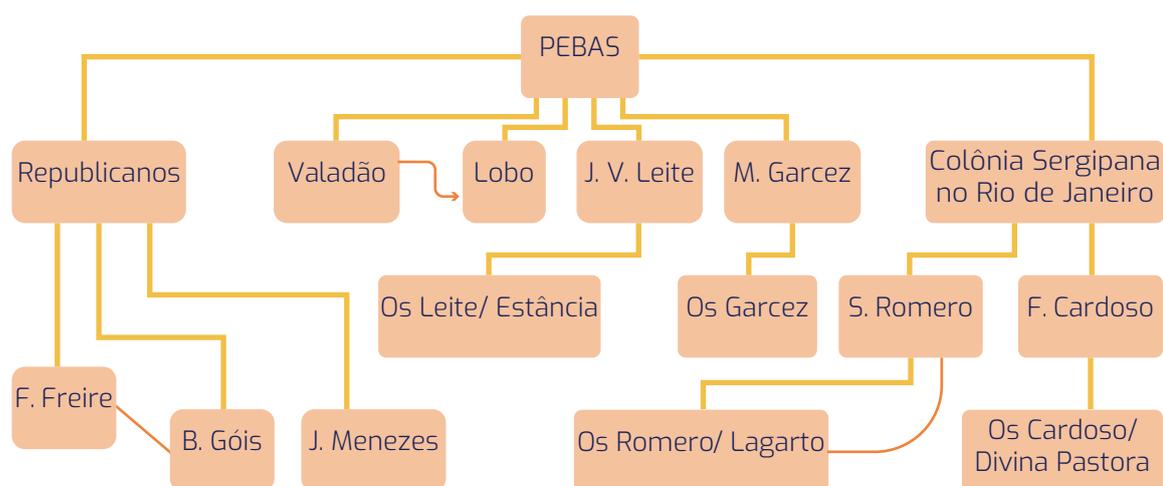
<sup>15</sup> De uma família de proprietários de engenho de médio porte no município de Lagarto, Silvio Romero formou-se em direito pela escola de Recife em 1873 e, no ano seguinte, foi nomeado promotor de Estância, onde ficou até 1875. Esse período foi intercalado pelo cargo de deputado provincial juntamente com o amigo Martinho Garcez. Em 1876 é nomeado juiz de direito de Parati, no Rio de Janeiro e a partir daí segue carreira de jornalista, advogado e literato. Em 1894 retorna a Aracaju e junto com seu irmão Benilde Romero, que era chefe político liberal de Lagarto e juiz de direito, lança-se novamente na política.

<sup>16</sup> Nome dado em alusão ao mel escuro dos engenhos de açúcar.



mínio estava na região açucareira. Por um lado, o grupo dos “Pebas” contava com os bacharéis que haviam liderado o movimento republicano e que eram oriundos das faculdades de medicina e direito de Recife, Rio de Janeiro e Bahia, fortalecendo as redes individuais estabelecidas fora do estado e intensificando o poder das parentelas internamente. Por outro lado, os “Cabaús” eram constituídos pelos proprietários de engenho das regiões mais dominantes do estado na produção do açúcar e contavam amplamente, também, com os bacharéis que os possibilitavam conectar suas influências internas com as redes externas. Diferente dos “Cabaús”, os “Pebas” contavam com proprietários rurais de regiões onde era menor a influência econômica nos engenhos, como Lagarto, Simão Dias e Itabaiana, e por isso mesclavam sua produção com o comércio, a criação de gado e a agricultura.

**Figura 2** - Parentela d'Os “Pebas”



Legenda: linha reta (tio); linha curva seta (genro); conector em curva (irmão).

Fonte: elaboração própria.



O diagrama acima representa graficamente a composição dos Pebas que contou com os líderes do movimento republicano em Sergipe, como Felisbelo Freire, seu tio Baltazar Góis e o aliado Josino Menezes. Além da chamada “colônia sergipana no Rio de Janeiro”, que contava com Silvo Romero e Fausto Cardoso<sup>17</sup> sob a liderança do primeiro. Silvio Romero, filho de um dos mais bem sucedidos comerciantes de Lagarto<sup>18</sup> junto com os irmãos Benilde Romero (juiz), Joveniano Romero (médico) e Nilo Romero (promotor), e outras lideranças locais, exerciam força política no município disputando com os Dantas. Fausto Cardoso era filho de coronel<sup>19</sup> proprietário de engenho do município de Divina Pastora e destacado líder político local. O grupo ainda contava com Martinho Garcez, bacharel em direito, amigo de Silvio Romero, e João Vieira Leite, da parentela dos “Leite de Estância”<sup>20</sup>. Esse agrupamento conectou as alianças

---

**17** Formou-se na escola de direito de Recife em 1884 e, um mês depois, já estava nomeado promotor de Capela, mais tarde exerce a função em Gararu, Riachuelo e Laranjeiras. Em 1890, muda-se para o Rio de Janeiro e lá atua na política junto a Floriano Peixoto. Entre 1900-1902 torna-se deputado federal e em 1906 retorna para Aracaju como a nova promessa contra a oligarquia olimpista.

**18** André Ramos Romero, comerciante português, ao contrair matrimônio com Maria Silveira Ramos, filha de proprietários de engenho, destacou-se na articulação bem sucedida entre comércio, propriedade rural e agricultura, tornando-se comendador em 1869.

**19** O tenente coronel Félix Zeferino Cardoso militava no partido Conservador ao lado de Leandro Maciel e era ligado por laços de parentesco com Almeida Boto.

**20** Importante família de Estância, estava conectada pelo matrimônio com os Carvalho, mas investiu sobretudo nas alianças matrimoniais endogâ-



de base familiar à amizade política que passou a se tornar cada vez mais forte no contexto republicano.

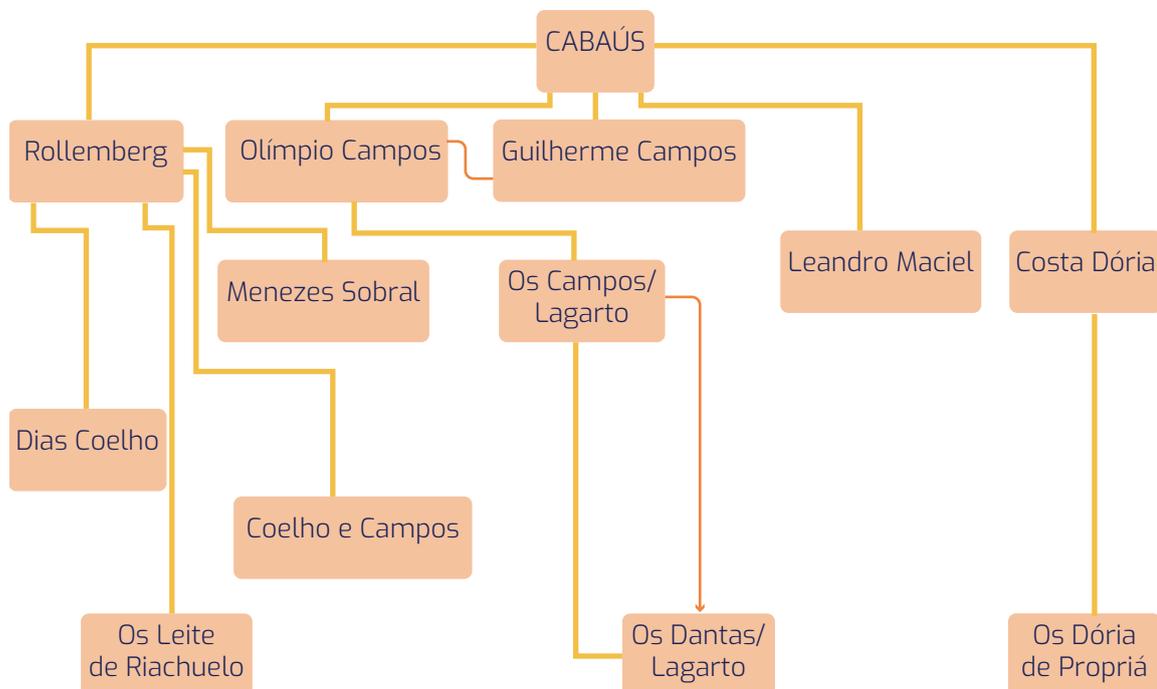
As divisões internas no grupo dos “Pebas” levaram ao enfraquecimento da oligarquia Valadão-Lobo, cedendo lugar a Olímpio Campos que passa a comandar o estado com o grupo dos “Cabaús”. Como destaca o diagrama abaixo, o grupo era composto, fundamentalmente, por lideranças do eixo Vaza-Barris e Cotinguiba. De um lado, a parentela dos Rollemberg com força nos dois eixos e Costa Dória no norte do estado. De outro, Leandro Maciel e Olímpio Campos. Este último cresce politicamente como representante do agrupamento devido à sua intensa habilidade de estabelecer alianças. Filho de um coronel situado na região do Vaza Barris e chefe político do Partido Conservador na vila de Itabaianinha, envolve-se já no começo da sua carreira nas rixas entre os Dantas e os Romero, principais famílias a disputar os postos locais em Lagarto. Seu pai era rival político de João Dantas Martins dos Reis, do engenho Fortaleza, que controlava a região de Riachão do Dantas, nas proximidades de Lagarto. Mas Campos, ao eleger-se deputado geral, compõe uma aliança com os Dantas. Com a morte de João Dantas amplia sua influência na região sul do estado.

---

mic, como casamento entre primos, o que levou os Leite a fecharem sua base de alianças.



**Figura 3** – Parentela d'Os “Cabaús”



Legenda: seta (aliado político); conector em curva (irmão).

Fonte: elaboração própria.

As dissidências internas também afetaram os Cabaús e já nos primeiros anos, em 1903, encontravam-se fragmentados e fragilizados. A indicação que Olimpio Campos fez de Josino Meneses, antigo republicano vinculado originalmente aos “Pebas”, para o substituir no governo do Estado enquanto ele dirigia-se ao senado, dividiu os “Cabaús”. Aqueles que rejeitaram Josino acabaram por se juntar com os adversários de Campos, apoiando mais tarde Fausto Cardoso (DANTAS, 2007; 1999). Valadão enfraquecido como liderança local se junta a Olimpio Campos em 1903. Em 1906 parte dos “Pebas” apoia Campos, destacando-se o acordo feito por Martinho Garcez em troca da eleição de Romero e Cardoso para Câmara de deputados, e seu próprio cargo ao senado.



Mas a forte repressão instaurada aos focos de tensão levou a prisão de três cunhados do desembargador Gumerindo Bessa, dos “Pebas”, colocando o já frágil acordo em jogo. O desembargador passa a liderar, no âmbito local, uma violenta campanha contra Campos e, em nível nacional, Silvio Romero assume o lugar de ferrenho oposicionista da oligarquia Campos. Apoiados por um conjunto de coronéis, inclusive aqueles desgostosos com Campos, da região do Cotinguiba e parte do Agreste, com um total de 11 municípios, a revolta ganha força (OLIVA, 1985). O grupo liderado por Silvio Romero se reorganiza e traz na linha de frente o nome de Fausto Cardoso. Pode-se dizer que o bloco da oposição era constituído por Leandro Maciel, Fausto Cardoso, Silvio Romero, Martinho Garcez e outras lideranças locais. Ao fim da disputa com a Revolta de 1906, entre faustistas e olimpistas, dar-se-á a morte e o assassinato dos dois.

Todavia, a morte das duas principais lideranças oligárquicas concorrentes não colocou fim ao jogo das parentelas. Olimpistas e Faustistas se revezaram no comando do Estado até os anos 1930. A oligarquia Olimpista permanece até 1911 com o governo do médico Costa Dória e a oligarquia Valadão-Lobo até a Revolução de 1930 com o governo de Gracco Cardoso. O novo regime instaurado em 1930, no âmbito federal, conduziu a reorganização dos grupos. O mesmo ocorre em 1945, em 1964 e nos anos 1980 com a redemocratização. Cada um destes regimes exigiu a recomposição das relações de força locais e pôde experimentar tanto o crescimento de diferentes agrupamentos, que combinavam sua base familiar



com suas redes externas, quanto a emergência de vários tipos de acordo e vínculos. *“O mosaico das alianças tivera todos os coloridos possíveis”* (LEITE, 2008, p. 138). Tiveram impacto nessa recomposição dos grupos dirigentes as alterações na atividade econômica dos membros da elite, que se tornaram mais diversificadas com o declínio da produção de açúcar e com o crescimento do mercado de postos profissionais e atividade empresarial, com a urbanização. Um exemplo disso foi o grupo dos “Leite de Riachuelo”, que investiram amplamente nas redes de base familiar e nas redes profissionais, controlando os principais postos políticos até a década de 1950 e os “Franco”, mais direcionados à cena empresarial, após a década de 1960 (PETRARCA, 2017).

Assim como no resto do país, os alinhamentos familiares determinavam os alinhamentos partidários, conduzindo a formação de correntes dissidentes no interior desta instituição. Essas dissidências organizavam-se em torno da combinação entre afiliações de base familiar e personalística, que se tornaram um padrão de organização e reorganização dos grupos dirigentes no estado. A própria configuração da pequena propriedade que conduzia às alianças, a estrutura de dominação colegiada que permitia iguais poderes e autonomia aos chefes políticos locais, como também a inexistência de uma ideologia partidária que se impusesse ao sistema político local, são alguns dos fatores que contribuíram para consolidação da política faccional. Intrigas políticas, desavenças de ordem pessoal e pequenas afrontas compunham o sistema de formação e desconstrução das facções constituindo-se como um dos principais padrões



de relações (PEREIRA DE QUEIROZ, 1976). A propensão para a fragmentação nos permite compreender que os grupos dirigentes não alcançaram graus de hierarquização rígidos.

Os períodos seguintes se destacaram pelo investimento progressivo nas redes, muitas vezes construídas nos espaços profissionais, que se tornaram mais amplas e extensas. Enquanto o “grupo” correspondia a uma parentela (amigos de longa data definidos como quase-parentes e parentes consanguíneos ou recrutados pelo casamento), a rede interligava facções individuais. Elas se tornaram mais ilimitadas e permitiram conectar politicamente os níveis local, estadual e federal. Esse processo de valorização das redes se insere nessa dinâmica de diversificação das parentelas. Contudo, foi longo e associado a um crescente reconhecimento dos “afins” para os grupos familiares, ou seja, daqueles que vinham de fora e que foram adquirindo relativa importância nas disputas por posições políticas. Na medida em que os laços de sangue ou aqueles obtidos pelo casamento, não asseguravam mais a posição na política e não eram garantia de confiança, uma alternativa que se abriu foi a amizade política baseada nos alinhamentos familiares, nos laços profissionais, estendendo assim a rede e conectando o município ao nível federal. As redes dependiam cada vez mais de membros não parentes para conectar o nível local ao poder político federal.

Como se pode ver, a lógica que une as complexas associações entre o espaço da política e outras ordens de atividade – como as da família, da amizade, das profissões – é a lógica da aliança fundada nas redes



de relações amplas que funcionam como importante capital social. A parentela, de um lado, permite-nos compreender a gênese dessas alianças e, de outro, sua própria expansão a partir da base familiar. Na medida em que os laços familiares foram entrando em conflito com as transformações sociais e econômicas, no curso dos anos 1920, a amizade política e também aquelas oriundas dos espaços profissionais foi tomando o lugar antes ocupado pelas relações familiares.

### 3. Conclusões

Como demonstramos no decorrer desse capítulo, o conceito de parentela apresenta uma importante contribuição heurística, na medida em que nos permite apreender o papel central que desempenharam os laços sociais e o sistema de alianças nas dinâmicas de composição e de recomposição dos grupos dirigentes. Nesse sentido, ele contribui para o avanço nas formas de compreender a conexão entre diferentes mundos sociais que, como se sabe, passa cada vez mais pela compreensão da lógica que os une. Nesse caso, é a lógica da aliança que se sobressai como traço destacado das relações entre os principais grupos políticos no poder. Por isso, o exemplo sergipano se torna fundamental, uma vez que as próprias condições de fragmentação conduziram à produção de um sistema cujo componente central é a necessidade constante de estabelecer alianças. Assim, mais do que a “herança” (familiar), é a competência para manter e estabelecer novas alianças que constitui um recurso fundamental de êxito e sucesso político.



Tais relações e base de recursos não devem ser encaradas como uma “peculiaridade” da situação em pauta, uma “singularidade” ou uma “jabuticaba”. Mas uma chave para compreender determinados aspectos da realidade que contribui para colocar em jogo os quadros de referência pretensamente universais, como as noções de família e herança ou as de separação entre ordens de atividades distintas e politização. Aos nos permitir compreender como se fazem e se desfazem alianças e qual seu peso no processo de formação dos grupos dirigentes, o sistema de parentela se torna um caminho para superar as interpretações essencialistas das experiências nacionais e, em particular, da brasileira, que se expressava na imagem de um projeto moderno cristalizada nas abordagens clássicas do pensamento social brasileiro.

O principal desafio que se coloca para as ciências sociais atualmente consiste em um duplo exercício: descrever as múltiplas formas de dominação e organização políticas e romper com as clivagens e antagonismos entre as sociedades fundadas em pressupostos etnocêntricos que, geralmente, desembocam para avaliações valorativas e normativas. A busca por novos conceitos que deem conta tanto das diferenças quanto das regularidades entre os modos de dominação, quando dissociada desse duplo exercício, corre o risco de dar novos contornos à antiga “tese da singularidade brasileira”, que durante muito tempo era tida como a forma persistente de conceber a realidade nacional. Mesmo que se observe atualmente renovadas tentativas de se afastar do debate normativo a respeito



do “dilema nacional” ou da “questão nacional”, persiste ainda a aceitação tácita do descompasso entre a sociedade brasileira e as chamadas sociedades centrais da modernidade, o que conduz ao sentimento de “eterno” desencaixe da sociedade brasileira em relação aos retratos modelares impostos pelos países que assumiram a posição de protagonistas do projeto moderno.

Uma saída para esse problema é investigar, a partir determinados contextos históricos, políticos e sociais, como se combinam diferentes recursos, esferas e ordens de atividade, princípios e formas de dominação, resultando numa multiplicidade de arranjos possíveis. Tal raciocínio abre caminho para uma alternativa ao dilema sociológico da modernidade. Nossa pretensão, como sugere Tavolaro (2005, p. 16), *“demanda, antes de tudo, um esforço analítico por meio do qual as diversas combinações e transformações por que passou (ou por ventura poderá vir a passar) a sociedade brasileira (tanto quanto as chamadas “sociedades modernas centrais”) sejam devidamente apreendidas e consideradas”*.

### Referências bibliográficas

BOLTANSKI, Luc. **Les Cadres**. La Formation d'un Groupe Social. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Paris: Minuit, 1984.

CANDIDO, A. The Brazilian Family. In: SMITH, T. L. e MARCHANT, A. (Eds), **Brazil, portrait of a continent**. New York: The Dryden Press, 1951.



CHARLE, Christophe. “Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balance crítico da historiografia contemporânea”. In: HEINZ, F. (org.) **Por outra História das Elites**. Rio de Janeiro: FGV. pp. 18-39, 2006.

COMERFORD, J. C.; BEZERRA, M. O. Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. **Análise Sociológica**, 207, v. XLVIII, p. 465–489, 2013.

DANTAS, I. A Política em Sergipe Provincial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 46, pp. 33-42, 2016.

DANTAS, I. A Trajetória política de Olympio de Souza Campos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 36, p. 225-239, 2007.

DANTAS, I. **História de Sergipe República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, I. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel. O Patriarca do Serra Negra e a Política Oitocentista em Sergipe (1825-1909)**. Aracaju: Criação, 2009.

DANTAS, I. **Os Partidos Políticos em Sergipe (1889-1964)**. Aracaju: Tempo Brasileiro, 1989.

DEZALAY, Ives & GARTH, Bryan. **La Mondialisation des Guerres de Palais**. Éditions du Seuil: 2002.

GRYNSPAN, M. A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada. **BIB – Revista Brasileira de informação bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 41, 1 semestre, p. 35-83, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ciência, Política e Trajetórias Sociais**. Uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

LEBARON, Frederic. O Campo dos Economistas Franceses no Fim dos Anos 90: Lutas de Fronteiras, Autonomia e Estrutura. **MANA**, n 7 (1), pp. 9-29, 2001.



LEITE, Ricardo. Júlio Leite. **O Chefe Invisível**. 2 ed. Aracaju: Ed. Triunfo. 2008.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro, Record, 1993.

OLIVA, Teresinha. **Impasses do Federalismo Brasileiro: Sergipe e A Revolta de Fausto Cardoso**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. de. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. Et. Al. **História da Civilização Brasileira**. Tomo III, vol. 8. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, p. 1976.

PETRARCA, F. R. De coronéis a bacharéis: reestruturação das elites e medicine em Sergipe (1840-199), **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 37 no.74 São Paulo Jan./Apr. 2017.

RIEFFEL, Rémi. **L'élite des Journalistes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

RIESMAN, D. GLAZER, N., DENNEY, R. **A Multidão Solitária: um estudo da mudança do caráter americano**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

SAPIRO, Gisele. "Elementos para uma história do processo de autonomização: o exemplo do campo literário francês". **Tempo Social**, São Paulo (USP), junho, pp. 93-15, 2004.

TAVOLARO, S. B. F. Existe uma Modernidade Brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 5-22, 2005.

WAGLEY, C. **An Introduction to Brazil**. New York: Columbia University, 2ed. Ed. Press, 1971.



# CAPÍTULO 02

## Política e representação nas mídias sociais: um estudo sobre práticas eleitorais digitais<sup>21</sup>

Saulo Vinicius Souza Barbosa

### 1. Introdução

Este artigo analisa as *práticas eleitorais digitais* dos políticos profissionais em Sergipe, tomando como referência as eleições de 2018 para deputado estadual. Ao recorrer a noção abrangente de *prática*, quero me referir a uma gama muito ampla de ações que uma candidatura realiza nas mídias sociais com vista a mobilizar o eleitorado, obter adesões e apoios, consolidar alianças, em suma, tudo aquilo que possa se traduzir em votos. Postagens (textuais, imagéticas ou audiovisuais), *stories*, *lives*, *memes*, *hashtags*, comentários, curtidas, *retweets*, compartilhamento de conteúdo e quaisquer formas de interação com outros usuários disponíveis na mídia social. Tudo isso pode ser uma prática eleitoral digital desde que tenham como finalidade geral a obtenção de votos, por vias diretas ou indiretas, e aconteçam no período das eleições, ou melhor, no *tempo da política*<sup>22</sup> (PALMEIRA, 1991, 1992).

---

<sup>21</sup> Este capítulo é parte da dissertação de mestrado em sociologia "*Internet, política e representação: o uso de redes sociais por candidatos a deputado estadual em Sergipe (2018)*", defendida em 2019, no PPGS/UFS. Foi orientada pelo prof. dra. Fernanda Rios Petrarca. A pesquisa teve fomento da CAPES por meio de uma bolsa de estudos (cf. BARBOSA, 2019).

<sup>22</sup> Recorro à noção de Palmeira (1991) para nuançar os marcos cronológicos



O trabalho se insere, assim, em uma agenda de pesquisas que analisa a relação entre a internet e a política. Nela, entre os anos 1990 e 2000, predominou a tese de que a “entrada” da primeira no âmbito da segunda levaria a uma transformação das estruturas e relações sociais da política, seja quanto aos atores que delas participam, seja quanto às suas práticas. Defendia-se que a rede mundial de computadores, ao promover a disseminação de informações e a visibilidade de grupos subalternizados e excluídos do poder, promoveria uma maior democratização das sociedades (GOMES, 2005a, 2005b, 2016; SAMPAIO, BRAGATTO & NICOLÁS, 2016; SAMPAIO et al, 2018). Hoje, essa tese começa a ser questionada. Mais que um espaço de comunicação livre, isento de assimetrias, vê-se que a internet e as mídias sociais, em especial, se “constituem [em] espaços políticos, permeados por relações de poder [portanto, assimétricos], onde estão em disputa uma série de atores que buscam visibilidade” (VILAÇA, VON BULLOW & ABELIN, 2016, p. 5).

Estudando essa disputa por *visibilidade online* no contexto das eleições em Sergipe de 2018 (BARBOSA, 2019), descobrimos que os candidatos com uma maior inserção no campo político levam

---

formais estabelecidos pelo calendário oficial do TSE. Trata-se de evidenciar “um certo recorte social do tempo”, que se relaciona com o calendário oficial, mas não se identifica plenamente com ele, normalmente prolongando-o de modo velado (um exemplo disso são as pré-candidaturas). Nesse “tempo”, os diversos grupos sociais se engajam em uma disputa aberta em torno do acesso a cargos eletivos.



vantagem sobre os demais – e não, necessariamente, “novos atores” como os trabalhos vinculados às teorias dos anos 1990 e 2000 defendiam. Nossa pesquisa mostrou que são os políticos profissionais, em sua grande maioria, que compõem a *elite política online* em Sergipe, isto é, o grupo que, dentre os candidatos do pleito, possuem mais seguidores no Facebook ou no Instagram e mais se beneficia disso em termos eleitorais<sup>23</sup> (BARBOSA, 2019).

Assim, percebemos que essa disputa por visibilidade nas mídias sociais vem se tornando cada vez mais um elemento central na construção de carreira na política profissional, uma vez que está relacionada com o sucesso eleitoral e com a permanência em cargos eletivos no âmbito do Estado. Pensando nisso, a problemática deste trabalho consiste em entender como *os políticos profissionais mobilizam essas ferramentas em suas campanhas* a partir do exame de suas práticas digitais de campanha.

## 2. Fazendo-se visto como representante

O trabalho argumenta que, durante o período eleitoral, as mídias sociais dos políticos profissionais foram mobilizadas na construção de um vínculo de identidade entre a candidatura e o eleito-

---

<sup>23</sup> Nas eleições em Sergipe, no ano de 2018, foram eleitos cerca de 66% dos candidatos com mais de 10 mil seguidores no Facebook e quase 60% dos que estavam acima desse número no Instagram. Ao mesmo tempo, quase todos os candidatos que não possuíam redes sociais ou que possuíam menos de mil eleitores não foram eleitos (BARBOSA, 2019)



rado. Nesse sentido, *os candidatos buscaram fazer-se vistos como representantes daqueles que eles dizem e almejam representar*. Argumenta-se, ainda, que essa construção da representação feita nas redes sociais não acontece em ruptura com as práticas políticas offline. Mas, em um processo que se desenrola “nas ruas e nas redes sociais”<sup>24</sup>, isto é, integrando atividades do mundo físico (carreatas, adesivações, comícios, reuniões) e do mundo digital (postagens, *lives*, twittaços).

Esses dois argumentos se baseiam em uma análise qualitativa do conteúdo das postagens feitas nas páginas do Facebook e do Instagram de quatro vitoriosos candidatos a deputado estadual em 2018. São eles: Iran Barbosa, do PT; Maria Mendonça, do PSDB; Kitty Lima, da REDE; e Maísa Mitidieri, do PSD<sup>25</sup>. Esses quatro casos foram escolhidos tendo em vista a problemática que norteia o artigo, isto é, a relação existente entre a carreira política e a construção da representação nas redes sociais. Com isso, a escolha levou em conta, em primeiro lugar, o tipo de representação que suas candidaturas elaboram<sup>26</sup> e, em segundo lugar, o tempo que atuam na política profissional.

---

**24** Declaração do então candidato Iran Barbosa no lançamento de sua campanha.

**25** O quantitativo de seguidores no Facebook e no Instagram de cada um deles está expresso na Tabela 1.

**26** Os tipos utilizados para classificar as candidaturas aqui em tela foram elaborados tendo por referência o estudo de KUSCINIR (1999: 17-32) sobre “campanhas e candidaturas” de vereadores no Rio de Janeiro da década de 1990.



Iran Barbosa e Kitty Lima são candidatos ligados à representação de uma causa. O primeiro, tendo ingressado na política a partir da luta sindical e, posteriormente, em um partido de esquerda, o PT, o único no qual atuou até hoje. Iran busca representar-se como candidato do “trabalhador” e das “minorias”. Já Kitty Lima foi eleita vereadora em decorrência de seus trabalhos em prol da “causa animal”, na ONG *Anjos*, que ela fundou em 2013. No que se refere ao tempo de atuação na política, Iran é mais experiente que Kitty: ele acumula quatro mandatos, incluindo um de deputado federal. Em 2018, possuía uma cadeira na câmara de vereadores de Aracaju e conseguiu seu primeiro mandato na ALESE. Ela foi eleita vereadora na capital em 2016, seu primeiro mandato. Conquistou, em 2018, o segundo.

Maria Mendonça, por outro lado, é uma candidata “regional”: está comprometida com a representação de uma região específica do estado na assembleia – a saber, o agreste sergipano<sup>27</sup>. Filha de uma liderança política itabaianense, Maria Mendonça foi prefeita de Itabaiana, sua principal base eleitoral, e cinco vezes deputada estadual. Em 2018, disputou e conquistou seu sexto mandato na ALESE.

A quarta candidata a compor a seleção de perfis analisados neste artigo parecer ser, a princípio, uma exceção em relação a seus pares aqui considerados. Enquanto todos eles já eram políticos profissio-

---

<sup>27</sup> Em termos geográficos, os municípios que compõem a base eleitoral de Maria Mendonça estão situados no agreste, mas também na parte sul do sertão sergipano. Este trabalho chama de “agreste”, por economia de linguagem, a região de Itabaiana, principal base eleitoral da candidata, e adjacências.



nais antes das eleições, isto é, tinham suas vidas dedicadas integralmente à atividade política, Maísa Mitidieri concorria à sua primeira candidatura. Sua biografia, até 2018, aparentemente não se vincula ao mundo político: nunca tinha disputado uma eleição, não ocupou postos na administração pública, nem possuía uma carreira como militante. Contudo, Maísa Mitidieri é herdeira política de seu pai, o médico Luiz Mitidieri, que ocupou por seis vezes uma cadeira na assembleia estadual e foi deputado constituinte na elaboração da Constituição Estadual de Sergipe, em 1991. Além disso, teve como “cabo eleitoral” o seu irmão, o deputado federal Fábio Mitidieri. Maísa, portanto, nasce “profissional” na política à medida em que sua candidatura representa a continuação de um “ofício de família” e está baseada nessa notoriedade política familiar.

O trabalho quer mostrar que, a despeito das diferentes “retóricas” de campanha, as redes sociais são utilizadas a partir de um conjunto de práticas oriundas do mundo da representação política profissional. Neste sentido, o que os candidatos a deputado estadual eleitos em Sergipe fizeram, em suas redes sociais, é muito semelhante àquilo que Karina Kuschnir (1999) observou em seu estudo sobre as estratégias de campanha dos vereadores eleitos no Rio de Janeiro dos anos 1990: a construção de um vínculo de identidade entre a candidatura e o eleitorado.



## 2.1 Iran Barbosa: dar “continuidade à defesa da classe trabalhadora, dos excluídos e dos oprimidos da sociedade”

Iran Barbosa faz sua primeira postagem de campanha nas redes sociais já no dia 16 de agosto de 2018. Trata-se de um pequeno vídeo no qual o candidato anuncia o início oficial de sua campanha a deputado estadual, que terá lugar “nas ruas e nas redes sociais” e será norteadada pelo diálogo de Iran Barbosa “com os trabalhadores e com o povo”. No vídeo, Iran aparece vestido em uma camisa polo vermelha – cor de seu partido, o PT. É essa mesma cor e essa mesma camisa que irão acompanhar o então vereador por Aracaju em sua “luta” pela vaga na ALESE. Daí até o fim da campanha, o perfil de candidato irá apresentar um intenso uso das redes sociais, chegando a postar até nove vezes em um mesmo dia. Dos quatro candidatos considerados, Iran é o mais ativo nas redes.

Em seu slogan de campanha, Iran Barbosa diz que sua candidatura “é de luta e lhe representa”. Suas redes sociais são utilizadas, então, para mostrar que sua candidatura consiste na representação da “classe trabalhadora, dos excluídos e dos oprimidos da sociedade” e a luta referida no slogan é a “defesa” desses setores<sup>28</sup>. Para construir essa imagem, o candidato usa suas redes sociais para fazer publicações relativas à sua trajetória na política, às declarações

---

<sup>28</sup> Declaração da presidente SINTESE, prof.<sup>a</sup> Ivonete Cruz, sobre a candidatura de Iran Barbosa postada nas redes sociais do candidato. Fonte: @iranbarbosaoficial



de apoio de aliados políticos, seus feitos enquanto parlamentar e seus atos de campanha – são esses os quatro tipos principais de postagens feitas pelo petista.

A primeira categoria de post é aquela relativa à trajetória de Iran Barbosa enquanto político e sindicalista. Isso já aparece na “bio”<sup>29</sup> do candidato: “Professor, ex-Deputado Federal, Vereador por Aracaju e candidato a Deputado Estadual. Dirigiu o SINTESE, a CNTE e a CUT-SE”. Com isso, Iran exalta e publiciza não somente sua experiência parlamentar, mas também celebra sua trajetória de sindicalista, iniciada no SINTESE. Afinal, não se trata de apresentar-se meramente como um político experiente, mas como um político “comprometido” com a luta “pelos direitos do povo” – por isso, a atuação nos sindicatos aparece bem ao lado dos cargos parlamentares já ocupados.

É importante notar, ainda, que, antes de tudo isso, o candidato se apresenta como professor. A docência, aliás, também foi a principal ocupação declarada por Iran Barbosa ao TSE<sup>30</sup>, embora há muito ele esteja afastado das salas de aula em decorrência de suas atividades sindicais e parlamentares. Não devemos, todavia, tomar essa informação como falsa: o que está em jogo aqui é o uso da profissão como um recurso legitimador de uma candidatura (CORADINI, 2001). Um professor, conforme o sindicato no qual Iran

---

<sup>29</sup> Seção do perfil ou página de uma rede social na qual se apresenta uma biografia resumida.

<sup>30</sup> “Professor de ensino fundamenta”, conforme consta em sua ficha de candidatura disponível no TSE.



iniciou sua militância<sup>31</sup> e até hoje está vinculado, é um trabalhador da educação. Trata-se, assim, de mostrar-se como um trabalhador que já representou, representa (enquanto vereador por Aracaju) e irá continuar representando (quando eleito deputado estadual) tantos outros trabalhadores e, desse modo, lutar pelos seus direitos.

Como fazem os demais candidatos, Iran também usa as redes para celebrar suas alianças. Essa publicização do apoio recebido de lideranças políticas à sua candidatura está a serviço da construção de sua representatividade enquanto candidato da “classe trabalhadora, dos excluídos e dos oprimidos”. Como dito, esse é um dos quatro tipos de postagem mais frequente nas redes desse candidato e seguem o modelo do exemplo abaixo (FIGURA 4).

Assim, as declarações de apoio enfatizam a “história” ou a “trajetória” de Iran na “luta” em pelos “direitos do povo”, dos “trabalhadores”, dos “negros” e da “juventude”; “em defesa da cultura”, da “diversidade” de gênero e dos “direitos humanos” – pautas que ele “sempre defendeu como parlamentar” de forma “implacável”. Votar em Iran, conforme seus apoiadores, é “garantir” a continuidade dessas “lutas” e dar “voz aos trabalhadores e minorias” na ALESE.

Por outro lado, não é somente pelo *o que é dito* que Iran Barbosa constrói sua representatividade, mas também pela *seleção daqueles que dizem*. Entre os autores dessas declarações postadas em suas redes figuram quase que exclusivamente sindicalistas de diversas

---

<sup>31</sup> Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe, o SINTESE.



categorias profissionais, predominando os professores e ativistas de movimentos sociais dos LGBT, dos negros, das mulheres e da juventude. Desse modo, o candidato publiciza uma rede de apoio entre aqueles que ele diz representar, contribuindo para corroborar a legitimidade de sua representação.



**Figura 4** - Declaração de apoio à candidatura de Iran Barbosa.

Fonte: @iranbarbosaoficial

A serviço dessa construção também estão os posts que tem por objeto o que “Iran fez por Sergipe”. Suas ações, enquanto parlamentar, são publicadas visando assegurar àqueles que Iran quer e diz representar, de maneira a afirmar que o “compromisso com o povo” não é mero artifício retórico eleitoral, mas fatos que justificam sua condução à ALESE. O candidato petista usa as redes para prestar conta de suas ações parlamentares, seja em seus mandatos anteriores, seja no seu mandato atual: registram-se os quantitativos de emendas propostas; recursos obtidos para os municípios e suas respectivas destinações (FIGURA 5); indicações e posicionamentos tomados em questões de impacto na sociedade; e sessões especiais propostas pelo candidato para discutir, nas “casas parlamentares”, os interesses de seus representados. Para produzir a veracidade de suas ações aos olhos de seu eleitor, Iran frequentemente posta recortes de jornais locais que noticiam sua atuação parlamentar. Desse modo, ele comunica a seus eleitores que sua “história” e ações são de conhecimento público, noticiada



amplamente pela mídia. É como se ele dissesse “não sou apenas eu quem digo que vos representas, mas os jornais reconhecem e noticiam essa representação”.



**Figura 5** - Recursos destinados aos municípios sergipanos por Iran.

Fonte: @iranbarbosaoficial

Por fim, Iran Barbosa se serve das redes sociais para divulgar seus atos da campanha. Quanto a isso, convém lembrar que a campanha desse candidato foi apresentada como um diálogo “nas ruas e nas redes sociais (...) com os trabalhadores e com o povo” – uma divisa que de fato conduz o desenrolar da campanha na medida em que contribui para a construção de sua representatividade. Isso significa, portanto, apresentar-se como um candidato “do povo” que faz sua campanha “entre o povo”.



**Figura 6** - Adesivação em semáforo de Aracaju.

Fonte: @iranbarbosaoficial

É simbólico, quanto a isso, a inexistência de postagens de carreatas organizadas por Iran Barbosa, afinal o carro é símbolo dos que possuem maior poder aquisitivo, não dos trabalhadores<sup>32</sup>. A campanha é feita a pé, em adesivações e panfletagens em semáforos da capital, junto à “companheirada” que, vestida em vermelho

<sup>32</sup> O que não quer dizer que elas não tenham ocorrido, mas somente que isso não foi publicado nas redes – fato esse que é, como argumentou-se, dotado de significação.



e branco, coloca “sua energia na campanha do 13900”(FIGURA 6); em reuniões com sindicatos e movimentos sociais; em “rodas de conversa” com associações sociais ou de trabalhadores no interior do estado, nas quais é significativo que o candidato tome lugar ao lado dos eleitores, sentando na mesma cadeira que eles, colocando-se não à frente de seus eleitores, como nos tradicionais comícios, mas ao lado destes (FIGURA 7).



**Figura 7** - “Roda de conversa” em associação de trabalhadores no interior.

Fonte: @iranbarbosaoficial

## 2.2 Maísa Mitidieri: “fazer política como meu pai sempre fez”

As postagens de Maísa Mitidieri no período eleitoral se dividem entre três tipos principais: a publicização de sua condição de herdeira política da família Mitidieri; a celebração de suas alianças, em nível estadual e municipal; e a divulgação de seus atos de campanha. A candidata inicia sua campanha nas redes sociais no dia 17 de agosto de 2018, um dia após o início oficial do período de campanha estipulado pelo TSE. A partir daqui o perfil da candidata passa a postar conteúdos pelo menos uma vez por dia em seus perfis.

Seu primeiro post consiste em um tradicional “santinho”: uma foto produzida da candidata sorrindo, vestida em uma camisa polo azul, cor oficial de seu partido, o PSD, juntamente com o número de sua candidatura (55555). O santinho traz ainda a divisa de sua campanha: “compromisso que se renova”, além de um selo no qual pode-se ler, em letras garrafais, a frase “FICHA LIMPA DE VERDADE!”.



O compromisso referido no santinho, e que a candidata quer renovar, refere-se ao do mandato parlamentar de seu pai, o então deputado estadual e médico Luiz Mitidieri. Após 24 anos ocupando uma cadeira na ALESE e tendo sido deputado constituinte da Constituição Estadual de 1991 (ALESE, 2019a), Luiz Mitidieri encerra suas atividades parlamentares. Mas não sem garantir a perpetuação de seu legado na política estadual através de seus filhos. Maísa é a segunda filha de Mitidieri a disputar um cargo eletivo. Em 2014, seu filho Fábio Mitidieri foi eleito deputado federal pelo PSD e em 2018 disputava a recondução ao cargo. A candidatura de Maísa Mitidieri é, então, construída sob renovação e continuação do mandato do pai, em que ela irá “herdar” ao fim do pleito.

É por isso que a “família” será um tema recorrente de suas postagens no período de campanha. Este é o foco da construção de imagem de representante de Maísa Mitidieri. Nesse sentido, as “fotos de família” são bem específicas: referem-se ao seu pai e ao seu irmão, imagens nas quais Maísa posa ao lado. Aliás, a campanha de Maísa é “casada” com a de seu irmão Fábio Mitidieri, com quem ela compartilha até o número na urna (55555 e 5555).



**Figura 8** - Maísa Mitidieri e seu pai, Luiz Mitidieri.

Fonte: @depmaisamitidieri

O post de 21 de agosto (FIGURA 8) sintetiza muito bem esse aspecto do uso eleitoral que a candidata faz de seu Instagram. Na foto Maísa Mitidieri recebe um beijo, na cabeça, de seu pai. Ao lado deles a



declaração de que a candidata se apresenta para “renovar o compromisso de fazer política como meu pai sempre fez”. A composição da imagem é imensamente significativa: é como se o beijo paternal transmitisse, além do afeto, o mandato.

Como este, muitos outros posts trazem a candidata ao lado de seu pai e irmão, pessoas a que ela muito ama e com as quais ela aprende sobre “como é ter caráter e respeito pelo próximo na vida pessoal e na vida pública”. Com isso, a candidata quer convencer os eleitores de que a “filha de um grande político será com certeza uma grande política” – como declarou um eleitor no Facebook e cujo comentário o perfil da candidata tratou de reproduzir.

Além de fazer-se vista como a continuidade do trabalho parlamentar de seu pai, Maísa Mitidieri usa as redes sociais para celebrar publicamente suas alianças políticas. Dessa forma, ela demonstra fazer parte de um grupo político que se estende por todo estado. Grupo esse que Maísa Mitidieri chama de “amigos” que lhe proporcionam um “apoio fundamental” na “caminhada” rumo à deputança. Assim, dois são os tipos de alianças publicizadas por Maísa Mitidieri em suas redes sociais: as lideranças estaduais e as municipais.

As lideranças estaduais são objeto constante das publicações da então candidata Maísa Mitidieri. Junto com o seu irmão, a candidata saiu em campanha com os candidatos de sua coligação no pleito majoritário: o governador reeleito Belivaldo Chagas (PSD), a vice-governadora eleita Eliane Aquino (PT), o ex-governador e candi-



dato a senador Jackson Barreto (MDB) e o senador eleito Rogério Carvalho (PT). Esses seis candidatos são chamados por Maísa de “time 55”, em referência ao número da chapa majoritária de sua coligação. Ao lado deles, a candidata postou fotos de uma série de ações de campanha por todo estado, como carreatas, comícios, reuniões, etc. Dessa forma, fazendo-se vista ao lado do “time 55”, ela agregou a sua imagem à ideia da continuidade do grupo político que governa o estado.



**Figura 9** - Maísa Mitidieri e a «equipe 55».

Fonte: @depmaisamitidieri

Além desses, a candidata publicou o apoio que recebia de uma série de lideranças políticas nos municípios do interior do estado. Nessas publicações, Maísa Mitidieri aparece ao lado de prefeitos, ex-prefeitos, vereadores e lideranças do interior e reafirma seu “compromisso com a região”, em que eles são oriundos. Aqui, as publicações enfatizam a “importância do apoio” recebido pela sua candidatura dos “amigos” – adjetivo que frequentemente aparece junto aos nomes dessas pessoas. Ao contrário das fotos com as lideranças estaduais, em sua maioria feitas em espaços públicos e abertos, as fotos com essas outras lideranças são, em geral, em espaços mais “intimistas”: comitês de campanha, reuniões com cabos eleitorais, cafés da manhã e até festas de aniversário.

A celebração dessas alianças, nos municípios e no estado, é também uma forma de solidificar a ideia de continuação do “fazer política



como meu pai sempre fez”. Os “amigos” que são “fundamentais” para candidatura de Maísa são os aliados de seu pai e de seu irmão. Com isso, Maísa chega na política ao lado de quem seu pai sempre esteve e expõe isso tanto para o eleitorado quanto para os próprios aliados. Com efeito, Maísa Mitidieri aciona uma concepção do voto e da política em sua a dimensão coletiva. Como apontou Moacyr Palmeira (1991, 1992), o voto nem sempre é expressão da escolha individual e racional do eleitor, mas, muitas vezes, este reflete uma adesão a uma facção ou grupo social. É a adesão ao grupo político de seu pai, a fidelidade que seus eleitores lhe deviam que Maísa reivindica para si com esse tipo de postagem.

Um terceiro tipo de uso das redes sociais, apresentado pela candidata, é a publicização de ações de campanha. Aqui, incluem-se ações como carreatas, caminhadas, adesivaços, comícios e “bate-papos” que tinham lugar tanto na capital quanto no interior. As redes foram usadas pela candidata tanto para divulgar e convocar sua militância para os atos quanto para registrá-los e relatá-los para seu eleitorado.

Por fim, há alguns usos menos recorrentes, mas nem por isso menos significativos. Assim, a candidata também se utilizou das redes para aparecer ao lado de eleitores (exclusivamente idosos e crianças); registrar a presença em eventos religiosos da Igreja Católica (procissões e missas); e para apresentar pautas, ainda que de forma bastante genérica, como “saúde”, “inclusão”, “luta por Sergipe” e inserção feminina na política.



### 2.3 Maria Mendonça: “quem é de Itabaiana sabe e conhece bem”

“Quem é de Itabaiana sabe e conhece bem”, assim canta um jingle postado nas redes sociais de Maria Mendonça durante o período eleitoral de 2018. Política experiente, Maria Mendonça buscava, neste pleito, mais uma reeleição ao cargo de deputada estadual. Eleita, obteve sua sexta legislatura – a terceira consecutiva desde que retornou à ALESE em 2010, após ter sido prefeita de Itabaiana entre 2004 e 2008. Nascida em uma família de políticos itabaianenses, seu pai é o “líder político”<sup>33</sup> Francisco Teles de Mendonça, mais conhecido como Chico de Miguel, que foi também deputado estadual e vereador por Itabaiana. Seus irmãos também foram políticos: José Teles de Mendonça foi deputado federal por Sergipe e deputado estadual; Antônio Teles de Mendonça é ex-prefeito da “princesa da Serra”.

Itabaiana e seus municípios vizinhos são o palco da vida política da família Teles de Mendonça há bastante tempo. A história dessa família na política remonta à década de 1960, quando seu pai se candidatou a deputado estadual em decorrência do assassinato de duas lideranças políticas itabaianenses ligadas à antiga UDN, em 1963. Chico de Miguel, conforme declarou em uma entrevista, “era eleitor deles” e após o crime, a UDN itabaianense “estava morta, acabada, sem ninguém querer tomar a frente”. Assim, em 1966

---

<sup>33</sup> É assim que ele é descrito na biografia da deputada no site da ALESE, (ALESE, 2019b)



Francisco Teles de Mendonça elege-se deputado estadual e, no decorrer das próximas décadas, estabelece-se como uma liderança extremamente influente naquela região (SANTOS, 2002, p. 268). Foi lá que o Chico de Miguel fez seu nome e transmitiu seu legado para os seus filhos.

Desse modo, é para essa região, o agreste sergipano, que Maria Mendonça direciona suas postagens nas redes sociais: ela usa as redes para reforçar sua imagem de representante do agreste na assembleia estadual. Isso se dá por meio de três tipos de publicações: a divulgação das realizações de seu mandato; a divulgação e o registro de ações de campanha; e a publicização da religiosidade da candidata. Além disso, o culto à memória de seu pai também tem lugar nas redes sociais da deputada, ainda que pequeno em comparação aos outros tipos de usos das redes. É através dele que Maria Mendonça liga sua história de representante de Itabaiana à história do “trabalho” de sua família pela cidade e pela região. Seu pai irá ser apresentado como sua “base”, seu grande modelo de político, cujo trabalho dela é apenas um prolongamento do dele. De seu pai, Maria Mendonça diz, em suas páginas, ter herdado não só o eleitorado, mas “o jeito de fazer política”.

O relato dos feitos de seus mandatos é uma das postagens mais recorrentes nas redes sociais de Maria Mendonça. A candidata usa suas redes para publicizar suas “iniciativas” e suas realizações. A primeira categoria refere-se às proposituras da candidata em seus mandatos pretéritos, entre as quais se incluem projetos de leis,



moções de apelo e indicações. A segunda, consiste naquilo que efetivamente “Maria (...) faz pelo povo”: obras de infraestrutura; repasse de recursos; pagamento de salário em dia (quando prefeita); centros médicos e programas de saúde; incentivos à “cultura, esporte e lazer” e demais “conquistas” que a deputada obteve para sua região – frequentemente referida como “nossa região”.

Encontra-se aqui muitos feitos ligados à dimensão simbólica, como o projeto de lei que tornou “a festa do caminhoneiro, em Itabaiana, como Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado de Sergipe”. O caminhão é um símbolo da cidade de Itabaiana, que recebe, dentre outras, a alcunha de “capital do caminhão”. A festa do caminhoneiro é um dos grandes eventos do calendário da cidade e a “cultura do caminhão” está fortemente ligada à identidade dos itabaianenses. Como se pode perceber, pelas proposituras postadas por Maria Mendonça, a valorização dessa identidade regional é uma preocupação dos mandatos da candidata, afinal de contas valorizar o local é uma forma de reforçar a construção daquilo que ela pretende representar: é preciso que haja uma forte ideia de Itabaiana e de Agreste para que haja uma representante dessa Itabaiana e desse Agreste.



**Figura 10** - Propositura dos mandatos de Maria Mendonça

Fonte: @mariamendonca.se

Mas, há também realizações palpáveis e de grande impacto social, como a implantação de um campus da Universidade Federal de Sergipe e outro do Instituto Federal de Sergipe em Itabaiana –



“conquista” que visa comprovar, ao eleitorado, que Maria Mendonça luta pelo futuro da região agreste, incorporado no “jovem (que) tem voz e vez” junto aos seus mandatos.

A imensa maioria dessas ações estão relacionadas aos municípios do agreste sergipano em uma diversidade de aspectos: da cultura à infraestrutura, da saúde à educação. Realizações que servem para demonstrar o “compromisso” da deputada com a “nossa gente”, com o “povo” de Itabaiana e de municípios vizinhos, que são os beneficiários quase exclusivos de suas proposições e realizações, assim como são também os destinatários da representação que ela visa construir nas redes sociais – a despeito do mapa de Sergipe estampado no plano de fundo de seu santinho, das menções ao “povo sergipano” ou ao “povo” de forma genérica.

Tendo isso em mente, não é de se estranhar que todas as suas postagens relativas a ações de campanha tenham lugar nessa região. A deputada usa suas redes para comunicar os eventos de sua campanha ao seu eleitorado: convocando para carreatas e comícios, lembrando o evento quando de sua proximidade temporal, agendando “visitas” a bairro, povoados e feiras livres, que são feitas a pé para que ela possa “olhar no olho” do eleitor – aliás, é nessa situação que Maria Mendonça é retratada nas fotos desse tipo de postagem (FIGURA 11).



**Figura 11** - Maria Mendonça  
“olhando nos olhos” do eleitor.

Fonte: @mariamendonca.se



Faz-se notar, em especial, as “notas de esclarecimentos” publicadas por Maria Mendonça. Nelas, a deputada cancela visitas agendadas a alguma comunidade, justificando nas redes os seus motivos. Tais cancelamentos ocorrem “em solidariedade” ou “em respeito” às necessidades das famílias moradoras da região, as quais a candidata prontamente atende (FIGURA 12). Na medida em que publiciza esses “contratempos” de campanha em suas redes sociais, a candidata os convertem em uma oportunidade de expressar sua sensibilidade em relação às necessidades das comunidades e dizer ao seu eleitorado que o bem-estar deles é mais importante que a sua campanha.



**Figura 12** - Nota de esclarecimento publicada por Maria Mendonça.

Fonte: @mariamendonca.se

As postagens relativas à presença da candidata em eventos religiosos têm lugar de destaque na construção de sua imagem de representante do agreste. No período eleitoral, Maria Mendonça publica diversas vezes sua participação em eventos da Igreja Católica, como missas de ação de graça, procissões e novenas. Nessas postagens não há alusões à campanha: são fotos nas quais a deputada aparece sem adesivos colados no peito e nem há referência ao seu número na urna. Apenas fotos da candidata participando compenetrada nas cerimônias religiosas, recebendo a hóstia na comunhão ou caminhando ao lado de “amigos” (lideranças locais e estaduais, prefeitos, senadores, vereadores) (FIGURA 13).





**Figura 13** - Maria Mendonça participa de procissão.

Fonte: @mariamendonca.se

Contudo, estes eventos católicos estão, em sua maioria, relacionados à comemoração de santos padroeiros das diversas localidades que Maria Mendonça visita. Desse modo, prestar homenagem a esses santos é, também, uma maneira de reforçar os vínculos com as localidades através do culto de seus protetores e, assim, fazer-se vista como representante daqueles que ela pretende e diz representar. Além disso, na única postagem em que a candidata relaciona sua religiosidade diretamente à sua atuação política, Maria Mendonça busca fazer dela uma fonte de sua legitimidade quando afirma que o “cuidar” do povo é uma “missão” dada por Deus “para sua vida”.

#### 2.4 Kitty Lima: “aWtivista da causa animal”

É como “ativista da causa animal” que a hoje deputada estadual Kitty Lima descreve-se na *bio* de suas redes sociais. Foi devido ao “empenho” dedicado a essa causa que Kitty tomou o “caminho jamais imaginado” da política (ALESE, 2019c). Fundadora da ONG *Anjos*, Kitty Lima dedicava-se à “reabilitação de animais de rua” em Aracaju, tendo como foco os “casos graves” – leia-se, animais abandonados e gravemente doentes. Por conta desse engajamento em prol dos animais, em 2016 Kitty foi “convidada” pela REDE para disputar um assento na câmara dos vereadores de Aracaju, em que



conquistou com relevante número de votos. Em 2018, buscando aumentar a abrangência de seu “ativismo”, ela candidata-se ao cargo de deputada estadual.

Kitty Lima usa suas redes sociais para promover a sua atuação nessa causa. Através do Facebook e do Instagram, ela quer se fazer vista como representante dos defensores dos animais em Sergipe. Assim, sua representatividade é construída nas redes a partir de três tipos de postagens: as relativas à sua atuação na Câmara Municipal de Aracaju; as que se referem ao seu ativismo na causa animal; e as que expressam seus sentimentos pelos animais.

Suas atividades na Câmara Municipal de Aracaju são um dos assuntos mais frequentes nas redes sociais de Kitty Lima. Em sua primeira legislatura, tais postagens asseguram ao eleitorado que o “empenho” à causa animal se traduz agora em um mandato atuante. Para isso, são publicados os projetos de lei propostos pela vereadora e seus posicionamentos em relação a pautas específicas das questões animais e ambientais, comunicados na maioria das vezes através de vídeos que registram os pronunciamentos de Kitty Lima na tribuna da câmara municipal (FIGURA 14).



**Figura 14** - Kitty Lima no plenário da CMA.

Fonte: @kittylima.oficial

É por meio dessas publicações que Kitty Lima constrói e reforça para si a imagem de parlamentar das causas animais. Nesse sentido, mesmo durante as eleições, a candidata continuou seu trabalho de vereadora



paralelamente à sua campanha para deputada: levou à votação e aprovou um projeto de lei municipal que proíbe o uso de veículos de tração animal, que regulamentava seu fim gradual (SIQUEIRA, 2018). Essa vitória é o corolário da campanha #aracajusemcarroças que Kitty Lima vinha encabeçando desde o início de sua vereança.



**Figura 15** - Kitty Lima colhendo assinaturas para abaixo assinado.

Fonte: @kittylima.oficial

São recorrentes, ainda, nas redes sociais de Kitty Lima, postagens que tematizam suas atividades “práticas” de ativista: denúncias de maus tratos, “resgates” de animais feitos por sua ONG, atualizações sobre o estado de saúde dos bichos resgatados, organização de campanhas de doação para a causa e de abaixo-assinados (FIGURA 15). Dessa forma, a candidata diz para seu eleitor que eleger-se vereadora não fez dela uma mera política de gabinete, limitada a defender os animais no conforto de uma sala com ar-condicionado, ou uma demagoga falando na tribuna da câmara municipal. Comprovando que o mandato não interrompeu suas atividades de ativista na ONG que ajudou a fundar, Kitty Lima estabelece uma continuidade entre sua atividade parlamentar e o seu ativismo, apresentando-os para seus eleitores como faces da mesma moeda.

Finalmente, Kitty Lima usa as redes sociais para publicizar seu “amor” pelos animais. São postadas, nesse sentido, diversas fotos afetuosas da candidata com os animais, principalmente abraçada com cães e gatos (FIGURA 16). Tais postagens visam “provar” as



motivações “autênticas” e passionais do envolvimento com a “causa animal”. É nesse sentimento que ela fundamenta sua luta em defesa dos animais e que constitui a base de sua representatividade.



**Figura 16** - Kitty Lima demonstrando seu amor pelos animais.

Fonte: @kittylima.oficial

Tamanha é a importância de publicizar esse sentimento que é em referência a ele que a Kitty Lima, já deputada estadual, vai construir seu relato biográfico de presente no site da ALESE (2019c, grifos nossos). Lá, a deputada conta que, desde a infância, era a “mais carinhosa com os animais” entre os seus irmãos e “desde cedo demonstrava um cuidado especial com os animais”. Ademais, já com cinco anos de idade ela decidiu “*por vontade própria, (...) não consumir mais carne de qualquer espécie por se dizer contra a morte de animais para consumo e, a partir daí, começou a desenvolver consciência para a causa animal*”. Essa consciência para com os animais marca de tal modo a biografia de Kitty Lima que sua “família não sabe contabilizar quantos gatos Kitty levou para dentro de casa, muitos deles resgatados das ruas em situação de abandono ou de maus tratos”.

### **3. Conclusão: fazendo-se visto como representante “nas ruas e nas redes sociais”**

Os dados aqui analisados nos ajudam a compreender como as redes sociais dos deputados eleitos foram mobilizadas durante o período eleitoral. A partir deles, podemos perceber que as mídias sociais



foram mobilizadas na elaboração de um vínculo de identidade e pertencimento entre a candidata e o eleitor, entre representante e representado. Nesse sentido, retomando o argumento central deste artigo, percebe-se como os candidatos buscaram, através de suas redes sociais, fazerem-se vistos como representantes daqueles que estes dizem e almejam representar.

Como demonstra Kuschnir (1999, p. 19-28), e como corroboram os dados aqui examinados, tal vínculo identitário pode ter diversas fontes. Pode fundamentar-se no compartilhamento de uma “luta” comum entre o candidato e o eleitor, como é o caso de Iran Barbosa e “os trabalhadores”, “excluídos” e “oprimidos”; ou como o de Kitty Lima e outros “ativistas da causa animal”. Pode, igualmente, fundar-se no pertencimento a um espaço social e geográfico comum, a partir do qual se estabelece um vínculo “via experiência de vida comum”, como ocorre com Maria Mendonça – que conhece e é conhecida por Itabaiana e região, que sabe dos “nossos” problemas e “trabalha” para atender “nossas necessidades”. Finalmente, à luz dos casos aqui considerados, é possível estabelecer essa ligação através do “empréstimo” da notoriedade de um familiar político famoso, que atua na esfera nacional de representação ou que está se aposentando. A notoriedade herdada cria um vínculo entre o candidato e o eleitorado de seu “padrinho” – é o que ocorre com Maísa Mitidieri.

De todo modo, a tarefa de construir um vínculo desse tipo para se eleger não é uma necessidade que se impõe à atividade política com o advento da Internet e das redes sociais. Kuschnir (1999), analisando



os vereadores do Rio de Janeiro nos anos 1990, indica como a construção da representatividade é peça central no acesso a esse cargo. No seu trabalho, ela atesta inclusive uma correlação entre o tipo de representação construída pelo candidato e a distribuição dos votos que ele obteve pelas sessões eleitorais da cidade. Por exemplo, os “candidatos de bairro”, que tem seus votos concentrados em sessões situadas em bairros da zona norte; os “ideológicos”, que vão concentrar seus votos nos bairros da zona sul; e os candidatos que representam “causas”, que vão encontrar eleitores espalhados pela cidade.

Essa necessidade de que um candidato a algum cargo eletivo tem de gerir sua imagem pública é amplamente discutida pelos estudos sobre comunicação e política, como observam Miguel e Biroli (2010). Na medida em que os meios de comunicação se tornam um importante instrumento de contato entre a classe política e o “cidadão comum”, os políticos têm de se adaptar aos meios de comunicação que têm maior adesão entre a população. Todavia, como nossos dados evidenciam, essa adaptação não se dá por uma “tirania dos meios”, mas reflete muito mais um processo de amálgama entre as novas formas e os conteúdos preexistentes – que, nesse caso, se referem às trajetórias políticas dos candidatos e suas práticas eleitorais.

Quanto a isso, as evidências indiciam que, no que se refere às práticas eleitorais, não existe uma ruptura necessária entre a campanha online e a campanha offline. Quando o deputado Iran Barbosa declara que sua campanha vai se desenrolar “nas ruas e nas redes sociais”, ele diz algo que vale para todos os candidatos



aqui considerados. As campanhas desses indivíduos ocorreram de modo articulado entre “as ruas” e “as rede”, com a integração de atividades do mundo físico (carreatas, adesivações, comícios, reuniões) e do mundo digital (postagens, lives, twittaços): as chamadas para eventos de campanha e seu posterior registro nas redes; os santinhos que circulam também em suporte digital; os programas eleitorais e entrevistas no rádio e na TV, que são reproduzidos na íntegra ou em partes nas redes. Tudo isso leva a crer que a entrada da Internet na política não produz, necessariamente, o surgimento de um novo formato de campanha. Entretanto, que a Internet e as redes sociais digitais são integradas às “velhas” estratégias “analógicas” de obtenção de votos. Vê-se, então, que a esfera política é capaz de reproduzir-se nas redes sociais, como mostrou os dados aqui analisados, reproduzindo e amalgamando, no uso das redes sociais, as práticas eleitorais constituídas fora da Internet.

Esse “peso” do mundo político, certamente, faz sentir-se no uso das redes pelos candidatos mais vinculados à política “pré” redes sociais. Como é o caso de Iran Barbosa e Maria Mendonça, em que foram socializados nas práticas offline do fazer político. Também seria o caso de Maísa Mitidieri, que “herda” todo um conjunto de alianças, recursos, notabilidade e práticas de sua família – esta, constitui-se no “elo” entre Maísa e a política “pré” redes sociais. Mas o que dizer de Kitty Lima, que se insere na política profissional já em um tempo em que as redes sociais já estavam disseminadas e possuíam largo uso político? Não deveria ela usar as redes sociais de modo diverso aos seus pares?



Se há um tipo de candidato que poderia apresentar algum tipo de transformação nessa ordem de atividade, certamente são os candidatos como ela. Kitty Lima não possui trajetória de militância partidária, nem padrinho político. Surgida como outsider do universo da representação, ela tornou-se candidata em decorrência, como exposto, de sua atuação em uma ONG de resgate de animais. A divulgação desse trabalho nas redes sociais certamente deu à ela a visibilidade necessária para ser convertida em um cargo, sua vereança por Aracaju.

Todavia, aqui também o “campo político” expressa sua coercitividade e o peso de sua autonomização em relação aos demais espaços sociais (BOURDIEU, 1989, 2011). Se por um lado a Internet e as redes sociais refletem uma clara transformação nas maneiras de se comunicar das sociedades contemporâneas, as regras do jogo político resistem em mudar. Eleger-se para um cargo ainda passa por construir uma representação em relação a um eleitorado, conseguir seus votos e depois continuar reforçando essa relação de representação. As redes sociais e a Internet, de modo geral, são integradas à política dentro dessa lógica.

Para se candidatar, Kitty Lima precisou filiar-se a um partido. Para que pudesse ser eleita, este partido deveria ser capaz de obter votos suficientes para atingir o coeficiente eleitoral. Nesse sentido, a REDE é um partido grande o suficiente para atingir esse coeficiente sem a necessidade de compor coligações. Ainda que, através das redes sociais, foi necessário que a então candidata transformasse sua visibilidade adquirida, com o trabalho em prol dos animais, em uma



justificativa para sua candidatura e, dessa maneira, ser vista por uma parcela do eleitorado como uma representante digna de voto. Mesmo sendo, inicialmente, uma outsider, Kitty Lima precisou jogar o jogo pelas regras já existentes de modo que, a despeito de sua inserção, hoje ela é uma jogadora profissional que usa suas redes sociais a partir das demandas dessa atividade.

### Referências bibliográficas

ALESE – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE.  
Balanço das atividades: Luiz Mitidieri. **Portal ALESE**, 07 de janeiro de 2019a. Disponível em: <https://al.se.leg.br/balanco-das-atividades-luiz-mitidieri/> Acesso em 15 de abril de 2019.

ALESE – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE.  
Deputados: Maria Mendonça. **Portal ALESE**, janeiro de 2019b. Disponível em: <https://al.se.leg.br/deputado/maria-mendonca/> Acesso em 15 de abril de 2019.

ALESE – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE.  
Deputados: Kitty Lima. **Portal ALESE**, janeiro de 2019c. Disponível em: <https://al.se.leg.br/deputado/kitty-lima/> Acesso em 15 de abril de 2019.

BARBOSA, S. V. S. **Internet, política e representação: o uso de redes sociais por candidatos a deputado estadual em Sergipe** (2018). Dissertação (Mestrado em Sociologia), PPPGS/UFS. São Cristóvão, SE, 2019. 104p.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para a teoria do campo político. **O poder simbólico**. Lisboa/ Rio de Janeiro: DIFEL/ Bertrand Brasil, 1989. pp. 163-208.



\_\_\_\_\_, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, 2011, p. 193-216.

CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

GOMES, Wilson (2005). Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 27, 2005a.

\_\_\_\_\_. (2005b). A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 7, n. 3, 2005b.

\_\_\_\_\_. 20 anos de política, estado e democracia digitais: uma cartografia do campo. In: SILVA, S. P.; BRAGATTO, R. C.; SAMPAIO, R. C. (Orgs.). **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2016. p. 25-45.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 7-24

KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

PALMEIRA, Moacyr. Política, Facção e Compromisso: alguns significados do voto. **Encontro de Ciências Sociais do Nordeste**, Salvador, CRH/Finep/CNPq/ANPOCS, v.1, 1991, p. 111-130.

\_\_\_\_\_. Voto: racionalidade ou significado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n 20, 1992, p. 26-30.

SAMPAIO, Rafael C.; BRAGATTO, Rachell C.; & NICOLÁS, Maria A. A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, 2016, pp 285-320.



SAMPAIO, Rafael C. et al . Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura: uma análise dos papers apresentados no grupo de trabalho da Anpocs. **Revista Brasileira de informação bibliográfica – BIB**, São Paulo, n. 85, 2028, pp. 126-147.

SANTOS, Osmário. **Memórias de políticos sergipanos do séc. XX**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2002.



**Seção II -**  
**Grupos profissionais:**  
**estratégias**  
**de recrutamento**  
**e reconversão**

# CAPÍTULO 03

## O Processo de Profissionalização da Atividade Jornalística em Sergipe

Alex Menezes de Carvalho

### 1. Introdução

Ao longo deste capítulo analisamos o processo de profissionalização do jornalismo em Sergipe. De início, traçamos um panorama do processo de profissionalização da atividade jornalística nos dois principais centros populacionais do país – as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo – e apresentamos um conjunto de regras institucionais que foram determinadas para essa atividade pelo governo federal ao longo do século XX. A partir desse esforço, demonstramos como o desenvolvimento do jornalismo nessas duas regiões acabaria por definir um conjunto de características específicas para o jornalismo que se disseminaria pelo país. A intenção é entender como esses fatores impactaram na profissionalização da atividade jornalística em Sergipe.

Depois disso, passamos especificamente para o processo de profissionalização da atividade jornalística em Sergipe. Inicialmente, apontamos como esse processo se fortalece, a partir das décadas de 1960 e 1970, com a criação de algumas empresas de mídia no estado e com a consequente ampliação das possibilidades de atuação nesses órgãos. Conquanto, é a partir da década de 1980 que se dá a aceleração desse processo, momento de significativo aumento de empresas de mídia no estado e da consolidação de um mercado local de atuação para jornalistas. Em seguida, partimos



para uma análise da institucionalização desta atividade em Sergipe. A esse respeito, demonstramos que a institucionalização do jornalismo no estado respondeu a duas demandas: a realidade local em transformação e a um conjunto de regras institucionais definidas pelo governo federal sobre a atividade. Por último, demonstramos como o processo de profissionalização/institucionalização da atividade jornalística em Sergipe lhe garantiu certa autonomia em relação a outros universos de atuação. Mas uma autonomia bastante relativa, na medida em que o jornalismo, tanto em Sergipe quanto nas demais regiões do país, permanece bastante interligado a outras esferas, em especial à da política. Uma interligação que se dá, principalmente, através das redes de relações pessoais estabelecidas entre praticantes do jornalismo, políticos e integrantes de outros espaços.

## **2. A Profissionalização do Jornalismo no Brasil**

Antes de adentrarmos na discussão pretendida, vale ressaltar que o tema profissionalização exige certo cuidado dos que a ela se dedicam. Durante muito tempo, a própria teoria sociológica tomava “profissão” como um tipo ideal de atividade que reunia um conjunto pré-definido e único de características. No entanto, como demonstram Boiegol e Dezalay (1997), os processos de profissionalização dos ofícios não são unívocos e não podem ser naturalizados. Ou seja, mesmo considerando que existem características comuns às atividades consideradas profissionalizadas – regulamentação jurídica, sentimento de identidade profissional, definição de um



conjunto de competências específicas, direcionamento para um mercado de atuação e definição de critérios para a entrada no ofício (SANTOS, 2011) – não podemos determinar um modelo fechado de profissionalização apropriado para todas as atividades e em todas as circunstâncias históricas, políticas e sociais.

Em se tratando do jornalismo, até inícios do século XX no Brasil essa era uma atividade sem normatizações e praticada por letrados (principalmente advogados, escritores e funcionários públicos) como um “bico” ou uma ocupação provisória exercida como uma fonte de renda secundária, um modo de afirmação intelectual ou de atuação política. Uma mudança nesse cenário começa com o advento da “grande imprensa” na virada para o 1900, ou melhor, com o surgimento do jornalismo empresa, aquele que investe em novas tecnologias, em um novo tratamento da informação e na divisão de funções nos veículos noticiosos. Além disso, também nesse momento o repórter surge como um novo membro do jornalismo, um personagem que vai ajudar a construir novas técnicas de produção de conteúdo para a imprensa e que vai destinar a maior parte do seu tempo à atividade jornalística. Isto é, esse conjunto de transformações torna possível o desenvolvimento de uma carreira dentro do jornalismo, assim como viver dele como atividade principal (PETRARCA, 2007).

Apesar disso, até meados do século XX esse processo se restringia basicamente a alguns impressos da cidade do Rio de Janeiro e, no restante do país, o jornalismo amador e levado a cabo por letrados como uma atividade secundária permaneceu como o padrão na



imprensa brasileira. Mudanças mais contundentes no jornalismo só ocorrem a partir da década de 1950, quando a empresa jornalística começa a se consolidar em grandes cidades do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo, numa fase conhecida como “modernização da imprensa” (ABREU, 2002; RIBEIRO, 2003). Essa modernização teve como aspectos a adoção da linguagem direta, da escrita em terceira pessoa e de outras práticas discursivas específicas vistas como importantes para se atingir o ideal de impessoalidade defendido pelo jornalismo norte-americano (BAHIA, 1990). Além disso, foi acompanhada pelo aumento das remunerações (salários), permitindo que o jornalismo deixasse de ser uma ocupação provisória para muitos de seus praticantes (RIBEIRO, 2003).

É bem verdade que, nesse primeiro momento, a modernização do jornalismo se restringiu basicamente a algumas grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, mas isso contribuiu para que os jornalistas adquirissem um sentimento de grupo profissional distinto dos intelectuais-escretores e dos militantes políticos que dominavam a imprensa até então (PEREIRA, 2008). Ou seja, as transformações passadas pela imprensa neste momento levaram à constituição de uma nova concepção de jornalismo, a um conjunto de habilidades, linguagem e valores específicos, que o levaria a obter “certa dose de autonomização, se transformando numa comunidade discursiva própria” (RIBEIRO, 2003, p. 158).

Além disso, uma segunda dimensão a ser considerada nos processos de profissionalização dos ofícios é a sua institucionalização. Para isso, inicialmente temos que levar em consideração



que os processos de institucionalização das profissões assumem características específicas de acordo com as realidades nacionais. No caso do Brasil, por exemplo, os processos de institucionalização dos ofícios possuem uma forte relação com o Estado e isso fica claro quando tomamos o processo de profissionalização da atividade jornalística no país. O processo de regulamentação da atividade jornalística no Brasil se iniciou dentro do projeto corporativista empreendido pelo Estado Novo (governo ditatorial implantado no Brasil por Getúlio Vargas entre 1937 e 1945) na década de 1930 para “organizar”, através de uma legislação específica, diversas atividades ocupacionais (PETRARCA, 2007).

O primeiro marcador jurídico do jornalismo brasileiro foi o decreto-lei 910, de 30 de novembro de 1938, uma regulamentação federal do governo Getúlio Vargas (1937-1945) que definia, pela primeira vez, a natureza da atividade jornalística, sua carga horária de trabalho e os requisitos básicos para o seu exercício (obter registro de jornalista junto ao Ministério do Trabalho). Em 1943, através da Consolidação das Leis do trabalho, o mesmo governo Getúlio Vargas sistematizou melhor uma legislação para essa atividade e determinou regras para a criação dos primeiros cursos superiores de jornalismo. Junto a isso, foram sendo criadas entidades de representação jornalística pelo país, bem como a primeira faculdade de jornalismo (a da Fundação Cásper Líbero em 1946) (SILVA, 2009). Tudo isso acabaria levando a atividade jornalística a adquirir o status oficial de profissão para seus consumidores e, principalmente, para seus praticantes (SILVA, 2009).



Ao longo dos anos 1960, outros decretos estatais a respeito da regulamentação do jornalismo foram editados, mas eles basicamente reafirmaram os parâmetros para esta atividade definidos em decretos anteriores. A mudança mais significativa veio através do decreto-lei nº 972 de outubro de 1969. Por meio deste decreto-lei ficava definida a exigência de diploma de curso superior em jornalismo para a atuação na imprensa. No entanto, este mesmo decreto-lei dispensava de tal titulação os jornalistas “provisoriamente”, aqueles que demonstrassem ter atuado na imprensa nos dois anos imediatamente anteriores à edição deste decreto ou que atuassem em regiões desprovidas de cursos superiores em jornalismo. Contudo, os critérios de entrada e de exercício desta atividade no Brasil não se alicerçaram com os decretos-lei dos anos 1960. E o melhor exemplo disso são as lutas em torno da obrigatoriedade do diploma em jornalismo. Em 2001, em decisão jurídica liminar, a exigência de tal diploma para o exercício do jornalismo foi suspensa em todo o território nacional. A partir de então, iniciou-se um conjunto de disputas (jurídicas e políticas) envolvendo jornalistas, entidades de representação da classe, empresas jornalísticas e instituições de ensino, uns favoráveis à obrigatoriedade do diploma, outros contrários a isso, o que desaguardaria em nova decisão judicial do ano de 2009, agora de natureza definitiva, que derrubou a obrigação da posse do diploma acadêmico em jornalismo para o seu exercício em todo o Brasil. Tal decisão continua a ser questionada até os dias de hoje, o que demonstra a característica básica dos processos de profissionalização/institucionalização das atividades ocupacionais: o seu constante processo de construção.



### 3. A Profissionalização da Atividade Jornalística em Sergipe: primeiro ato.

Em Sergipe, podemos observar o processo de profissionalização da atividade jornalística se iniciando em meados do século passado junto com a criação dos primeiros impressos locais organizados como empresas e mais distantes da militância e/ou propagandismo político dominante até então: *Gazeta de Sergipe* (1956-2004) e *Diário de Aracaju* (1964-197?). Até o surgimento desses dois impressos, o jornalismo em Sergipe era praticado basicamente por políticos, intelectuais e outros letrados que faziam dessa atuação uma atividade esporádica e/ou colaborativa e de caráter secundária em suas vidas. Contudo, esses impressos trouxeram novos imperativos para a imprensa sergipana, pois foram os primeiros a criar condições para que alguns dos seus integrantes pudessem fazer do jornalismo sua atividade e fonte de renda principal.

A partir desse momento, outros veículos noticiosos criados no estado foram deixando de lado o amadorismo e a militância política, característica até então, e passaram a se estruturar enquanto empresas de mídia. Entre outras coisas, essas empresas jornalísticas adotaram novas estratégias visando o aumento das receitas, como a ampliação dos anúncios pagos e (para os impressos) a circulação em mais dias por semana. De maneira mais específica, até finais da década de 1970, Sergipe possuía seis empresas de mídia: os impressos *Gazeta de Sergipe* (1956-2004), *Diário de Aracaju* (1964-197?), *Jornal da Cidade* (1971-) e *Jornal de Sergipe* (1978-1992)



e as emissoras de televisão *TV Sergipe* (1971-) e *TV Atalaia* (1975-). Circulando ou transmitindo telejornais diariamente, esses órgãos midiáticos precisaram contratar pessoal em regime permanente para coletar informações, redigir e fazer publicar ou apresentar conteúdo jornalístico. Em outras palavras, essas empresas jornalísticas investiram na contratação de funcionários para se dedicar permanentemente ao jornalismo, pois não podiam mais depender apenas de colaboradores. Como resultado, esse novo perfil de veículos noticiosos surgido em Sergipe entre os anos 1950 e 1970, acabou contribuindo para a formação de um mercado local de atuação jornalística e, conseqüentemente, para a profissionalização do jornalismo no estado.

Com relação aos jornalistas que se profissionalizaram nesse período, podemos identificar dois perfis principais: (i) os “jornalistas de duplo ofício”, grupo formado por profissionais de outros ramos, geralmente funcionários públicos que tinham condições de conciliar sua outra atividade com a atuação consistente e remunerada na imprensa; e (ii) os “jornalistas-jornalistas”, grupo formado pelos que encontravam no jornalismo sua principal, e muitas vezes única, atividade e fonte de renda. Vale ressaltar, no entanto, que se essas empresas de mídia criaram condições para que alguns de seus integrantes se profissionalizassem, os “jornalistas-colaboradores” não desapareceram de suas redações, na verdade estes continuam tendo espaço no jornalismo sergipano até os dias de hoje. Isto é, durante essa primeira etapa do processo de profissionalização da atividade



jornalística em Sergipe, as equipes dessas empresas midiáticas passaram a ser integradas por uma combinação de “jornalistas-jornalistas”, “jornalistas de duplo ofício” e “jornalistas-colaboradores”.

Essa presença de “jornalistas-colaboradores” e de “jornalistas de duplo ofício” nas equipes dessas empresas jornalísticas pode ser explicada por alguns fatores. Em primeiro lugar, foram estes personagens que construíram o jornalismo sergipano de então, suas principais técnicas e habilidades. Em segundo lugar, eles gozavam de reconhecimento profissional por parte dos leitores/espectadores, dos colegas de jornalismo e até dos dirigentes de jornais e emissoras de TV da época. Por fim, para recrutar membros para suas equipes, os gestores dos veículos noticiosos recorriam às suas redes de contatos que, via de regra, ligavam a personagens com passagens anteriores no jornalismo sergipano.

Para termos um melhor esclarecimento do perfil daqueles que se dedicavam ao jornalismo nesse primeiro momento de sua profissionalização em Sergipe, vamos tomar como norte as quatro principais empresas de mídia impressa de Sergipe em circulação nas décadas de 1950, 1960 e 1970: *Gazeta de Sergipe*, *Diário de Aracaju*, *Jornal de Sergipe* e *Jornal da Cidade*<sup>34</sup>. Tomando dados biográficos

---

**34** Esses dados estão esquematizados em um trabalho maior, uma tese de doutorado intitulada “Ascensão Profissional no Jornalismo: Redes de Relações Pessoais, Investimento na Carreira e Inserções Políticas na Imprensa em Sergipe”, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS e defendida em 2018.



dos integrantes das equipes de jornalismo desses quatro impressos nesse período podemos perceber, entre outras coisas, uma predominância de “jornalistas de duplo ofício” entre seus membros. Além disso, podemos perceber também outras duas tendências: a importante circulação de praticantes do jornalismo entre os veículos noticiosos (ou seja, que boa parte dos jornalistas considerados passou por mais de um impresso nesse período) e a associação do jornalismo com outras atividades (ou seja, que a grande maioria dos jornalistas considerados aliou a atuação na imprensa com inserções profissionais em outras esferas, conjunto representado pela soma dos “jornalistas de duplo ofício” e dos “jornalistas-colaboradores”).

Se o multiposicionamento dos jornalistas foi uma característica da imprensa escrita desse primeiro momento da profissionalização do jornalismo em Sergipe, isso também se aplica ao segmento televisivo local. Tomando dados biográficos dos integrantes das equipes de jornalismo das duas emissoras de TV existentes no estado, entre 1970 e meados da década de 1980<sup>35</sup>, *TV Sergipe* e *TV Atalaia*, percebemos que elas eram compostas basicamente por “jornalistas-jornalistas” e “jornalistas de duplo ofício”. Mas a análise desses dados nos permite ir além e, à exemplo do que foi percebido na imprensa escrita, demonstra que nesse período os praticantes do telejornalismo também possuíam intensa circulação por outros veículos noticiosos locais, especialmente passagens anteriores pelo **rádio e/ou por impressos**.

---

35 *Idem*.



Tomados em conjunto, esses dados apontam que essa primeira etapa do processo de profissionalização do jornalismo em Sergipe ocorreu ligada a personagens que se inseriam em espaços de atuação diversos e, principalmente, que circularam por veículos noticiosos distintos. Por meio dessas inserções, esses praticantes do jornalismo estabeleciam relações de proximidade e/ou amizade com colegas de imprensa e também com integrantes de outros universos que ampliavam suas possibilidades de atuação e de profissionalização no jornalismo. Tais relações pessoais eram assim tão importantes porque as indicações feitas por amigos ou conhecidos ligados ao jornalismo se destacavam entre os critérios de entrada na imprensa sergipana do período. Tendo papel destacado no jornalismo quando esta atividade começa a se profissionalizar no estado, as redes de relações pessoais acabaram se consolidando como um recurso profissional de suma importância para a atuação na imprensa sergipana desde então.

Além disso, vale ressaltar que esse primeiro momento de profissionalização do jornalismo em Sergipe representou, na verdade, uma etapa de transição. Apesar de o surgimento de algumas empresas jornalísticas no estado terem criado condições para a profissionalização de alguns de seus membros, esse processo não foi massivo e nem experienciado da mesma maneira por todos: enquanto alguns conseguiram fazer do jornalismo sua principal atividade e fonte de renda, a maioria, especialmente servidores públicos e profissionais liberais, fez do jornalismo sua segunda profissão. Isso se deveu a diversos fatores, dentre eles os baixos salários pagos aos jornalistas nesse período.



#### 4. A Profissionalização da Atividade Jornalística em Sergipe: a consolidação.

Como vimos, as décadas de 1960 e 1970 representaram apenas um primeiro momento da profissionalização da atividade jornalística em Sergipe. Nas duas décadas seguintes, contudo, tal processo se consolida. Para ser mais específico, é nos anos 1980 e 1990 que o jornalismo local tem seus principais parâmetros demarcados – credenciais, competências, características discursivas. É nesse momento também que o “jornalista-jornalista” (aquele que faz do jornalismo sua principal atividade e fonte de renda) vai se tornar o modelo de jornalista em terras sergipanas. Entretanto, isso não significou o desaparecimento dos “jornalistas de duplo ofício” e dos “jornalistas-colaboradores” das redações jornalísticas locais, mas, desde então, eles passaram a ocupar um espaço cada vez menor.

Em se tratando do mercado de atuação jornalística em Sergipe nas décadas de 1980 e 1990, ele era formado basicamente pelos veículos noticiosos locais. Nomeadamente, as principais empresas de mídia criadas ou em atividade no estado nesse período eram os impressos *Gazeta de Sergipe* (1956-2004), *Jornal da Cidade* (1971 –), *Jornal de Sergipe* (1978 – 1992), *Cinform* (1982<sup>36</sup>–) e *Jornal da Manhã* (1986 –, que a partir de 2001 passa a se chamar *Correio de Sergipe*) e as emissoras de televisão *TV Sergipe* (1971-), *TV Atalaia* (1975-),

---

<sup>36</sup> O Cinform foi fundado em 1982 como um “balcão de classificados”. Conquanto, a partir de 1986 este impresso monta sua primeira equipe de jornalistas e passa a produzir e veicular conteúdo jornalístico.



*TV Aperipê* (1985 –) e *TV Jornal* (1987 –, que a partir de 1997 passa a se chamar *TV Canção Nova*). Por esses dados, podemos perceber um crescimento no número de empresas de mídia em Sergipe em comparação ao período anterior (décadas de 1960 e 1970). Conquanto, junto com essa ampliação no número de empresas jornalísticas no estado, nos anos 1980 e 1990, ocorreu também uma modernização desses veículos noticiosos: ampliação de suas redações (em estrutura física e em jornalistas contratados), melhoramento das condições de atuação (de locomoção em coberturas externas e de equipamentos) e dos salários pagos aos jornalistas, tudo isso garantido, principalmente, pelo aumento das receitas com publicidade. Ademais, a partir desse momento os órgãos noticiosos locais também aceleraram outro processo que já vinha ocorrendo: a divisão de funções na produção de conteúdo jornalístico (editor de política, editor de cidades, editor de variedades, repórter policial, repórter generalista, entre outros).

Como resultado de todas essas transformações, a partir de finais do século XX ocorreu uma significativa ampliação do mercado de atuação jornalístico em Sergipe e junto a isso acaba mudando também o perfil dos jornalistas locais. Para ser mais específico, a partir dos anos 1980 e 1990 os veículos noticiosos sergipanos passaram a ter suas equipes jornalísticas formadas, majoritariamente, por personagens dentro do modelo “jornalista-jornalista” (aquele que faz do jornalismo sua principal ou única atividade e fonte de renda). Porém, se esse perfil de jornalista passou a dominar a imprensa local a partir desse momento, no telejornalismo isso se fez ainda mais efetivo.



Se adequando às determinações das grandes redes de televisão a que eram afiliadas (*Globo, SBT, Bandeirantes*), a partir de meados dos anos 1980, as emissoras locais, especialmente a *TV Sergipe* e a *TV Atalaia*, realizaram um conjunto de mudanças organizacionais que impactaria o perfil dos componentes de suas equipes de jornalismo. A partir de então, essas emissoras de TV passaram a priorizar a contratação de jornalistas com formação acadêmica na área e com disponibilidade para se dedicar integralmente ao telejornalismo. Isso não significou um fechamento total do telejornalismo aos jornalistas não titulados ou ligados ao rádio e **à imprensa escrita, mas sim** uma limitação do acesso destes personagens a postos de trabalho nas equipes de jornalismo das TVs sergipanas.

Em outros termos, esses dados e essas discussões nos levam a perceber as décadas finais do século passado como o momento da consolidação do processo de profissionalização do jornalismo em Sergipe. Entre outras coisas, esse processo acabou sedimentando o “jornalista-jornalista” como o perfil dominante entre os praticantes do jornalismo no estado. Entre outros fatores, a melhoria nas condições de trabalho e o aumento das retribuições financeiras para a atuação na imprensa instigou um número maior de pessoas a fazer do jornalismo sua principal (ou até única) atividade e fonte de renda. Com o aumento da concorrência, novas atitudes que pudessem garantir ou aumentar as possibilidades de atuação no jornalismo passaram a ser tomadas pelos que desejavam se lançar nessa atividade. Dentre essas atitudes se destacou a busca por



uma formação acadêmica na área jornalística, sobretudo a partir da criação do primeiro curso de Comunicação Social no estado, em meados dos anos 1980. Conquanto, mesmo nesse momento de consolidação da profissionalização do jornalismo no estado, a formação acadêmica não desbancou outros critérios de entrada e atuação no ofício, de modo que a migração entre veículos noticiosos distintos e a inserção em outros universos profissionais continuam tendo papel significativo para o exercício do jornalismo local.

Sendo assim, o que podemos perceber é que, apesar das transformações experimentadas ao longo dos anos 1980 e 1990, a atividade jornalística no estado ainda permanece identificada às personagens com inserções sociais distintas (em veículos noticiosos diferentes e também em universos profissionais distintos). Ou seja, o processo de profissionalização da atividade jornalística em Sergipe se sedimentou em torno do multiposicionamento dos seus praticantes e da conseqüente constituição de redes de relações que ultrapassam os limites da imprensa. Entre outras coisas, isso nos leva a perceber que as redes de relações pessoais se consolidaram como um recurso fundamental para a inserção e para o exercício do jornalismo no estado.

### **5. A Institucionalização da Atividade Jornalística em Sergipe**

Outro passo importante para compreendermos o processo de profissionalização da atividade jornalística, em Sergipe, é considerar as instâncias e particularidades de sua institucionalização.



Para ser mais específico, precisamos tratar da criação e das ações das instituições direcionadas ao controle, à representação de classe, à formação de quadros e à promoção da atividade jornalística no estado. A ideia é entender o papel dessas instituições na constituição das delimitações formais do jornalismo em Sergipe, ou melhor, para o estabelecimento das fronteiras profissionais desta atividade no estado e da sua gradativa aquisição de autonomia em relação a outros universos de atuação. Para isso, a primeira coisa que devemos considerar é que a institucionalização do jornalismo local se insere/responde a um processo mais amplo de institucionalização da atividade jornalística que, como vimos, vem sendo fomentado pelo governo federal desde os anos 1930. Isto é, em alguma medida a criação das instituições sergipanas ligadas à atividade jornalística, bem como as suas ações, atendem a demandas que extrapolam as fronteiras locais.

Em se tratando das instituições sergipanas ligadas à atividade jornalística, podemos destacar a ASI (Associação Sergipana de Imprensa), o **SINERTERJ/SE (Sindicato das Empresas de Rádio, Televisão e Jornais do Estado de Sergipe)**, o SINDIJOR-SE (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Sergipe) e as faculdades de Comunicação Social da UNIT (Universidade Tiradentes) e da UFS (Universidade Federal de Sergipe). E é sobre um pouco de suas histórias e ações que vamos nos debruçar a partir de agora.

A ASI foi fundada em 1933 por um conjunto de “homens de imprensa” (donos de impressos, intelectuais, políticos e outros personagens



ligados à imprensa local do período) como uma entidade de representação da categoria e, ao mesmo tempo, como uma espécie de clube de notáveis. Dentre os nomes que assinaram sua carta de fundação e/ou lhes dirigiram em suas primeiras décadas tivemos Edson de Oliveira Ribeiro (desembargador do TRE/SE – Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe), Gonçalo Rollemberg Leite (jurista, promotor público e professor da Faculdade de Direito de Sergipe), Godofredo Diniz (prefeito de Aracaju 1934-1941; deputado federal por Sergipe entre 1947-1954), Virgínio Santana (professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Sergipe), Omer Mont'alegre (intelectual e político), Acrísio Cruz (professor e político), dentre outros. Além de ter sido a primeira agremiação jornalística de Sergipe, a ASI também foi a primeira instituição a se colocar como porta-voz das demandas dos praticantes do jornalismo no estado, como o estabelecimento de um salário mínimo para a categoria<sup>37</sup>. Conquanto, com a criação de sindicatos específicos para a classe nos anos 1970, a ASI passou a se dedicar mais à promoção da atividade jornalística através da realização de festas, cursos, seminários e premiações, como o prêmio de reportagem “Pascoal Maynard” (a partir de 1984) e o troféu “Destaque Imprensa” (nos anos 1990)<sup>38</sup>.

O SINDIJOR-SE foi criado em 1977 e é uma organização sindical que, entre outras coisas, representa os interesses gerais dos jornalistas

---

<sup>37</sup> Fonte: <http://www.infonet.com.br/noticias/cultura//ler.asp?id=146420>.

Acessado em 15 de setembro de 2017.

<sup>38</sup> *Idem*.



profissionais perante as autoridades administrativas e judiciárias de Sergipe, participa de negociações e ratifica acordos e/ou convenções coletivas de trabalho, promove ações em defesa da regulamentação profissional, entre outros<sup>39</sup>. Desde sua criação, o SINDIJOR-SE tem atuado em diversas frentes, especialmente na delimitação de um mercado de atuação para os jornalistas no estado e na demarcação de critérios específicos para o exercício do jornalismo. Já com relação ao **SINERTERJ-SE, esta é uma associação patronal fundada em 2003 que reúne e representa os empresários do ramo de comunicação em Sergipe. Diversas ações** do SINDIJOR-SE e do **SINERTERJ-SE** demonstram a importância dessas duas agremiações no processo de regulamentação do jornalismo no estado, mas dentre elas se destacam as Convenções Coletivas de Trabalho para a classe jornalística. Tais Convenções Coletivas são acordos de trabalho formalmente registrados na SRTE-SE (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Sergipe) que, desde inícios dos anos 2000, vêm sendo celebrados entre esses dois sindicatos para determinar ou aperfeiçoar (dentro do que a Constituição Federal de 1988 possibilita) regras para o exercício do jornalismo no estado.

Esses acordos são celebrados regularmente, definem algumas normas específicas para a atividade – piso salarial anual, regras para os estágios dos formandos dos cursos de Comunicação Social, critérios para a contratação de jornalistas por parte dos veículos noticiosos – e simbolizam as disputas pela definição do jornalismo em Sergipe.

---

<sup>39</sup> Fonte: <http://sindijor-se.com.br>, acessado em 05 de outubro de 2017.



Na outra ponta desse processo, as instituições de ensino superior que passaram a ofertar cursos de Comunicação Social no estado, entre os anos 1980 e 1990, funcionam como instâncias formais de capacitação para o jornalismo. Apesar de estar previsto em lei federal do ano de 1969 que o exercício do jornalismo no país, com exceção dos provisionados, deveria ser pautado pela posse de titulação acadêmica específica, até meados dos anos 1980 não havia um controle sobre a atuação de jornalistas não formados em Sergipe. Os registros de jornalistas provisionados, por exemplo, só deixam de ser expedidos no estado em 1985 e isso se explica, em parte, pelo fato de os cursos acadêmicos na área só terem se expandido no país na década de 1980. O primeiro curso superior em jornalismo em solo sergipano só foi criado em 1981 (o curso de Comunicação Social oferecido pela Universidade Tiradentes - UNIT), mas a primeira turma só colaria grau quatro anos depois. Na prática, dada a ausência de cursos superiores locais em jornalismo, até meados dos anos 1980 o mercado de atuação jornalístico em Sergipe era praticamente reservado aos provisionados.

Um segundo curso superior em jornalismo só é criado em Sergipe em 1993, quando a Universidade Federal de Sergipe (UFS) também passa a oferecê-lo. Por meio desses cursos, e também de seminários, palestras e trabalhos acadêmicos, essas duas instituições de ensino passaram a também agir sobre a institucionalização da atividade jornalística no estado. Em 2009, por determinação institucional de âmbito federal, ficou definida a desobrigação da posse



de titulação acadêmica específica para a atuação no jornalismo, mas isso não diminuiu a importância dessas duas instituições de ensino sobre o processo de definição/formalização do jornalismo em Sergipe. Pelo contrário, elas permanecem habilitando profissionais, promovendo a atividade jornalística e sendo reconhecidas por esse trabalho pelos próprios jornalistas, pelos empresários da imprensa e pela comunidade sergipana.

Diante disso, podemos perceber que se a institucionalização do jornalismo em Sergipe respondeu a determinações externas, às condições e ao momento em que essas entidades foram criadas, suas ações e suas interações determinaram o ritmo e certas especificidades desse processo no estado. Ou seja, a atuação dessas instituições contribuiu de maneira importante para que a atividade jornalística local se constituísse sob regras institucionais próprias. Regras que ajudaram na definição de critérios específicos para o exercício do jornalismo no estado, na delimitação de seu mercado de atuação e no estabelecimento de condições específicas para a contratação de jornalistas por parte dos veículos noticiosos locais.

## **6. A Autonomia da Atividade Jornalística em Sergipe**

Entre outras coisas, as discussões, aqui desenvolvidas, leva-nos a pensar na autonomia adquirida pelo jornalismo em relação a outras esferas de atuação ao longo dos seus processos de profissionalização e institucionalização. Os estudos sobre profissões corroboram essa ideia, no entanto, diversos trabalhos (BOURDIEU, 1997;



CHAMPAGNE, 2000; NEVEU, 2006; PETRARCA, 2007; entre outros) têm demonstrado que, apesar de ter se configurado enquanto uma atividade profissionalizada e institucionalizada, o jornalismo permanece contundentemente interligado a outros universos sociais. Champagne (2000), por exemplo, demonstra que apesar da profissionalização e da institucionalização, o jornalismo francês continua tão profundamente interligado a outros espaços, especialmente ao político e ao econômico, que a própria noção de “informação” na imprensa francesa foi transformada nas últimas décadas por essas relações. Em sentido parecido, Petrarca (2007) tem demonstrado como o jornalismo no Brasil também apresenta baixa autonomia em relação a outros universos sociais. Para esta autora, o longo processo que possibilitou ao jornalismo brasileiro adquirir um conjunto de saberes próprios e definir um leque de recursos formais para o seu exercício (como o diploma) consolidou também a reconversão de recursos variados, especialmente os arrecadados em inserções na esfera política, em credenciais para a atuação na imprensa.

Em relação a Sergipe, os dados demonstram que a autonomia da atividade jornalística segue o padrão citado acima em outras realidades. Em outros termos, o desenrolar dos processos de profissionalização e institucionalização da atividade jornalística no estado lhe conferiu apenas uma relativa autonomia em relação a outras esferas de atuação, especialmente em relação à da política. A esse respeito, vale ressaltar que historicamente a grande maioria dos



órgãos noticiosos locais tem pertencido a personagens do meio político local, o que, de antemão, já é um indicativo da interligação entre os universos político e jornalístico sergipano. Não obstante, as intersecções entre o jornalismo e outras esferas de atuação no estado também podem ser identificadas por meio das ligações pessoais e/ou institucionais firmadas entre integrantes da imprensa e do meio político local. Para explicitar essas ligações, apresentaremos a seguir alguns casos envolvendo profissionais da imprensa, instituições jornalísticas, instâncias governamentais e personagens do meio político sergipano.

A esse respeito, o primeiro exemplo a ser trazido aqui é o da ASI, uma instituição de representação jornalística que desde sua criação, em 1933, tem funcionado como um elo de ligação entre os universos jornalístico e político local. Entre outras formas, isso fica claro quando levantamos dados biográficos de alguns de seus fundadores e/ou presidentes e percebemos que, além de atuar no jornalismo, estes também se destacavam na política sergipana. Entre esses nomes podemos citar Godofredo Diniz (prefeito de Aracaju entre 1934 e 1941 e deputado federal por Sergipe entre 1947 e 1954), Francisco Leite Neto (deputado estadual entre 1935 e 1937, deputado federal entre 1946 e 1963 e senador entre 1963 e 1964) e Acrísio Cruz (Diretor da Instrução Pública entre 1947 e 1951, diretor do Conselho Estadual de Educação na década de 1950 e deputado estadual entre 1951 e 1955). Outro indicativo importante das ligações entre a ASI e a esfera política estadual são os eventos, solenidades e parcerias



envolvendo esta agremiação jornalística e as autoridades políticas. Em 1950, por exemplo, um ato comemorativo pelos dezessete anos de criação desta associação foi prestigiado pelo então governador do estado, José Rollemberg Leite, e por diversas outras autoridades políticas locais. Bem mais recente, outros dois episódios evidenciam não somente a permanência como também a força das relações entre a ASI e o meio político sergipano. O primeiro desses episódios se desenrola em torno da reforma realizada pela ASI em sua sede no ano de 2004. Para a realização dessa reforma, tal instituição recebeu um investimento de noventa mil reais do governo estadual. Concluída a obra, em 17 de dezembro do mesmo ano, foi realizada uma festa de reinauguração que, entre outros, homenageou o então governador do estado e responsável pelo investimento, João Alves Filho<sup>40</sup>. O segundo episódio refere-se à concessão da Medalha do Mérito Jornalista Monsenhor Fernandez da Silveira aos à época governador do estado, Marcelo Déda, e prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, realizada solenemente pela ASI em março de 2007<sup>41</sup>.

Outros indicativos das relações entre o jornalismo e o universo político local podem ser percebidos através das carreiras de nomes destacados na imprensa sergipana, como Raimundo Luiz. Este

---

<sup>40</sup> Fonte: <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade//ler.asp?id=30231>.

Acessado em 15 de outubro de 2017.

<sup>41</sup> Fonte: <http://www.passeiociclistico.se.gov.br/noticias/governo/marcelo-de-da-recebe-medalha-da-associacao-sergipana-de-imprensa>. Acessado em 15 de outubro de 2017.



personagem se destacou no jornalismo local como diretor de jornalismo do *Diário de Aracaju* (na década de 1960) e do *Jornal de Sergipe* (de finais da década de 1970 até meados dos anos 1980). Conquanto, quase que ao mesmo tempo Raimundo Luiz também desenvolveu uma significativa inserção no meio político sergipano. Para ser mais específico, a partir de 1966 Raimundo passa a conciliar a atuação no jornalismo com o posto de secretário particular do então governador Lourival Baptista (1966-1970). Sua chegada a esse cargo se deu graças à indicação de um colega dos tempos de universidade e genro de Lourival Batista, Geraldo Barreto Sobral<sup>42</sup>. Anos mais tarde, novas indicações de amigos levam Raimundo Luiz a ocupar cargos no primeiro governo de João Alves Filho (1983-1987), primeiro como Secretário de Comunicação do Estado e depois como Superintendente da *Fundação Aperipê de Telecomunicação*. Essa experiência em postos governamentais, e sua rede de contatos, levaram-no a continuar integrando a administração estadual nos dois governos seguintes: no do governador Antônio Carlos Valadares (1987-1991) ocupou o cargo de Secretário Especial de Assuntos Político-Governamentais; já no segundo governo de João Alves Filho (1991-1994) ocupou novamente o posto de Secretário de Comunicação Social do Estado<sup>43</sup>. Contudo, as ligações ou os contatos pessoais estabelecidos entre Raimundo Luiz

---

<sup>42</sup> Fonte: [http://usuarioweb.infonet.com.br/~osmario/igc\\_conteudo.asp?codigo=1553&catalogo=5&inicio=24](http://usuarioweb.infonet.com.br/~osmario/igc_conteudo.asp?codigo=1553&catalogo=5&inicio=24). Acessado em 16 de outubro de 2017.

<sup>43</sup> *Idem*.



e integrantes do universo político sergipano também se expressaram através da concessão de comendas públicas. Raimundo Luiz recebeu ao menos duas condecorações públicas: o “Diploma da Ordem do Mérito Aperipê”, cuja concessão foi articulada pelo ex-governador João Alves Filho; e a “Medalha do Mérito Parlamentar”, uma comenda concedida por indicação da então deputada estadual Susana Azevedo e entregue em uma solenidade ocorrida em dezembro de 2001, na Assembleia Legislativa de Sergipe e prestigiada pelo então vice-prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Reinaldo Moura, e por outras autoridades locais<sup>44</sup>.

Pelos dados e pelas discussões aqui apresentadas, podemos aferir que os processos de profissionalização e institucionalização da atividade jornalística no estado a fizeram adquirir certa autonomia em relação a outras esferas de atuação. Trata-se de uma autonomia relativa porque o jornalismo praticado em Sergipe, assim como o realizado em outras regiões, relaciona-se de formas diversas com outros universos sociais, especialmente com o da política. Essas relações podem assumir um caráter institucional, mas na maioria das vezes se dão através das redes de contatos e amizades que interligam diretamente integrantes da esfera jornalística a personagens de outros universos de atuação, como o da política.

---

<sup>44</sup> Fonte: <http://www.institutomarcelodeda.com.br/jornalista-raimundo-luiz-recebe-medalha-na-assembleia-legislativa>. Acessado em 15 de outubro de 2017.



## 7. Considerações Finais

Ao longo das discussões aqui empreendidas, dedicamo-nos a demonstrar como e em que condições a atividade jornalística em Sergipe se constituiu enquanto um ofício profissionalizado e formalmente institucionalizado. Inicialmente, demonstramos como esse processo local se insere em um contexto maior representado pelo longo processo de profissionalização do jornalismo no Brasil, que resultaria na constituição desta atividade em um ofício institucionalizado e dotado de um conjunto de habilidades próprias. Em seguida, ao nos debruçarmos sobre as especificidades do processo de profissionalização do jornalismo em Sergipe, percebemos como certos recursos ganharam especial importância para o exercício desta atividade no estado, com destaque para as redes de relações pessoais. Ou seja, vimos como ao longo desse processo as redes de relações pessoais tecidas pelos jornalistas se consolidaram como um recurso fundamental para o exercício do jornalismo no estado.

No caso sergipano, essa importância das redes de relações pessoais para o exercício da atividade jornalística pôde ser percebida de duas formas básicas: em primeiro lugar, como indicador das interligações entre o jornalismo e outros universos de atuação; em segundo lugar, como recurso capaz de potencializar as possibilidades de inserção e de sucesso profissional nesse meio. Com relação a essa primeira importância, é imperativo quanto ao exercício do jornalismo estabelecer relações de proximidade/amizade com personagens da própria imprensa, mas também com integrantes de outros espaços, espe-



cialmente o da política. Por essa característica, as redes de relações pessoais tecidas pelos jornalistas demonstram o nível relativo da autonomia adquirida pela atividade jornalística ao longo do seu processo de profissionalização. Já com relação à sua importância como recurso profissional no jornalismo, as redes de relações pessoais assumiram o caráter de credencial essencial para esta atividade, na medida em que ampliam as possibilidades de atuação na imprensa.

Enfim, os dados aqui levantados e as discussões empreendidas demonstram, entre outras coisas, que o processo de profissionalização/institucionalização do jornalismo em Sergipe consolidou as redes de relações pessoais como um recurso profissional indispensável ao exercício dessa atividade.

### **Referências bibliográficas**

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990.

BOIGEOL, Anne e DEZALAY, Ives. De l'agent d'affaires au barreau: conseils juridiques et la construction d'un espace professionnel. **Genèses**, n. 27, p. 49-68, juin, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

CHAMPAGNE, P. Introduction: le journalisme à l'économie. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, v. 131, n. 1, p. 3-7, 2000.



NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo/SP: Loyola, 2006.

PEREIRA, F. H. **Os Jornalistas-Intelectuais no Brasil**. Identidade, práticas e transformações no mundo social. Tese de Doutorado. Brasília/DF: UNB, 2008.

PETRARCA, Fernanda Rios. **“O Jornalismo como Profissão”**: Recursos Sociais, Titulação Acadêmica e Inserção Profissional dos Jornalistas no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *In: Estudos Históricos*, n. 31, 2003.

SANTOS, Clara Cruz. **Profissões e Identidades Profissionais**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

SILVA, Heber Ricardo da. **A Democracia Impressa**: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa 1945-1948. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.



# CAPÍTULO 04

## Perfis políticos: os usos dos recursos sociais e das habilidades políticas na formação do cargo de vereador<sup>45</sup>

Fagner dos Santos Bomfim

O presente artigo apresenta interpretações acerca da construção de perfis políticos de vereadores, tomando como princípios para a sua construção os usos dos recursos sociais fundamentais (familiares, escolares, profissionais, institucionais e políticos) acionados e reconvertidos por esses políticos em trunfos eleitorais. Recursos esses que se somam as habilidades acionadas, desenvolvidas e incorporadas por esses atores para a composição e consagração na carreira política municipal.

Nesse propósito, o universo de pesquisa é composto pelos 10 (dez) vereadores que compõem o quadro legislativo do município, sendo que as principais fontes de informações coletadas foram adquiridas através da aplicação de questionários e entrevistas. Desse modo, os questionários buscaram apreender os indicadores relacionados as recursos sociais desses atores políticos: a) origem social, como

---

<sup>45</sup> Este artigo faz parte de uma pesquisa mais extensa desenvolvida para a construção da dissertação de mestrado, desenvolvida no ano de 2019, que teve como objetivo central a análise sobre os recursos sociais, as redes de relações e dominação utilizadas para a construção do cargo de vereador defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS).



profissão e nível de escolaridade dos genitores, formação escolar, profissão acadêmica; b) indicadores de socialização profissional na política: onde e como iniciou sua participação na política (através de amigos, familiares, parentes, direcionamento partidário, militância partidária, vinculação a movimentos sociais, sindicatos, cooperativas), quais os cargos exerceram na estrutura política do município (secretarias, cabos eleitoral, chefias de gabinete, secretaria de vereadores, etc.). Somando-se aos objetivos abordados nos questionários, as entrevistas semiestruturadas situaram-se principalmente no desvelamento a respeito do dia a dia da política desses atores, principalmente concernente às habilidades e às competências atribuídas ao cargo.

Tais indicadores permitiram fornecer pistas sociológicas a respeito da estrutura de capital (político, cultural e econômico), posições sociais dos respectivos políticos e, assim, construir um perfil político, ou perfis políticos representativos, os quais puderam demonstrar como são construídos os perfis dos políticos locais. Assim sendo, com base na construção desses perfis foi possível interpretar como esses qualitativos sociais, quando somados às habilidades políticas apreendidas e acionadas para o ofício da política, possibilitam entender e exemplificar as possibilidades de construção de um perfil político, interpretando, com isso, desde a sua inserção até a sua consagração na política.

Contudo, para efeito deste estudo, vale ressaltar que este faz parte de uma pesquisa mais ampla, defendida no Mestrado de Sociologia,



e que as informações aqui contidas constituem apenas um dos capítulos da dissertação. É importante, também, mencionar que os nomes dos atores citados são fictícios, com o objetivo de resguardar a identidade dos entrevistados. Assim também se fez a escolha por não citar o nome do município, suprimindo em todo o texto a sua identificação.

### **1. As entrelinhas dos usos e desusos dos recursos sociais na carreira política de vereadores**

Por se tratar de um pequeno município do estado de Sergipe, e com um universo de apenas 09 (nove) legisladores municipais, a pesquisa foi composta por essa amostra total, em que se constituem como atores políticos – os vereadores.

Contudo, vale ressaltar que, em meio ao desenvolvimento da pesquisa, um dos vereadores que vinha sendo entrevistado, licenciou-se do seu cargo para assumir o cargo de Secretário, transferindo o seu mandato para o seu suplente. Em virtude dessa alternância de atores dentro do quadro legislativo municipal, e por este vereador já fazer parte do amplo processo de pesquisa, foi escolhido metodologicamente e objetivamente a continuidade deste no universo de pesquisa, bem como a inserção do seu suplente no coeficiente amostral. Assim, a pesquisa ficou composta de um universo de 10 (dez) vereadores – os nove com mandatos e o que se licenciou para o cargo de Secretário.

Em razão do pequeno número de entrevistados, fiz a escolha por não apresentar por coeficientes de porcentagem as análises aqui



apresentadas, tendo-se em vista que a ocorrência recairia em porcentagens não tão significativas, e como afirma Becker (2009), dessa maneira podemos questionar os modelos matemáticos, visto que nem sempre eles apresentam de fato a realidade exposta.

Nesse propósito, apresento os recursos sociais desses vereadores de maneira qualitativa, privilegiando aspectos relacionados à suas *origens sociais, trajeto escolar, profissional e político*. Ou seja, os aspectos sociográficos, buscando através desses dados traçar compreensões e interpretações sociológicas quanto ao uso desses recursos no sucesso político desses atores sociais.

Desse modo, iniciamos a investigação quanto à composição de gênero do quadro legislativo atual (2017-2020) da Câmara de Vereadores, que atualmente é composta por (08) oito representantes do sexo masculino e apenas (02) dois do sexo feminino. Observou-se através da pesquisa que, historicamente, existiram poucas mulheres do legislativo municipal e, quando da sua ocorrência, em períodos de frequência ruptura, isto é, não se configura no município uma tradição pelas escolhas de mulheres a serem creditadas como representantes do legislativo municipal. Contudo, também se observou, principalmente através dos processos de redemocratização e de todas as frentes em defesa aos direitos da mulher, uma gradativa e significativa participação de mulheres na política local, especialmente a partir do século XXI. Por exemplo, a 1ª (primeira) mulher a qual pude ter identificação nos livros de posse e ata de sessões ordinárias disponibilizados para a investigação



científica (1951-2018), data dos anos 70 (setenta) em meio a tutela militar. Posteriormente, já na década de 90 (noventa), outra mulher assume uma cadeira no legislativo; em sequência, apenas no século XXI é que o município passa a ter mais 05 (cinco) mulheres, entretanto, em períodos dispersos, por exemplo nos anos de 1993-1996/ 2001-2004/ 2008 / 2009-2012/ 2013-2016/ e 2017-2020.

Contudo, analisando esse universo de 07 (sete) mulheres, foi possível perceber que essas conseguiram se eleger e adquirir um significativo privilégio político através do uso dos recursos sociais dos quais detinham, ou seja, o recurso familiar e o recurso profissional. Em outras palavras, ora por serem filhas de ex-políticos da cidade e apadrinhadas por líderes políticos das três famílias políticas tradicionais no município, ora pela profissão que ocupavam como, por exemplo, eram professoras, empresárias e/ou ligadas a associações políticas, de saúde e/ou sindicais. Quando foi questionado sobre a pequena participação de mulheres no legislativo municipal, uma das entrevistadas ressaltou que ainda perdura na política municipal um *“ranço de machismo na política”*, de forma que isso consiste numa barreira no que diz respeito ao sucesso político, *“[...] homem não respeita mulher na política, o machismo prevalece [...] só tivemos uma única mulher presidente da Câmara, rapaz! Isso é demais!”*.

Ao se debruçar sobre as questões inerentes aos dados pessoais dos vereadores, ou seja, nome, idade, naturalidade, sexo, estado civil, entre outros, obtivemos a seguinte composição social desses vereadores: 06 (seis) nasceram no próprio município e 04 (quatro)



são naturais da Capital do Estado, Aracaju. Além disso, deve-se salientar que os naturais do município que legislam são os que possuem maior faixa etária, numa escala que vai entre os 40 (quarenta) aos 62 (sessenta e dois) anos, exceto um deles com 49 anos, e que é natural do município, mas depois vai residir na Capital, retornando depois para o município e, a partir de então, define-se como cidadão riachuelense, pois construiu toda a sua vida no município e torna-se vereador. Os outros vereadores, entretanto, são naturais da Capital, de maneira que são eles os que compõem o quadro mais jovem da Câmara, estando em uma faixa etária entre 33-39 (trinta e três a trinta e nove) anos.

Em relação ao estado civil, todos os vereadores do gênero masculino afirmaram serem casados, mesmo que não estejam oficialmente casados, ou seja, com certidão de casamento ou, como eles mesmos afirmam, “*casados nos pró-formas*”, sem acordos jurídicos. No tocante às representantes do gênero feminino, 01 (uma) delas afirma ser divorciada/separada e a outra (01) afirma ser solteira, embora ao longo do desenvolvimento da entrevista afirme que tenha um “esposo”. Essa afirmação se dá pelo fato de só considerar o estado civil de casada quando da vinculação jurídica do termo e não da condição de manter uma união estável.

Na busca por informações relacionadas à escolarização e profissão dos ascendentes, principalmente em relação aos avôs paternos e maternos, essas informações foram as mais difíceis de conseguir registros, pois poucos conseguiram identificar com precisão a



profissão, tampouco sobre a escolaridade. Assim sendo, e evitando-se categorizações genéricas, obtive as seguintes informações: a) profissão dos avôs maternos e paternos e suas específicas escolaridades: as respostas circularam de modo genérico em afirmações relacionadas ao universo rural e do trabalho doméstico, como: *“trabalhador rural”, “doméstica”, “rainha do lar”*; e a escolarização como: *“analfabeta”, “ensino fundamental e ensino fundamental incompleto”*. Segundo os entrevistados, a baixa escolaridade e a pouca e/ou quase insignificativa capacitação, para profissões diversas, era espelho de como se constituíam o universo profissional e escolar do município. Além disso, afirmaram também que, devido às condições de vida que seus pais tinham, quase nenhuma escolaridade detinham, *“naquela época não se tinha como estudar direito (...) era difícil conseguir vir estudar aqui na cidade...”*.

Porém, 03 (três) vereadores, os mais jovens, conseguiram identificar com precisão as profissões e as escolaridades de seus avôs maternos e paternos, identificando-os a saber: um deles, o mais velho e irmão por parte do pai do outro vereador, apresenta a seguinte afirmativa *“meus avôs maternos quase não tenho informações, já dos por parte de meu pai, sim! Eram comerciantes, tinham uma mercearia aqui na praça principal da cidade”*. O seu irmão, que também é vereador, embora de mães diferentes, também não conseguiu identificar a profissão de seus avôs maternos, somente confirmando as informações de seu irmão. Apenas um desses 03 (três) vereadores, o mais jovem de toda a Câmara, conseguiu apre-



sentar todas as informações referentes à escolaridade de seus avôs, assim, descrevendo-os: “[...] *minha avó paterna era dona de casa e meu avô metalúrgico, já minha avó materna é professora estadual aposentada e meu avô era funcionário público municipal, motorista, também foi vereador e prefeito da cidade por dois mandatos, da história do meu avô todo mundo conhece (risos...)*”.

Quanto à profissão dos pais e as suas escolaridades, todos conseguiram identificar e apresentar todos os dados. Quando relacionadas às suas mães, as profissões e a escolaridade circundaram em afirmações como: comerciante, e apenas com o 1º grau do ensino fundamental; trabalhadora rural e analfabeta; agricultora e estudou apenas até a 4ª série do ensino fundamental; doméstica, ensino fundamental. Não foi muito diferente do universo de respostas relacionadas aos pais, apresentando informações como mecânico, agricultor, trabalhador rural, auxiliar administrativo municipal, gerente administrativo. Já quanto à escolarização, o universo circundou em: ensino fundamental, ensino médio ou nível médio com cursos técnicos.

Todavia, destaca-se nas respostas dos vereadores que, embora afirmem que a “[...] *política não seja e não deva ser considerada uma profissão[...]*”, sinalizam os cargos de vereador e prefeito como profissão do pai, mas sempre somando estes à outra profissão, como “*comerciante e vereador*”, “*sindicalista e vereador*”, “*funcionário público, técnico em edificações e vereador*” e “*eletricista, vereador, prefeito e vice-prefeito*”. Esses dados nos permi-



tiram apreender que os vereadores fazem questão de referenciar a profissão do pai e ou de sua mãe quando essa “profissão” é conivente com a realidade política a qual ele se associa. Isto é, as suas frentes de trabalho, mesmo que em meio à entrevista, estes fazem questão de afirmar que a sua notabilidade política está desvinculada da presença de seus pais na política, demonstrando sempre em meio a pesquisa que se tornaram uma espécie de “autônomos na política”. Com efeito, divergindo de como pude observar no uso diário do recurso familiar para a composição de sua campanha e de sua direção política no município.

Quando questionados sobre a participação de seus pais em associação ou entidades de classe, se faziam ou fazem parte, bem como se isso os direcionava para a participação política, os vereadores, cujos pais estavam ligados à política, sinalizam a vinculação aos partidos políticos e/ou a entidades sindicais como, por exemplos, significativos de que a naturalização política já fazia parte de sua trajetória política. Neste quesito, quanto à participação em entidades de classe, um dos entrevistados fez questão de identificar que o pai era um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, já um outro entrevistado se interessou em afirmar que sua mãe é professora e associada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado.

No tocante ao nível educacional dos vereadores, obtive os seguintes dados: 04 (quatro) apenas apresentam nível médio, sendo 02 (dois) formados em colégios públicos da Capital, e no



próprio município. Vale ressaltar que o município só veio a ter um colégio destinado ao ensino médio a partir dos anos 90. Em se tratando, ainda, do nível educacional, 01 (um) afirma ter iniciado o nível superior, mas não conseguiu concluir, segundo ele precisou trancar o curso em virtude do trabalho, ou seja, da doação total de seu tempo aos afazeres políticos.

Os outros 06 (seis) apresentam curso superior em áreas diversas e não exercem efetivamente a profissão de sua formação acadêmica e/ou muitas das vezes fizeram cursos correlacionados com a atividade política, a exemplo disto 01 (um) desses atores é formado em gestão pública e o outro (01) afirmou ter iniciado o mesmo curso, ambos em universidades particulares do Estado. Soma-se a essa afirmativa, que 01 (um) dos atores é formado em assistência social, tendo-se em questão que esse participe da administração de um sindicato na cidade; 01 (um) é formado em Biomedicina e atualmente cursa bacharelado em Teologia, em virtude de sua ligação religiosa, isto é, por ser presbítero de uma igreja evangélica na cidade e por desejar se tornar também líder religioso. Ademais, também afirma que ambos os cursos foram feitos em universidades particulares do Estado.

Em semelhante perspectiva educacional, ou seja, de já ser formado em um nível superior e de estar cursando outro curso superior, temos 01 (um) ator que é licenciado em Física pela universidade federal do estado e está cursando engenharia civil por uma universidade particular, também do estado. Apenas 01 (um) dos vereaa-



dores apresenta formação em dois níveis superiores, sendo então licenciado em História e bacharel em Direito, ambos por uma universidade particular. Este vereador que possui os dois cursos superiores fez questão de intensificar a sua formação em licenciatura como uma espécie de frente significativa para a sua vertente política, ao que ele identifica ser o “vereador vinculado à educação no município”. Outrossim, percebe-se essa frente significativa por ter ainda carregado essa “bagagem” em virtude da tradição familiar decorrente de sua mãe, que foi professora no município e que dedicou a sua vida para a educação, por observar esse traço na grande maioria dos seus irmãos, ou seja, por serem formados em várias outras áreas nas licenciaturas.

Durante a entrevista e aplicação dos questionários, alguns dos vereadores não conseguiram entender o objetivo de serem questionados quanto à formação escolar e profissional de seus pais e avôs, que demonstravam estar entediados e/ou curiosos quanto a essas perguntas, afirmando em sua inquietação que *“Mas você num tá interessado em saber sobre mim?... Assim, como se torna vereador? Pensei que as questões seriam apenas sobre mim e sobre o meu mandato?”*. Essas questões eram apresentadas logo no início da entrevista e quando eu explicava que isso contribuía para análise da condição social, e de como esses dados eram importantes para se compreender como seria possível construir um perfil político deles, estes demonstravam-se mais “à vontade” em continuar a entrevista e em responder o questionário.



Ao questioná-los sobre o *background professional e político*, especificamente como esses dados seriam importantes para a construção do perfil político desses vereadores, iniciei a entrevista e a aplicação do questionário com a pergunta relacionada à sua profissão: “Qual a sua profissão?”. Diante desse questionamento, quase que por unanimidade esses atores fizeram questão de apresentarem a sua profissão, distanciando-se da ideia de “político-profissional”, exceto O1 (um) deles que fez questão de dizer que é vendedor e que atualmente exerce o mandato de vereador, já no seu 3º terceiro mandato. Em outras palavras, diz que vereador é uma profissão, embora quando questionado sobre isso, afirme que não.

Isso demonstra que, mesmo que esses atores desejem seguir carreira política, estes não conseguem classificá-la como uma profissão, uma vez que não percebem nela uma condição de rigor e procedimentos profissionais. Já os outros, afirmaram que não poderiam identificar o cargo de vereador como profissão, visto que eram mandatos com períodos determinados e a profissão era o seu trabalho significativo, isto é, a sua profissão “*para vida toda*”.

Assim sendo, quando das respostas em relação às profissões, temos os seguintes dados: O2 (dois) são agentes comunitários de saúde e junto a essa profissão assumem outra profissão, como a de professor – embora afirme que não esteja exercendo a profissão há um tempo –, e o outro como taxista, em que executa essa atividade em conjunto com a de vereador. Outro aspecto defendido por esse vereador é relacionado à sua profissão de agente comunitário,



anterior à sua condição de político, reiterando que foi através da sua profissão como agente comunitário que conseguiu iniciar o seu trabalho político junto à comunidade do município, bem como a traçar as metas de inserção e recrutamento na política.

Outros 02 (dois) vereadores são microempresários, sendo um proprietário de um correspondente da Caixa Econômica (Agência Lotérica) e o outro proprietário de um laboratório de análises clínicas, especializado em exames populares. Esse último afirma que o trabalho dele na política se vincula com a sua atividade profissional, ou seja, a população o identifica em virtude do trabalho que desenvolve ligado à sua área de atuação profissional: *“[...] as pessoas quando necessitam de algum exame e ou tratamento médico procuram os nossos serviços. E é pra isso que virei vereador, para ajudar como posso nessa área...”*. Outros 02 (dois) estão em áreas completamente desvinculadas às suas frentes de trabalho: 01 (um) deles comenta que a sua profissão é comerciante, embora seja funcionário público e desempenhe atividades ligadas ao ramo frigorífico, principalmente na venda de carne bovina – em virtude de seu pai que antes de ser vereador era marchante (pessoa encarregada do abate do gado e da sua consecutiva venda para frigoríficos e/ou feiras-livres nos municípios circunvizinhos). Adiante, para 01 (um) declara que é funcionário público, especificamente oficial administrativo estadual e atualmente exerce a profissão de advogado.

Além disso, 03 (três) dos entrevistados estão em profissões relacionadas, indiretamente, ao recurso social acionado junto à política,



de modo a serem descritas a saber: aposentado pela educação, exerce atualmente a função de secretário geral; funcionário de empresa privada; e o outro é assistente social e vice-presidente de um Sindicato. Em síntese, todos estes fazem uso de suas profissões como condicionantes para a sua carreira profissional na política, embora não deixem claro na entrevista que fazem isso de maneira significativa, ou seja, tentam demonstrar que a sua participação política se desvincula de sua atuação profissional.

Em virtude do questionamento relacionado à profissão, direcionei a entrevista para as questões relacionadas aos objetivos de inserção na carreira política, tendo-se em vista que possuem profissões e relataram manter os seus sustentos dessas atividades laborativas e não dos salários recebidos como vereador. Assim, os atores voltaram a afirmar que não acreditam que o cargo de vereador seja uma profissão, além de relataram estar na política para promover uma melhoria no município.

Nesse aspecto, foram unânimes, afirmando que o município precisa do trabalho desenvolvido por eles, ainda que quando incitados sobre como se deu o estímulo para entrarem de fato na política, para além da própria “necessidade municipal”, estes vereadores afirmem que: O1 (um) diz que seu acesso se deu por conta da necessidade de mudança na política municipal, embora durante a entrevista deixasse transparecer que o fato do pai ter sido vereador e ele ter sido cabo eleitoral, bem como por ter tido uma trajetória relacionada a uma militância estudantil no movimento estudantil e chefe de sala, tenham sido



importantes experiências para despertar o seu interesse pela política. Em semelhante resposta, o seu irmão, que também é vereador, afirma que, por estímulo do pai – uma vez que este sendo vereador, também despertou nele o interesse pela política, somando-se ao fato de que seria uma espécie de sucessor do seu pai na política local.

Na mesma lógica, outros 02 (dois) vereadores afirmaram que o recurso político herdado do pai, e outro relacionando ao recurso político do avô, isto é, o peso da hereditariedade política dos seus familiares foram condicionantes significativos para o seu acesso à política municipal. Contudo, 01 (um) dos entrevistados foi enfático ao dizer que nunca tinha pensado em entrar na política municipal, mas que atendendo ao pedido de um dos ex-prefeitos da cidade, e pela condição de trabalhar em uma empresa importante na cidade, decidiu entrar na política e seguir a carreira política.

Em relação às razões que os levaram a seguir a carreira, as respostas circundaram em sua maioria principalmente na “[...] possibilidade de colaborar com o bem público comum”, juntamente com a “possibilidade de representar o meu grupo social e profissional ao qual faz parte” e especialmente quanto à “possibilidade de representar a cidade onde vive no cenário político municipal e estadual”; poucos sinalizaram a importância de “representar e fortalecer o grupo político que faz parte”. Embora, demonstra-se na política local, no dia a dia da política, que o fortalecimento do grupo político ao qual esses atores políticos fazem parte, seja uma das coisas que mais pesam nas decisões ligadas a manutenção de suas carreiras.



Tratando-se das questões relacionadas aos apoios direcionados, ao acesso e sucesso como político, os vereadores sinalizaram o “apoio familiar” como um dos principais recursos acionados, somando-se ao “apoio dos amigos”. Um (01) dos entrevistados fez questão de mencionar que o seu maior apoio foi dos amigos, afirmando que *“[...] quando pedir ajuda a um político da cidade e ele me negou, eu desabafando com os amigos – sempre tive muitos amigos – disseram: - Porque você não entre pra política, seja vereador? E assim decidir entrar e aqui estou. Foram meus amigos que me estimularam e apoiaram. Minha família nunca apoiou, pois achava que não tinha chances de vencer”*. Também sinalizaram a importância das “organizações em que participam e representam”, a exemplo dos sindicatos e/ou entidades sociais relacionadas, como igrejas evangélicas, etc.

Ademais, ao questioná-los sobre a construção de uma carreira política, busquei saber se após o término deste mandato esses atores políticos desejariam seguir em outro cargo político, o que, por unanimidade, afirmaram que desejam sim ser candidatos – desde a reeleição para vereador, como por ventura ao cargo de prefeito e/ou vice-prefeito. Entretanto, apenas 01 (um) demonstrou não ter pretensão em galgar cargos políticos mais altos para além do cargo de vereador, tendo em vista que não consegue se enxergar exercendo outro mandato eletivo, tampouco se tornar vereador era o seu desejo, de forma que se tornou vereador atendendo a um pedido do seu chefe na empresa que trabalha como supervisor.



De acordo com os entrevistados, o desejo de seguir carreira política é de todos os que são *“mordidos pela mosca da política”*, todavia, afirmam que quem decide isso é o povo, ou seja, *“[...] lógico que quero exercer outro cargo político, crescer politicamente, mas deixo que o povo nas ruas diga se me quem candidato pra prefeito e ou vice, não adianta só querer, tem que ter trabalho prestado e o povo aclamar nas ruas pra isso [...] os que estão afirmando que vão ser prefeito e tal... Hum! Eles não estão entendendo nada. O povo decide meu filho!”*.

O desenho apresentado através desses recursos sociais, nesse trabalho, permitiu construir e demonstrar como é formado o corpo legislativo da Câmara de Vereadores dentro das perspectivas objetivas do cargo de vereador, bem como demonstra como esses atores conseguiram se inserir dentro do universo da política municipal. Ou seja, ora esse acesso ocorreu por meio da tradição familiar, ora pelo apoio dado por amigos e entidades de classe aos quais fazem parte. Ou até mesmo por indicação direta de seus patrões em amplos universos sociais. Indica ainda que, na política local, a origem familiar dos pais e dos avôs, mesmo que sem definição quanto às profissões e à escolarização que estes possam ter feito parte, consiste em um recurso significativo, uma vez que a comunidade eletiva demonstra ter uma vinculação 'clientelista' norteadas por meio dos antigos favores feitos ou adquiridos por esses familiares políticos mais antigos.

Este trabalho permitiu também entender que, dentro do universo político municipal, a questão da ligação partidária e a posição ideo-



lógica na política – esquerda ou direita – não interferem na dinâmica política local. Segundo os vereadores, o partido apenas serve para creditar a sua candidatura. Desse modo, afirmando que mudam de partido na grande maioria das vezes por conta das condições políticas locais, sem nenhuma pretensão ou vinculação ideológica ao partido, de forma que o requisito necessário se refere apenas à vinculação partidária para a composição de chapas eleitorais majoritárias. Assim sendo, esse questionamento nos direcionou à reflexão sobre a posição ideológica desses atores quanto a serem de “esquerda ou direita”, bem como as respostas foram direcionadas a uma espécie de “neutralidade ideológica”, embora acompanhando as suas redes sociais e os seus discursos, pude perceber que eles deixam bem claro as suas vinculações ideológicas e partidárias. Contudo, acreditam que a sua movimentação, em redes sociais, não condiciona potencialidades significativas para se identificarem em uma ou outra posição ideológica. Com isso, foram unânimes em afirmar que a questão de posição ideológica é apenas conivente dentro do universo político federal, não percebendo nos eleitores essa condição como singular ou específica para a política local. Nas palavras de um dos entrevistados: “[...] os eleitores estão mais ligados a questões do trabalho desenvolvido dentro do município, nada de esquerda ou direita. Isso fica a critério do próprio político [...]”.

Foi importante perceber, tanto em meio às entrevistas quanto na própria aplicação dos questionários, a questão relacionada ao posicionamento político desses atores no tocante à gestão local, em que



se posicionaram e se identificaram entre “situação e/ou oposição”. Segundo um dos vereadores entrevistados, “[...] *essa posição de ser situação e ou oposição é importante, pois define como iremos conduzir nosso mandato [...]*”, demonstrando que a indecisão quanto ao seu posicionamento refletia diretamente em como seu trabalho poderia ser desenvolvido junto ao executivo e como esse passaria a ser visto pelos munícipes. Já de acordo com outro vereador, “[...] *declarar-se oposição credita o meu trabalho, pois não sou conivente e fiscalizo todas as ações da gestão*”. Ora, o que se percebe é que os olhares acerca das posições se dão no mero jogo político eleitoral, em que estar no poder e não fazer parte dele o credita para parte da população, como também funciona enquanto uma espécie de crédito eleitoral para um possível futuro político, de maneira que se manter na situação o credita à continuidade de um trabalho e/ou a neutralidade fiscalizadora por esses atores.

Os dados sociográficos desses vereadores possibilitou compreender e formatar interpretações sociológicas sobre como esses atores políticos desenvolvem e formatam a sua carreira política, assim como compreender como o uso desses recursos repercutem diretamente nas direções e frentes de trabalho defendidas por esses políticos. No entanto, esses dados que atribuí como “recursos sociais fundamentais” por si só não permitiram uma ampla compreensão da dinâmica que se estabelece para a formatação do cargo de vereador em um pequeno município, sendo necessário questioná-los sobre como esses atores, já creditados como políticos profissionais, acionam e apreendem habilidades inerentes ao cargo eletivo para o seu sucesso político.



## 2. As habilidades acionadas e apreendidas no *métier* da política municipal

“- *Que habilidades são essas*”? Essa foi a resposta obtida por um (01) um dos vereadores entrevistados. Ao se referir sobre a importância e construção de habilidades provenientes da investidura no cargo de vereador, pude perceber que, talvez, esses atores políticos nunca tenham pensado a sua atuação como uma profissão e, por conta disso, nunca se tenham percebido dentro desse *métier político* (GRILL & REIS, 2015). Em outros termos, a busca por alguns códigos é apreendida e/ou acionada para o sucesso profissional, ou seja, consiste em competências necessárias para a sua ascensão e a sua consagração política.

Santos (2016), em seu trabalho sobre a construção de cabos eleitoral, dedica-se a demonstrar a importância das habilidades na composição deste cargo, demonstrando como essas são construídas e como são acionadas e reconvertidas em trunfos políticos na política municipal. Em semelhante perspectiva, quando penso na formação do cargo de vereador como um ofício dentro da política, identifico os três princípios básicos defendidos por Hughes (1964) para a “fabricação” de um profissional dentro da perspectiva de um ofício, sendo eles: a *aprendizagem*, que corresponde à socialização; a *iniciação*, isto é, a inserção na política eletiva por meio da campanha eleitoral e a *conversão*, que é o momento em que o ator já se percebe atuando e participando, não mais como observador daquele universo político, mas sim como umas das peças dessa engrenagem.



Nessa lógica, depois de questionados e de uma breve reinterpretação da pergunta, os vereadores apresentaram as suas respostas a respeito das suas habilidades políticas. Iniciando-se pela *aprendizagem*, em que, de acordo com esses atores, a aprendizagem política muitas das vezes foi aprendida durante o processo de formação familiar. Em outras palavras, sendo estes vereadores, em sua maioria, com vinculação familiar, de forma a serem políticos de herança familiar e que participaram do universo político do município desde a sua infância ou na juventude. Segundo um dos vereadores, “[...] *brincava nos corredores dessa Câmara, via meu pai conversando, recebendo políticos em casa [...] eu apenas brincava, mas convivía com eles (os políticos) e com os filhos deles*”. Essa afirmação demonstra que os espaços de aprendizagem política era o espaço de socialização, onde se iniciava o interesse pela política, mesmo que sem constatarem ainda como essa dinâmica, de fato, ocorreria.

Em relato semelhante, outro vereador explica que a rotina dele estava ligada intimamente com o dia a dia de seu familiar político, “[...] *era pequeno, mas me lembro, quando ele ia atender as pessoas. As pessoas pedindo favores. Tinham até aquelas que nos encontravam na rua e fazia referência a ele, tipo: - Olha ele como está grande [...]*”. Dito isto, para esses atores, a política estava intimamente relacionada à sua condição social, sendo a sua iniciação condicionada pela própria convivência no meio.

O processo de *iniciação* desses atores na política está profundamente casado com a sua aprendizagem. Isto é, de acordo com



os mesmos, a aprendizagem e a iniciação aconteciam simultaneamente. Entretanto, se definirmos o processo de campanha eleitoral como início da construção da carreira política, esses identificam que algumas habilidades tiveram que ser acionadas, a exemplo do uso da oratória e do aprimoramento das relações interpessoais. Conforme um dos vereadores comenta: “[...] *é na campanha que o eleitor começa a criar vinculação com o político, que ele define se gosta ou não de você, então você deve ser o mais sincero possível em suas posições e projetos, como também saber ouvi-los[...]*”, comprovando, assim, uma espécie de naturalização ou aptidão nata para a política.

Para os vereadores do município, a campanha é o palco expositivo de suas qualidades pessoais. Em virtude disso, grande parte das respostas foi direcionada às qualidades subjetivas atribuídas aos mesmos: *“honestidade com os eleitores, humanidade e amizade com os eleitores”*. Além disso, outras habilidades foram destacadas, bem como acionadas, durante o período de iniciação na investidura do cargo, visto que esses atores são unânimes ao afirmar possuírem *“[...] conhecimento ou um pouco sobre o conhecimento do desenvolvimento da política municipal”*. Nesse sentido, conhecimento é um dos principais atributos e habilidades que todo político deve ter logo que entra em campanha eleitoral, justamente porque será a partir deste que serão definidos os trajetos e as construções identitárias dos vereadores em questão na política, assim como também os eleitores passam a vê-los.



Quando a investidura do cargo ou na *conversão* destas pessoas em políticos e políticos profissionais, estes sinalizam que a maior habilidade que podem adquirir é o de “[...] *saber jogar o jogo da política*”. Ora, de acordo com esses atores, a política é um jogo em que nem sempre se tem a certeza de ganho e que, para tal feito, é preciso saber lidar com as pressões internas e externas inerentes ao ofício. Conforme um dos vereadores: “[...] *essa habilidade se traduz no saber quando falar e ou quando calar-se. No momento de participar ou não de determinado grupo ou situação política. É a arte de negociação. Quem melhor negociar, vence o jogo*”.

Em suma, *“tudo na política é possível”*. Portanto, a habilidade defendida por esses atores como cruciais para o sucesso político consiste em obter a tática de jogo. É conseguir construir alianças e/ou rupturas de acordo com a comunicação e o *“linguajar próprio da política”*. Assim, quando questionados sobre o significado do *“linguajar próprio da política”*, segundo esses próprios políticos a máxima diz respeito ao linguajar relacionado ao calar-se e/ou impor-se por força da sua densidade eleitoral, tendo-se em vista que o partido não apresenta significativa importância, sequer também a sua posição ideológica – esquerda ou direita. Isto é, o que de fato conta para eles é a propensão à negociação, pois *“tudo na política é negociação. [...] Veja você, em um município pequeno como aqui, se você é político e não consegue se manter em um grupo político fortificado, a melhor atuação que você tem é silenciar e fazer a sua política paralela a que o grupo desenvolve. Não é bater de frente, é negociar. Embora nem sempre isso surtas os efeitos que você deseja, mas esse princípio torna-se o principal”*.



Embora os vereadores não se identifiquem como políticos profissionais e/ou defendam a política como uma profissão, quando questionados em termos dessa atuação eletiva ter etapas semelhantes a qualquer outra profissão – aprendizagem, iniciação e conversão – eles afirmaram unanimemente que: “[...] *nesses propósitos apresentados ela pode até ser assim chamada, mas não identificada, pois a política é momentânea, datada de períodos e de flutuações [...]*”. Porém, os atores demonstraram, em meio a toda pesquisa, o desejo pela continuidade e ascensão política, numa formação de carreira profissional.

Nesse sentido, quando falaram dessas flutuações, pode-se refletir que o próprio processo de flutuação é uma característica importante em qualquer profissão, entretanto, os vereadores foram enfáticos ao afirmar que essas flutuações são decorrentes da própria dinâmica política. Em outras palavras, para esses atores políticos, essa dinâmica política se refere a um campo tipicamente distante dos outros campos de atuação profissional. Mesmo quanto à essa diferenciação proposta pelos próprios políticos, em meio às entrevistas e na aplicação dos questionários, percebi que o processo de *aprendizagem, iniciação e conversão* correspondem intimamente com a formação do ofício da política, uma vez que essas etapas são amplamente contempladas e justificadas na própria carreira política.

Assim sendo, somando-se ao panorama sociográfico desses políticos locais, com as suas interpretações sobre as habilidades e as competências acionadas e atribuídas para a investidura no cargo de vereador, é que foi possível construir perfis políticos desses atores, de maneira que apresento no subitem abaixo.



### 3. Perfis políticos a partir do ofício de vereador

Levando-se em consideração o histórico de formação política do município ao longo dos 68 anos (1951-2019) aqui analisados, caracterizado por uma vinculação política de “parentelas<sup>46</sup>”, somando-se às informações adquiridas ao longo das entrevistas e dos questionários aplicados aos 10 (dez) vereadores entrevistados, possibilitou-nos demonstrar a existência de relações hereditárias, profissionais e/ou até mesmo a existência daqueles que poderíamos chamar de *outsiders*<sup>47</sup>, 03 (três) perfis políticos foram construídos de acordo

---

**46** Parentela se constituiu como um termo cunhado por Queiroz (1976) e Linda Lewin (1993), termo esse utilizado para representar um tipo específico de relações de base familiar. Esse é utilizado para apreender o papel central que desempenharam os laços sociais e os sistemas de alianças nas dinâmicas de composição e de recomposição dos grupos dirigentes, sendo que esses laços são aqui entendidos como um recurso que foi utilizado no início da política local e como uma estratégia para a composição de redes de relações e alianças dos grupos dominantes. Segundo Petrarca e Oliveira (2017), o conceito de parentela nos permite compreender as lógicas dos estudos sobre grupos dirigentes, bem como a investigação dos fenômenos políticos em geral, tomando para o núcleo da discussão as redes de “base familiar”, assim conectando a política a outras esferas dos universos sociais, como as profissões, a política partidária, a dominação e institucionalização de partidos políticos, entre outros temas centrais da política. Segundo os autores, o uso da parentela na discussão da política permite demonstrar como o sistema de agregados familiares e afins, as relações pessoais, remetem “relações e a práticas políticas que têm com princípio ingredientes tanto da dominação ‘direta e pessoal’ quanto da ‘indireta e impessoal’”.

**47** Em referência ao termo cunhado por Howard Becker (1963). Aqui evidenciando uma espécie de ‘desvio’ as características comuns encontradas nos outros blocos



com os dados sociográficos dos vereadores, que objetivam sintetizar os padrões de recrutamento, seleção e inserção na política municipal.

Contudo, esses perfis não são engessados, uma vez que, em alguns casos pode haver a existência de vereadores que atuam tanto em uma como em outra causa. Ou seja, alguns desses atores políticos transitam tanto em um perfil como em outro, em uma espécie de intercessão de perfil. Entretanto, o que foi levado em consideração, na sua construção, diz respeito à soma dos recursos sociais aos quais utilizaram desde o período eleitoral. Além disso, também foi colocado em relevância o modo como estes entrevistados se identificam em sua trajetória política, bem como a maneira em que a população os identifica. Com efeito, apresentamos os três perfis políticos construídos: o perfil político de vereador por herança familiar, o perfil político de vereador por vinculação profissional e o perfil político *outsiders*.

### **Vereadores de herança familiar**

Esse perfil é composto pelos vereadores que acionam, ao longo de sua trajetória política, a vinculação com a herança familiar consanguínea. Nesse sentido, muitos utilizam-se dessa condição para ter inserção na política partidária e institucional, creditando para si

---

de vereadores, ou seja, não possui vinculação familiar, não é apadrinhado por outro político importante na cidade, etc. Maiores informações em: BECKER, H. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.



condições de herdeiros diretos da tradição política de seus pais e/ou avôs (hereditariedade política). Seis (06) dos vereadores, que compõem o quadro legislativo municipal, apresentam essa característica, sendo que 05 (cinco) deles são diretamente relacionados à figura paterna e apenas 01 (um) ligado à hereditariedade do seu avô. São quadros representativos desse tipo de perfil político:

1. O vereador Augusto Azevedo, ou 'Augustinho de Zé Azevedo' como é popularmente conhecido, filho do ex-vereador, ex-presidente da Câmara de Vereadores, ex-prefeito e ex-vice-prefeito, José Azevedo (Zé Azevedo). Segundo o próprio vereador, a sua inserção política se deu na condição de manter a tradição política do seu pai na política municipal e, assim como o pai, pretende seguir na carreira da política, ou seja, dentro do universo local, sem nenhuma pretensão a ter cargos maiores na política, tendo-se em vista que o maior cargo na política municipal é o de prefeito. Augusto Azevedo já foi Presidente da Câmara de Vereadores por 03 (três) biênios: 2009/2010, 2011/2012 e 2016/2017, tentou a reeleição para presidência da Câmara, mas não conseguiu construir um bloco significativo, nem chegou a candidatar uma chapa.

2. Bruno Andrade, ou 'Bruno de Seu Andrade', é o político mais jovem da câmara de vereadores, sendo o segundo mais bem votado durante a eleição de 2016. De acordo com o próprio vereador, o seu sucesso eletivo se deu em virtude do trabalho desenvolvido por sua família na história política do município, principalmente em virtude da tradição do seu nome: 'Andrade', em referência a um dos princi-



pais políticos do município, Carlos de Andrade (Seu Andrade). Como o vereador está em seu 1º (primeiro) mandato, este tem consciência de que todo o seu referencial político advém de herança familiar, já que além de ter um o nome do avô como qualitativo eleitoral (pois esse foi ex-vereador, presidente da câmara e ex-prefeito do município por duas gestões), também teve na política outros representantes da família, a exemplo de seus tios: Maria Andrade, ou Profa. Maria de 'Seu Andrade' (que foi vereadora e presidente da Câmara por dois biênios – 2013/2014 e 2015/2016) e Carlos de Andrade Filho, ou Carlinhos de 'Seu Andrade', como é chamado (foi Presidente da Câmara durante os biênios 2005/2006 e no final do biênio de 2008).

3. Marcos Gomes, o 'Marcos de Seu Gomes'. A referência atribuída ao seu pai, o ex-vereador Carlos Gomes, traduz para o seu filho o crédito de ascensão no cenário político municipal, sendo que seu pai foi por 04 (quatro) vezes vereador do município (1989-1992; 1997-2000; 2001-2004). O vereador 'Marcos de Seu Gomes' está em seu 3º (terceiro) mandato, sendo que neste último assumiu, por conta da licenciatura de Rômulo Silva, uma secretaria no município.

4. Maria Virgínia, a 'Virgínia do Sindicato'. De acordo com a própria vereadora, a sua entrada na política foi por indicação direta de seu pai, o ex-vereador José Virgínio, que também foi vereador e Presidente da Câmara (1955; 1960/1961 e 1963). Segundo a própria vereadora, a sua entrada e permanência na política foi construída de acordo com o papel desenvolvido por seu pai, junto aos trabalhadores rurais do município, por meio do Sindicato dos Trabalhadores



Rurais do município. Sindicato este em que seu pai foi fundador e a vereadora, hoje, é a vice-presidente. Maria Virgínia iniciou na política como suplente no ano de 2009 e atualmente permanece na política legislativa municipal. Na última campanha eleitoral (2016), foi a vereadora de maior densidade eleitoral.

5. Rômulo Silva, 'Rômulo'. Deve-se salientar que esse vereador não faz referência nominal direta ao capital hereditário político de seu pai, o ex-vereador com maior número de reeleições no município – 05 (cinco) mandatos – Luiz Silva Filho. Segundo Rômulo Silva, a sua trajetória política iniciou com a decisão de ser cabo eleitoral de seu pai, na última disputa eleitoral que Luiz Silva Filho saiu candidato e perdeu (2000). Além disso, o vereador utiliza, desde o período eleitoral, apenas o seu nome sem vinculação com o pai. Embora todos os munícipes o conheçam como 'Rômulo Silva', o vereador foi candidato sem sucesso em duas disputas eleitorais, mas vencendo também duas delas (2005-2008 e 2017-2018), sendo que nesta última eleição, após um ano de mandato, decide assumir o cargo de Secretário Municipal, em uma pasta vinculada a uma das suas linhas de atuação. Isto é, o trabalho direcionado ao público jovem no município – serviços de documental pessoal, acesso ao primeiro emprego, vinculações com esporte, turismo, etc.

6. Remo Silva, 'Reminho Silva', como é conhecido popularmente no município é um dos mais jovens políticos do legislativo municipal. Irmão, por parte de pai, do também vereador Rômulo Silva. Segundo o vereador Remo Silva, este entrou na política para



manter a continuidade do trabalho desenvolvido por seu pai, o ex-vereador Luiz Silva Filho, que foi vereador por 05 (cinco) mandatos e Presidente da Câmara (1989/1990 e 1993/1994). Atualmente, o vereador em questão, Remo Silva, foi eleito como Presidente da Câmara para o biênio de 2019-2020.

### **Vereadores de vinculações profissionais**

Perfil composto por vereadores que acionam, ao longo de sua trajetória política, a sua vinculação com questões profissionais, inclusive em sua própria identificação de campanha e ou nas principais ações desenvolvidas junto aos eleitores no município. Três (03) vereadores são enquadrados nesse perfil:

1. Luzia Aparecida, 'Luzia da Saúde'. Embora a vereadora tenha herança familiar na política, através de seu irmão, que foi ex-vereador, presidente da câmara por dois biênios (1985/1986 e 1991/1992) e também ex-prefeito municipal (por 08 meses quando da intervenção jurídica na gestão da qual ele era vice-prefeito), a sua vinculação política se dá muito pelo seu trabalho desenvolvido junto a uma unidade de saúde do município. A vereadora está em seu 2º (segundo) mandato (2001-2004 e 2017-atual), sempre na condição de oposição há aproximadamente dez (10) anos na política local do município. Também, Luzia da Saúde corresponde à única, dentre os dez vereadores, a se declarar permanentemente como oposição; segundo a mesma, condição essa que dificulta o seu trabalho de vereadora na cidade, mas também a credita por



uma grande parte da população que observa, em sua posição, uma representação significativa no legislativo municipal.

2. Benedito José, ou 'Benedito do povoado Varjão', ou 'Benedito da Fábrica'. O vereador está em seu 3º (terceiro) mandato e sua atuação política está intimamente ligada à sua condição profissional, isto é, ao cargo que ocupa dentro da principal fábrica do município. Empresa essa de propriedade de um dos principais líderes políticos do estado e dirigida por um dos principais líderes políticos da região. Benedito José tornou-se vereador por força de sua vinculação política atrelada a seu ofício desenvolvido na fábrica, bem como por ser o representante deste povoado no legislativo municipal.

3. Josué Emanuel, ou apenas o 'Emanuel da Clínica' está em seu 1º (primeiro) mandato como vereador. De acordo com o vereador, este não tinha pretensões políticas, mas em virtude do trabalho que desenvolve na comunidade – relacionado à ligadura de trompas e outros exames clínicos – o acesso à política o credita maior campo de atendimento, visto que facilita a criação de rede de relações e de trabalho. Emanuel é proprietário de um Laboratório de Exames Clínicos em um município circunvizinho e trabalha em parceria com familiares, que também são proprietários de um laboratório em outro município da região. Segundo o vereador, foi a partir do trabalho de um de seus familiares, na área da saúde, que ele teve inserção na vida pública, vinculando-se ao trabalho comunitário de saúde. Atualmente, o vereador também desenvolve atividades junto a uma igreja evangélica no município como presbítero.



### Vereadores “outsiders”

Esse perfil é composto pelos vereadores que não apresentam nenhuma vinculação política familiar ou empresarial, destacando-se na política como um vereador que se inicia na política por força dos apoios e das relações com amigos e/ou por reconversão dos recursos sociais das origens sociais como trunfos eleitorais. Dentro do universo analítico da câmara de vereadores do município, apenas 01 (um) dos vereadores se enquadra nesse perfil, a saber:

1. Guimarães Fontes, ‘Guiminho’. Popularmente conhecido pelos munícipes, principalmente por sua trajetória pessoal, assim como quanto à sua trajetória política, tendo em vista que já está em seu 3º (terceiro) mandato (2005-2008; 2009-2012 e 2017-atual). Segundo o próprio vereador, a sua trajetória política se deu por conta do apoio de seus amigos que o incentivaram a entrar na política, especialmente em virtude de decepções políticas quando exercia a função de cabo eleitoral de um vereador no município. Ou seja, quando chegou a precisar de algum favor desse político e foi negado. Esse foi o estopim para que pudesse pensar e se dedicar à construção de uma carreira política. Atualmente, o vereador é o vice-presidente da Câmara de Vereadores no biênio (2019-2020).

#### 4. Possíveis interpretações...

Por meio da análise dos recursos sociais e das habilidades acionadas e apreendidas no ofício da política, pelos atores políticos municipais – os vereadores –, foi possível empreender que as construções de



suas carreiras profissionais, dentro da política, estão entrelaçadas em um tripé estrutural das lógicas dos padrões de recomposição, inserção e ascensão política defendida pelas teorias dos grupos profissionais – familiar profissional e outsiders.

Ademais, o que se observa é que, em meio aos 10 (dez) vereadores entrevistados, a grande característica que o condiciona e lhe assegura o acesso ao ofício político consiste na sua vinculação familiar. Em outros termos, refere-se à sua hereditariedade política, o ser familiar de algum outro político que tenha tido história no município.

Ora, observando o quadro atual, em que 06 (seis) desses vereadores apresentam como ponto crucial a hereditariedade de seus pais, dos quais foram políticos ao longo dos anos 50 até meados da década de 90, em um período significativo cujas indicações dos familiares, aliados, afins e dissidentes construíram a política local, ou seja, estes são herdeiros diretos não só do recurso político familiar de seus pais, mas também da parentela que os iniciou, a parentela dos grandes líderes políticos locais.

Dos outros vereadores, 03 (três) estão atrelados, em especial, às suas trajetórias profissionais, embora não tenham perdido as suas ligações afins, pois, mesmo que 02 (dois) deles acionem a perspectiva da sua própria construção política como requisito basilar de sua carreira política, em sua trajetória percebeu que um deles tem vinculação com um irmão. Isto é, o capital familiar é compartilhado e os outros dois sinalizam o apadrinhamento como característica importante para a manutenção do seu cargo.



A perspectiva do vereador *outsider* é a de um político que flutua principalmente em meio às engrenagens do jogo político, estabelecendo-se profissionalmente na política através do acesso direto à liderança do grupo político em vogue. O que antes era apenas um político por aclamação dos amigos, torna-se um político de vinculação à liderança local da situação e, assim, substancializa o seu mandato em um amplo e declarado jogo de artimanhas e lances políticos, na política das engrenagens, dos vínculos e das dissidências partidárias e/ou meramente nas flutuações das pressões políticas. Em linhas gerais, sendo identificado como o “político de contra peso” aquele que é acionado para dar maior nome ao bloco político.

Com isso, demonstra-se que a construção desses perfis políticos, por meio das condições objetivas e subjetivas provenientes dos recursos sociais e das habilidades acionadas e apreendidas no ofício do cargo de vereador, são, por assim dizer, arcabouços significativos para o início da construção do cargo e também na política municipal. Em outras palavras, o que pode perceber é que, nesse composto de recursos sociais e de habilidades, na política municipal, o principal qualitativo é se fazer presente nos jogos e nas articulações das lideranças políticas, de modo, dito isto, fazer uso desses recursos como condicionantes para a permanência na política e nas “graças” do eleitorado local.



## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Acir. LOPEZ, Félix G. **Representação política local:** padrões de atuação dos vereadores em quatro cidades mineiras. IN: BRASIL, SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Instituto de pesquisa econômica aplicada – IPEA. Brasília, junho. 2011

BOMFIM, Fagner dos S. **Modalidades de inserção, processo de recrutamento e investimentos na carreira política:** os governadores sergipanos, pós-redemocratização do Brasil / Fagner dos Santos Bomfim. São Cristóvão, 2016. 69f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE, 2016.

GONÇALVES, C. M. Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento. IN: **Revista da Faculdade de Letras: Sociologia**, 17/18, 2007/2008, p. 177-224. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras.

GRILL, I. G. **Elites, profissionais e lideranças políticas (RS e MA):** pesquisas recentes. São Luís: EDUFMA, 2008.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. **O que escrever quer dizer na política? Carreiras Políticas e gêneros de produção escrita.** IN: Revista Pós Ciências Sociais/ Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v.9, n.17, 2012. 240p. São Luís: EDUFMA, 2012. (101-122).

LEWIN, L. **Política e Parentela na Paraíba:** Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: RJ, Record, 1993.

PETRARCA, F. OLIVEIRA, W. J de. Os estudos de elites no Brasil: um ensaio crítico sobre a produção recente. In: REIS, Eliana T. dos, GRILL, Igor G. (Org.). **Estudos sobre Elites Políticas e Culturais**



- reflexões e aplicações não canônicas. Volume 2., Maranhão, EDUFMA, 2016.

PETRARCA, F. OLIVEIRA, W. J de. Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas. *In: Revista Política & Sociedade: Revista de Sociologia política*. Florianópolis, v.16, nº 37, set/dez, 2017. pp.224. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v16n37p191>. Acesso em: 23 de out.2017.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. *In: FAUSTO, Boris. (Org.). O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975, p. 155-190.

SANTOS, Pâmella Synthia Santana. **O ofício de cabo eleitoral: entre campanhas, comícios e o dia a dia da política**. São Cristóvão, 2016. 115f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE, 2016.



**Seção III -  
Movimentos sociais  
e políticas públicas**

# CAPÍTULO 05

## Rotinização de ações contestatórias e a construção de lugares políticos: o caso do viaduto do DIA em Aracaju<sup>48</sup>

Jonatha Vasconcelos Santos

Este capítulo tem como objeto a ocupação do espaço público enquanto repertório de ação contestatória, pelo Coletivo Debaixo, após o ciclo de protestos de 2013. Deste modo, seu objetivo é analisar o processo de construção de um lugar de contestação a partir de uma rotina de ocupação do viaduto do DIA, em Aracaju, organizada pelo coletivo acima referido. Com base nessa investigação, o capítulo quer problematizar as relações entre os movimentos sociais e o espaço público<sup>49</sup>. De modo mais amplo, esta pesquisa se insere no campo de estudos sobre as formas de organização de ações coletivas, a relação entre os movimentos sociais, os partidos políticos e o Estado, os processos de engajamento militante e as gramáticas políticas elaboradas por movimentos sociais.

O fenômeno das ocupações do espaço público tem sido considerado por um conjunto de autores nacionais e internacionais (MARICATO,

---

<sup>48</sup> A versão original deste capítulo foi publicada na revista TOMO do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (SANTOS, 2019) e faz parte de dissertação intitulada “*As manifestações de junho pra gente não acabou*”: um estudo sobre as formas de contestação no Coletivo Debaixo em Aracaju (SANTOS, 2017).

<sup>49</sup> Esta pesquisa resultou em uma dissertação sobre as condições de emergência e as dinâmicas de ação e organização do Coletivo Debaixo (SANTOS, 2017).



2013; DECHEZELLES, OLIVE, 2017; COMBES, 2016) enquanto um ciclo de protestos global, caracterizado pela diversidade de tipos de contestação do espaço público ou da cidade a partir da utilização da ocupação enquanto repertório de ação contestatória. O movimento Occupy, nos Estados Unidos, os protestos de 2011 na Espanha, também conhecidos como o Movimento 15-M ou os Indignados, as utilizações das praças no Oriente Médio a partir dos protestos denominados como “Primavera Árabe”, as ocupações estudantis nas escolas no Chile e as ocupações de escolas e praças em diversas cidades do Brasil são alguns exemplos do uso recente da prática da ocupação como repertório de contestação.

No Brasil, os usos da ocupação enquanto repertório de ação contestatória têm acompanhado um conjunto amplo de variações de reivindicações, que vão desde as motivações para se ocupar um espaço ou um prédio, as formas que as ocupações adquirem na ação de contestação, como uma festa em um largo ou uma praça, mas também por meio de um ato caracterizado pelo fechamento e bloqueio no uso de uma avenida ou prédio, os locais ocupados e os atores ou grupos que utilizam este repertório de ação, até as gramáticas políticas elaboradas pelos movimentos sociais e coletivos que reivindicam o “direito à cidade”<sup>50</sup>. A repetição no uso da

---

<sup>50</sup> Ainda que haja relação com os conceitos consagrados por Henri Lefebvre (2006) e David Harvey (2014), a expressão “direito à cidade” é retomada durante o texto enquanto um termo nativo. Em uma de suas leituras, Harvey reflete sobre a dimensão aberta à significados do termo “direito à cidade”. Para



ocupação como – por exemplo, nas escolas públicas ou dos prédios do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, ambos durante o ano de 2016 –, aponta para a emergência de um fluxo recente de movimentos de ocupação no país. Neste sentido, o termo ocupação tem adquirido diversos sentidos para a construção de ações contestatórias.

Em Aracaju, esse fluxo de ocupação do espaço público emerge após as manifestações de junho de 2013, conhecidas na cidade como o Acorda Aracaju. Assim, em 17 de setembro daquele ano ocorreu a primeira ocupação do viaduto Jornalista Carvalho Déda, mais conhecido como viaduto do DIA (Distrito Industrial de Aracaju), organizada pelo Coletivo Debaixo. O grupo era composto por jovens, a maioria com inserção na universidade, com envolvimento e engajamento prévio em partidos políticos, movimentos sociais e coletivos, como também com expressões artísticas como o punk, o hip-hop ou o rap. Essa ação coletiva foi denominada de Sarau Debaixo e consistia em uma ocupação mensal do viaduto do DIA. O fim dos saraus só foi anunciado no dia 25 de março de 2016 pelo coletivo, por meio de um esclarecimento publicado no Facebook.

Os saraus aconteciam toda terceira terça-feira do mês. Começava no início da tarde com a construção do cenário da ocupação: um

---

ele “o direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado” (HARVEY, 2014, p. 20). É, com base nisso, que tomamos tal expressão enquanto um significante vazio cujo significado, apresentado no artigo, se refere às apropriações adaptadas às situações e localidades.



“palco” que era demarcado por três microfones e caixas de som. Lâmpadas eram instaladas para iluminar o viaduto escuro e uma caixa com giz era colocada para que o público pudesse se apropriar daquele espaço por meio da escrita no chão ou nas colunas do viaduto. Após isso, o roteiro da ocupação era composto pela abertura do sarau, que acontecia com um protesto realizado pelos “poetas do sarau” – termo pelo qual são conhecidos os integrantes do coletivo –, que costumava ser uma encenação teatral ou uma poesia declamada, cujo tema estava relacionado com alguma pauta do coletivo ou alguma questão social relativa ao período, como a Copa do Mundo de 2014 ou a oposição à redução da maioria penal. A abertura era finalizada com o grito de ordem do coletivo: “nós na rua, ninguém desata”. Após a abertura do sarau, ocorria o “palco aberto”, no qual era possível que qualquer pessoa presente no viaduto – e normalmente o público era composto por militantes engajados em partidos políticos, movimentos sociais e outros coletivos, além de artistas e simpatizantes da causa – pudesse se apropriar do microfone e utilizá-lo para protestar, declamar uma poesia, cantar uma música, etc. Por fim, nas últimas horas do evento aconteciam intervenções artísticas já previstas na programação do Sarau. Este era o modelo de ocupação realizado pelo coletivo e que, segundo os integrantes, era uma forma de manter as manifestações de junho de 2013 nas ruas.

As ocupações do espaço público se transformam em uma rotina de contestação à proporção em que o Coletivo Debaixo passa a promover protestos embaixo do viaduto do DIA. Naquele local eram



finalizadas as manifestações de rua e ocorria a massiva ocupação do viaduto pela população. A parte debaixo do viaduto, onde mais tarde passaria a acontecer o Sarau Debaixo, concentrava os grupos mais radicais que ateavam fogo em catracas e tinham eventos de conflitos com a Polícia Militar do estado e a Guarda Municipal da cidade. Os conflitos com as polícias (Guarda Municipal e Polícia Militar) naquele período, segundo meus interlocutores, foram primordiais para a construção de uma narrativa de que era necessário disputar o espaço público. Diante de tal cenário, a pesquisa teve como objetivo compreender o processo de ressignificação do viaduto a partir das ações do Coletivo Debaixo.

As ferramentas metodológicas mobilizadas foram a observação direta das ocupações promovidas pelo coletivo; a realização de entrevistas semiestruturadas; conversas informais que aconteceram durante as ocupações; o acompanhamento contínuo das informações veiculadas pelo coletivo na página oficial do grupo no Facebook; e a catalogação de notícias em jornais eletrônicos. A observação direta das ocupações promovidas pelo coletivo foi fundamental para a construção de um diário de campo que possibilitou registrar como a ocupação, enquanto um repertório de ação, é mobilizada pelo coletivo, qual o perfil de performance utilizada pelo grupo, quais são os grupos e atores mobilizados que circulam na ocupação Sarau Debaixo e como o coletivo intervém no espaço físico, ressignificando o viaduto. As conversas informais e entrevistas semiestruturadas contribuíram para coletar alguns dados sobre a origem do coletivo,



o perfil dos atores que integram o coletivo e, além disto, as concepções e gramáticas políticas do grupo. O acompanhamento contínuo da página oficial do grupo no Facebook permitiu “seguir o objeto”, ou seja, perceber os outros espaços de atuação dos atores engajados e repertórios de ação utilizados, as notas públicas do coletivo sobre a proibição, a presença de policiais durante os atos de protesto e o “esclarecimento” publicado no dia 25 de março de 2016 sobre o fim da ocupação Sarau Debaixo. A catalogação de notícias em jornais eletrônicos permitiu perceber como as ocupações do Sarau Debaixo e o Coletivo Debaixo foram veiculados pelos jornais e como o coletivo estabeleceu uma rede de colaboradores com blogs e “ativistas virtuais” que publicavam notícias sobre a ocupação.

A partir do conjunto de dados coletados, demonstro (i) como o repertório de ação utilizado pelo coletivo constrói uma rotina de contestação, (ii) o processo pelo qual o Coletivo Debaixo constrói uma narrativa e imagem simbólicas para o viaduto do DIA enquanto um “lugar político” ou um lugar de contestação, (iii) a construção de uma identificação do espaço do viaduto com o Coletivo Debaixo e (iv) o reconhecimento de outros coletivos, movimentos sociais e partidos políticos de que o viaduto constitui um lugar de contestação e a recorrência de atos de protestos organizados por outros grupos.

Nesse sentido, o conjunto de elementos ressaltados acima para refletir acerca da relação entre os movimentos sociais e o espaço público está direcionado à investigação do processo de construção simbólica do espaço público a partir da realização de mobilizações.



Além disso, o capítulo se insere em um campo de estudo pouco explorado na sociologia da ação coletiva que é a análise dos efeitos de ciclos de protestos, tal como as manifestações de junho de 2013, no surgimento de novos coletivos, movimentos sociais, partidos políticos, etc., a construção de novos repertórios de ação coletiva e os usos posteriores dos símbolos de contestação dos ciclos de protesto.

### **1. “Tirem as mãos da nossa cidade”: a ocupação enquanto ação política contestatória**

O Coletivo Debaixo e a criação de rotina de contestação no viaduto por meio dos saraus contribuíram para a emergência de um enquadramento (JASPER, 2016) – uma metáfora com a identificação de um problema, estratégias de resolução e aspectos motivadores da ação – constituído pela noção de uma cidade marcada pela desigualdade e segregação social, no qual a ocupação do espaço público é uma forma de disputar a cidade politicamente:

**A cidade foi repartida e nós não fomos convidados.** Se repartiu a cidade dentro de uma lógica elitizada e para poucas pessoas. A cidade não é partida para poucas pessoas. Ela é uma obra usada em favor de poucas pessoas. Então eu acho que a gente tem o dever de discutir a cidade, de falar sobre as coisas que acontecem na cidade, de dizer assim “olha, a gente quer participar da divisão da cidade”. **A gente é quem vive o espaço da cidade, então a gente é quem tem que falar como usar essa cidade, né? [...]**



Ou seja, eles limpam a cidade para fazer uma cidade limpa, o que eles consideram limpa, sabe? E aí a gente tem que discutir o que é legítimo e o que não é... Mas o que a gente pauta é que as discussões sempre foram tomadas sem consultar o povo, sabe? Por uma minoria, sabe... Por uma minoria elitizada que diz “olha, a gente vai utilizar a cidade dessa forma” e o povo muitas vezes não é convidado a discutir de que forma a cidade deve ser utilizada (Relato de Entrevista).

O *approach* teórico dos estudos sobre os enquadramentos interpretativos (BENFORD, 1997; BENFORD, SNOW, 2000) propõe as noções de enquadramento de diagnóstico e prognóstico enquanto ferramentas para compreender a construção de narrativas, os *frames*<sup>51</sup>, que buscam detectar os problemas e as formas que os grupos propõem para resolvê-los. Ainda que tal proposta esteja orientada por uma noção estratégica e utilitarista típica das abordagens norte-americanas sobre a ação coletiva, pretendemos mais mobilizar os enquadramentos enquanto narrativas sobre os problemas, e menos como uma ação estratégica.

Em texto sobre os tipos de enquadramento em torno do “direito à cidade” (SANTOS, 2018), a articulação entre o arcabouço teórico dos estudos sobre os enquadramentos interpretativos e a proposta culturalista de Jasper (2016) é desenvolvida a partir da análise de como o Coletivo Debaixo constrói e difunde um conjunto de *frames*

---

<sup>51</sup> O termo *frame* pode ser traduzido enquanto as molduras ou os enquadramentos interpretativos produzidos pelos ativistas ou grupos acerca das pautas que disputam.



utilizando a ferramenta dos fanzines. Os fanzines constituem um tipo de publicação não oficial em formato de um pequeno livro redigido à mão e com algumas imagens em colagens. Esses fanzines, diferentemente do que é objeto de reflexão neste capítulo, constituíam um espaço fundamental para compreender como o Coletivo Debaixo construiu diversas narrativas sobre a cidade a partir das experiências individuais dos ativistas.

A concepção de uma “cidade repartida” entre uma “minoría elitizada” e a ausência de participação dos diversos setores da população no processo de decisão dos usos da cidade marcam o enquadramento elaborado pelo coletivo sobre a cidade. Além disso, essa concepção é compartilhada por um conjunto de outros integrantes que, juntamente com o Coletivo Debaixo, inicia processos distintos de ocupação do espaço público por meio de intervenções culturais.

O Manifesto Político-Cultural foi elaborado de forma coletiva por “Nós, Coletivos, Grupos, Bandas, Agitadores e Guerrilheiros Culturais” e, entre estes grupos, o Coletivo Debaixo. A leitura do manifesto ocorreu em dois momentos: primeiro, na abertura de uma das edições do Sarau Debaixo realizada em comemoração aos 160 anos de Aracaju; segundo, na comemoração de 61 anos de um dos principais teatros da cidade, o Teatro Atheneu. Em ambos os casos esteve presente a noção de cidade desigual, na qual uma elite decide os processos de divisão dos espaços públicos e dos usos dedicados a cada um destes espaços, enquanto os setores mais empobrecidos da população experimentam as contradições cidadinas.



Nós, que vivemos e realizamos as nossas vidas nas ruas dessa cidade, sabemos das dificuldades e contradições que passamos diariamente. Todos os dias a cidade é planejada para atender aos interesses dos ricos, dos empresários e para encher os bolsos que já estão cheios demais. Enquanto isso, a maior parte da nossa população é empurrada para fora das decisões. Sendo negado, diariamente, o direito de participar e decidir sobre o lugar onde vivemos. (Manifesto Político-Cultural, 2015).

Por um lado, o diagnóstico de uma cidade desigual compõe parte do enquadramento elaborado pelo coletivo e, por outro lado, a ocupação do espaço público emerge como uma solução ao problema identificado e como alternativa de ação política.

Então ali era uma **disputa política**. Primeiro porque a gente não pediu autorização pra ninguém. **A gente ocupou. Era uma ocupação, não era uma festa.** [...] Não estava ali para ganhar dinheiro. Não estava ali para fazer somente uma festa. Ali era uma atividade cultural. Ali era um processo onde a gente ia se encontrar. Ali era uma encruzilhada como a gente chamava, sabe? Era uma encruzilhada. Era dali que as pessoas iam se encontrar e dali iam surgir novas outras coisas. Então **essa é uma disputa política** sim porque a todo o momento é colocado para a gente de uma forma subjetiva de que nós temos que estar em lugares privados porque é assim que a gente



se sente protegido, é assim que a gente se “safa” (escapa) da violência. (Relato de entrevista)

Estamos aqui para exigir o que é nosso. [...] Não queremos dividir a nossa Aracaju, **mas queremos retomar as praças, as ruas, os bairros e transformar em espaços coletivos de cultura.** Não aceitaremos mais sermos expulsos da cidade por falta de condições e porque ela não abraça a nossa arte. Se não existem condições, iremos criar e construir a partir de agora e diremos a eles: **“TIREM AS MÃOS DA NOSSA CIDADE!”**. E nós, existimos para sermos protagonistas dela. E é assim que faremos: em bando, a partir de agora. **EM DEFESA DA CULTURA. EM DEFESA DA CIDADE.** (Manifesto Político-Cultural, 2015).

Tanto o diagnóstico da “cidade assaltada” ou da “cidade desigual” quanto a utilização da ocupação enquanto ação contestatória para a disputa em torno do “direito à cidade” foram fundamentais para a elaboração de um discurso politicamente engajado das ocupações em Aracaju. É necessário salientar que anteriormente ao Coletivo Debaixo havia movimentos e eventos semelhantes como a Sexta no Beco, o Sintonia Periférica e o Clandestinos em outros locais, no entanto, a politização do tema da cidade se torna explicitamente central com o Coletivo Debaixo.

A Sexta no Beco teve início em 2009, enquanto eventos que aconteciam semanalmente no chamado Beco dos Cocos, localizado no



centro de Aracaju, que pela manhã e tarde é marcado pelo uso da população para ter acesso ao centro e pela convivência com usuários de drogas, e à noite é de uso exclusivo das prostitutas e usuários de drogas. Sendo assim, A Sexta no Beco foi uma tentativa de utilização e revitalização do Beco dos Cocos<sup>52</sup>. Já o Clandestino acontece desde 2012, a partir da utilização esporádica de diferentes locais da cidade. As ações do Clandestino possuem uma peculiaridade, que é a divulgação da data, horário e local da ocupação apenas no dia em que ocorre o evento<sup>53</sup>. O Sintonia Periférica era realizado embaixo da Ponte Construtor João Alves, no Bairro Industrial, entre os anos de 2007 e 2008 de forma esporádica, e retoma, em 2014, com um programa de ações de ocupação do espaço público<sup>54</sup>. Paralelamente a isso, temos os usos, por exemplo, de grupos com estilos de vida da cena underground de Aracaju, em praças como a Olímpio Campos e a Tobias Barreto (SILVA, 2011)

Os usos do espaço público como lugares de manifestação não são uma novidade na cidade de Aracaju, contudo, é a elaboração de um discurso em torno da disputa da cidade que emerge enquanto uma mudança na dinâmica dos movimentos e grupos que ocupam o espaço público. Neste sentido, os relatos de entrevistas com integrantes do Coletivo Debaixo, a elaboração de uma narrativa em

---

<sup>52</sup> Ver notícia: <http://www.infonet.com.br/noticias/cultura//ler.asp?id=90860>

<sup>53</sup> Ver Santana (2017).

<sup>54</sup> Ver Pereira (2017).



torno de “Junho de 2013” ter sido uma referência de possibilidade de “retomada das ruas” e a adoção desta narrativa por outros coletivos e movimentos sociais, como evidencia o Manifesto Político-Cultural, revelam o fortalecimento da causa do “direito à cidade” em Aracaju após o ciclo de protestos de 2013 e, principalmente, a emergência do Coletivo Debaixo.

## **2. Ocupação do espaço público e construção de lugares de contestação**

[...] ocupar os espaços públicos e retomar os espaços públicos foi um aprendizado também das manifestações de junho. A gente precisava retomar o espaço, a gente precisava voltar para as ruas. [...] Toda terceira terça-feira do mês a gente vai discutir política embaixo do viaduto (Relato de entrevista, integrante do Coletivo Debaixo).

O depoimento de que as manifestações de junho de 2013 deixaram a lição de que é preciso reocupar as ruas emerge em entrevista realizada com um dos idealizadores e fundadores do coletivo. Durante a pesquisa foi muito comum que os integrantes do coletivo não somente fizessem uma associação entre a eclosão do ciclo de protestos de 2013 com o surgimento do coletivo, como também construíssem uma narrativa de que “os protestos não podiam acabar em 2013”. Logo, o Coletivo Debaixo e a ocupação do viaduto do DIA seriam uma das formas de manter as manifestações de 2013



nas ruas para além daquele período em que aconteceu o ciclo de protestos. É com base nisso que este tópico demonstra o processo de construção dessa narrativa de ocupação e do viaduto do DIA enquanto um espaço de contestação.

Alguns autores (HMED, 2009; TILLY, 2000; AUYERO, 2003, 2005) têm destacado três fenômenos vinculados à relação entre os movimentos sociais, protestos e o espaço público. Primeiro, os aspectos de constrangimento e incentivos de um espaço para as ações contenciosas. Segundo, as dinâmicas e rotinizações de protestos em determinados espaços da cidade, aquilo que Auyero (2005) intitula de “espaço das lutas”. E terceiro, as construções de símbolos políticos como resultado das mobilizações. Neste sentido, o processo em tela busca articular as duas últimas dimensões: a rotinização e a construção de um símbolo de contestação.

As noções de *bare space*, *textured space* e *place* de Tilly (2000) são fundamentais para compreender o processo de significação, semelhante ao realizado pelo Coletivo Debaixo, de territórios da cidade. A concepção de *bare space* se vincula ao espaço onde ocorrem relações sociais. Em *textured space*, o espaço-tempo influencia as relações que ocorrem em um determinado território a partir de aspectos de incentivo e constrangimento para as interações. E em *place* são considerados os significados atribuídos a objetos pertencentes em um espaço-tempo. Neste aspecto, a passagem pelas noções citadas acima aproxima, nos estudos dos movimentos sociais, as ações contestatórias de processos de significação de um “lugar de contestação”.



Em Aracaju, o ciclo de protestos de 2013 trouxe uma peculiaridade na forma como os protestos aconteceram na capital de Sergipe, que foi a escolha dos locais utilizados como roteiro para a realização dos protestos. A escolha desses roteiros, denominados neste trabalho de “caminhos da contestação”, possuía como inovação local o uso de espaços pouco ou nunca utilizados para a realização de protestos, atos públicos, manifestações, etc. Os caminhos que seriam utilizados para as manifestações em junho de 2013 foram divulgados e debatidos antes de sua realização através das redes sociais, em especial o Facebook, a partir da ferramenta de eventos desta rede social. Neste caso, os eventos constituem um mecanismo do Facebook para a criação de um acontecimento futuro e que possibilita que sejam feitos convites a pessoas específicas para que compareçam e participem deste determinado “evento”. Em parte, além de constituir um mecanismo de “agenda virtual”, os eventos também são importantes espaços de discussão de diferentes atores sobre um acontecimento.

Nesses eventos, as discussões em torno da escolha dos espaços a serem utilizados traziam argumentos como os impactos da ocupação dessas ruas no trânsito ou no comércio, a facilidade de acesso ao local, a capacidade do espaço em comportar um grande número de pessoas, o roteiro a ser realizado, etc. Ainda que a escolha do espaço faça parte das preocupações deste capítulo, outras questões também eram debatidas nesses “eventos” e que se relacionavam diretamente com dilemas presentes em outras cidades onde aconteciam os protestos, tais como quais seriam as



pautas a serem reivindicadas, se seria ou não permitida a presença de partidos políticos e centrais sindicais, se seria ou não permitido o uso de bandeiras que indicassem a participação de partidos políticos ou outras organizações e quais seriam as táticas utilizadas em defesa de possíveis agressões policiais.

Foram nesses espaços que tais decisões, inclusive acerca da utilização das ruas e avenidas para as manifestações, eram debatidas. No caso dos roteiros das manifestações, vários roteiros foram indicados e somente o ponto de concentração obteve consenso, que foi a praça Fausto Cardoso. A praça fica localizada no centro de Aracaju e é considerada, juntamente com outras praças do centro da cidade, como espaço amplamente utilizado para a manifestação de centrais sindicais, movimentos estudantis e partidos políticos. A praça Fausto Cardoso ainda possui como diferencial duas variáveis intrigantes. A primeira variável, de cunho geográfico, é que está localizada entre importantes departamentos do Estado, como a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, a Câmara de Vereadores de Aracaju e o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, sendo assim, é um local simbólico e de uso constante para o diálogo direto entre os grupos contestadores e o Estado. A segunda variável está relacionada à história política de Aracaju. É nessa praça que aconteceu o assassinato de Fausto Cardoso, notório político e intelectual sergipano, em 1906, após ser baleado no peito enquanto confrontava tropas do exército que estavam na cidade para conter uma série de manifestações, evento que passara a ser reconhecido como “Revolta de Fausto Cardoso”.



Durante as manifestações de 2013, conhecidas na cidade como Acorda Aracaju, termo pelo qual também eram intitulados os eventos no Facebook, um acontecimento foi fundamental para a utilização dos dois caminhos da contestação destacados anteriormente. Enquanto os manifestantes se concentravam na praça, um carro de som reconhecido como um “carro do sindicato” foi utilizado por uma pessoa para indicar quais seriam as ruas por onde os manifestantes seguiriam em protesto, porém, um conjunto de pessoas começou a vaiar em recusa à ordem dada. Nesse momento de contestação ao uso do carro de som, na presença dos sindicatos e partidos políticos, os manifestantes se dividiram em dois grupos que andaram em posições diferentes: as avenidas 13 de Julho e Hermes Fontes. Com perfis diferentes, de um lado os “patrióticos” em direção à avenida 13 de Julho e os “autonomistas” e “socialistas”, para utilizar os perfis destacados por Mische e Alonso (2015)<sup>55</sup>, em direção à avenida Hermes Fontes. Esses perfis não são fiéis à caracterização total dos públicos divididos entre esses dois “caminhos”, mas retrata o perfil da maioria dos manifestantes. Mais tarde, em 2016, nas manifestações a favor do impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, a avenida 13 de Julho seria um dos principais cenários desses grupos.

---

**55** As categorias formuladas por Mische e Alonso (2015) resultam de uma análise de perfis de manifestantes no Brasil durante os protestos de junho de 2013. Sendo assim, essas categorias constituem um retrato de um período de polarização.



O segundo caminho da contestação, da avenida Hermes Fontes, é significativo para o processo de construção da narrativa de ocupação do espaço público e do viaduto do DIA enquanto um espaço de contestação. As manifestações que seguiram a avenida Hermes Fontes acabaram com a ocupação massiva do viaduto do DIA e com o confronto entre um conjunto de manifestantes inspirados em um padrão de contestação dos “autonomistas” e a Guarda Municipal de Aracaju. A descrição abaixo, do Movimento Não Pago<sup>56</sup>, acerca do caminho utilizado no ato de 02 de julho de 2013, ilustra o roteiro mencionado acima:

A concentração para o ato desta terça-feira ocorrerá a partir das 15h na Praça Fausto Cardoso, sendo o objetivo a revogação do aumento das passagens de ônibus em Aracaju aprovada pelos vereadores e sancionado pelo prefeito João Alves Filho (DEM).

O protesto seguirá até a prefeitura, onde será exigida uma audiência pública com o prefeito João Alves, para que o mesmo ouça os anseios da população e esclareça as denúncias de fraudes no cálculo da tarifa do transporte público.

O ato será finalizado no viaduto do DIA, onde ocorrerá uma aula pública sobre as questões do transporte público de Aracaju e sobre as manifestações que estão ocorrendo em todo o Brasil nas últimas semanas (Movimento Não Pago, jornal Ne Notícias, 2013).

---

**56** O Movimento Não Pago é um grupo vinculado à causa do transporte público, em especial, do aumento da tarifa e que é um dos articuladores das manifestações em Junho de 2013 em Aracaju.



O encerramento dos atos no viaduto do DIA por meio da ocupação massiva na parte inferior e superior do viaduto, inclusive os confrontos com a Guarda Municipal, as ações dos manifestantes em atear fogo em catracas, colchões e outros materiais, como também as aulas públicas que aconteceram neste espaço, constituem o primeiro elemento que contribuiu para a construção de uma narrativa acerca do viaduto enquanto um lugar de contestação.



**Figura 17** - Terceira edição do Sarau Debaixo, dezembro de 2014.  
Fonte: Facebook do Sarau Debaixo, foto de Fernando Correia.

Paralelamente a essa narrativa do viaduto enquanto lugar de contestação, o Coletivo Debaixo, a partir da participação dos integrantes do grupo em outros movimentos sociais, coletivos e partidos políticos, como também a experiência, principalmente dos fundadores e idealizadores do coletivo, no movimento de saraus em Salvador com o Sarau Bem Black, construiu a narrativa da disputa pelo “direito à cidade” enquanto uma causa pública. Neste sentido, com a experiência no movimento de saraus e a ideia de que “Junho de 2013 nos deu a lição de que é preciso reocupar as ruas”, o Coletivo Debaixo sustenta a ideia já difundida de que a disputa pelo “direito à cidade” constitui uma causa pública e uma forma de disputa política.



**Figura 18** – Registros da intervenção nas estruturas físicas do Viaduto do DIA.  
Fonte: Facebook do Sarau Debaixo.



No segundo caso, e talvez o ponto fundamental desse processo de ressignificação do espaço físico, foi a construção do viaduto do DIA enquanto um símbolo de contestação em Aracaju. As ocupações que ocorreram no viaduto entre os anos de 2013 e 2016, ao menos com a organização do Coletivo Debaixo, construíram uma rotina de uso do espaço e que culminou na criação desse símbolo. A partir disso, outros coletivos e movimentos sociais, inclusive grupos que não possuíam afinidade ideológica com o Coletivo Debaixo, passaram a utilizar o viaduto do DIA para a realização de atos de protesto ou de outros saraus. Alguns exemplos desses novos usos foram o Festival da Legalização Combatendo o Câncer da Proibição, organizado pelo Coletivo Marcha da Maconha, em novembro de 2013; a panfletagem da Marcha da Maconha, em maio de 2015; o ato contra a redução da maioria penal organizado pela Assembleia de Nacional de Estudantes-Livres (ANEL), em junho de 2015; o ato contra Eduardo Cunha e pela vida das mulheres organizado pelo Coletivo de Mulheres de Aracaju, em novembro de 2015; o ato contra o processo de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, organizado pelo Levante Popular da Juventude, em maio de 2015; a abertura oficial da II Semana de Visibilidade Trans “Sarau Trans” pelo Coletivo de Mulheres de Aracaju e o Amosertrans, em janeiro de 2016; o 1º baile das bruxas organizado pelo Coletivo de Mulheres de Aracaju e a Frente Sergipana Brasil Popular, em maio de 2016; o dia nacional de greve, organizado pela Frente Brasil Popular, em novembro de 2016; o 2º baile das bruxas, pelo Coletivo de Mulheres Contra Temer, em novembro de 2016; e o Passagem de Som, orga-



nizado pelo Coletivo Ensaio Aberto, em dezembro de 2016. Além destes, ocorreram em 2017, a Batalha do Cangaço, um evento ligado aos grupos de hip-hop; e o protesto intitulado #EleNão contra a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da República.



**Figura 19** – Protesto #Elenão convocado pelo coletivo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro, setembro de 2018.

Fonte: Infonet, jornal local.

Sendo assim, dois elementos contribuíram para a construção daquele espaço como “lugar político” a partir da rotinização de um tipo de ação contestatória: os saraus realizados mensalmente embaixo do viaduto; e a consequente ressignificação deste espaço, que passa a ser reconhecido por parte de outros grupos, movimentos sociais e partidos políticos como um espaço de referência contestatória.

### 3. Conclusão

Este capítulo buscou realizar algumas reflexões acerca da relação entre os movimentos sociais e o espaço público com base na análise dos repertórios de ação mobilizados pelo Coletivo Debaixo entre os anos de 2013 e 2016 na cidade de Aracaju. Com base nisso, demonstramos o processo da i) emergência de um novo local de contestação, o viaduto do DIA, em Aracaju; ii) a construção de uma narrativa da ocupação do espaço público enquanto modelo de ação contestatório para a reivindicação do “direito à cidade”; iii) os usos do



viaduto a partir do evento mensal Sarau Debaixo; e iv) a construção do viaduto enquanto um símbolo de contestação que passaria a ser utilizado por outros movimentos sociais, coletivos e partidos políticos para a reivindicação de diversas causas sociais.

As análises sobre o ciclo de protestos de 2013, no Brasil, foram marcadas por uma tentativa de compreender quais as mudanças na dinâmica das ações contestatórias, na relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos, nos usos do espaço público pelos grupos, nas estratégias de segurança elaboradas pelo Estado para a contenção das manifestações, na mobilização da violência por grupos e coletivos (ALONSO, MISCHÉ, 2017; DOWBOR, SZWAKO, 2013; GOHN, 2014; SCHERER-WARREN, 2014; MARICATO, 2013; SILVA, 2014; TATAGIBA, 2014).

No caso do Coletivo Debaixo, não é possível falar exatamente em um grupo que emerge após o ciclo de protesto de 2013, o que ocorre com outros grupos, mas que utilizaram as manifestações ocorridas naquele ano enquanto um evento-referencial para suas ações. Deste modo, é mais importante compreender o sentido que “Junho de 2013” é compartilhado entre o coletivo - e como isto possibilitou a criação de um grupo e uma experiência de contestação que durou três anos - do que calcular o impacto de “Junho de 2013” para a efetiva emergência e criação do coletivo.

O ciclo de protestos de 2013 e os usos das ruas durante as manifestações, os confrontos diretos entre a Guarda Municipal, a Polícia Militar e os manifestantes no bloqueio do viaduto do DIA, além



do engajamento anterior de parte dos integrantes do coletivo no debate sobre a mobilidade urbana e a cidade, foram fundamentais para a emergência do Coletivo Debaixo e para a prática da ocupação enquanto um repertório de ação do grupo. Por fim, a rotina de contestação que se estabelece no viaduto por meio da organização e realização mensal do Sarau Debaixo foi fundamental para transformar o viaduto do DIA em um símbolo de resistência entre os diversos movimentos sociais, coletivos e partidos políticos de Aracaju. Nesse sentido, o estudo sobre a ocupação como repertório de contestação contribui para o fomento acerca de alguns pontos importantes no campo de pesquisa da ação coletiva e mobilizações na contemporaneidade.

As ocupações culturais do espaço público e a reivindicação do “direito à cidade” constituem um desencadeamento do ciclo de protestos em 2013 ocorrido no Brasil. Um ciclo de protestos é caracterizado pela emergência de formas de mobilização produtos de processos de inovação, imitação e/ou retomada de tipos de ação contestatória, e as ocupações se localizam entre esses processos de apropriações e inventividades de modelos de ação contestatória em nível local. De modo mais amplo, o estudo das ocupações em Sergipe também é fundamental para a compreensão do processo de adaptação local de um ciclo mais amplo de protestos caracterizados pela ocupação no Brasil e que, em última instância, como demonstram alguns autores (MARICATO, 2013; DECHEZELLES, OLIVE, 2017; COMBES, 2016), constitui um estilo de ativismo contemporâneo.



A relação entre movimentos sociais e o espaço público tem sido negligenciada nos estudos sobre a ação coletiva (AUYERO, 2005), adquirindo relevância somente quando o objeto de pesquisa consiste em um tipo de movimento que reivindica a cidade como as ocupações culturais ou de moradia. O fortalecimento de novos estilos de ativismo, como os “autonomistas” e “patrióticos” (ALONSO, MISCHÉ, 2017), tem chamado atenção dos pesquisadores para a forma como tais grupos atribuem significado a novos espaços para além daqueles já mobilizados pelos movimentos sociais tradicionais. O uso do viaduto do DIA, local antes nunca utilizado para protestos, reflete, em nível de dinâmica da geografia das lutas, o processo de diversificação dos movimentos sociais e a criação de novos espaços políticos em Aracaju.

Para finalizar, mais um episódio recente demonstra a vitalidade dos significados atribuídos ao viaduto durante, pelo menos, quatro anos de Sarau Debaixo e outras formas de contestação realizadas. No último dia 30 de maio, novas ondas de protestos conhecidas como 30M ou Tsunami da Educação ocuparam as ruas e, em Aracaju, o viaduto do DIA voltou a ser utilizado por movimentos sociais que saíram do centro da cidade até a parte inferior do viaduto. Ainda que não seja possível afirmar que esse “espaço de contestação” estará de forma permanente na memória dos ativistas, é certo que para o ativismo o espaço já não é simplesmente um viaduto com um estacionamento vazio.



## Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela; MISCHE, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017.

AUYERO, Javier. The geography of popular contention: an urban protest in Argentina. **Revue canadienne des études latino-américaines et caribes**. Vol. 28, n. 55/56, p. 37-70, 2003.

\_\_\_\_\_. L'espace des luttes. Topographie des mobilisations collectives. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 5, n. 160, p. 122-132, 2005.

PORTAL INFONET. Beco dos Cocos agora é um espaço cultural. **Portal Infonet**, 2009. Disponível em <<http://www.infonet.com.br/noticias/cultura//ler.asp?id=90860>>. Acesso em: 18 de nov. de 2017.

COMBES, Hélène.; GARIBAY, David.; GOIRAND, Camille. Introduction: Quand l'espace compte... spatialiser l'analyse des mobilisations. **Les lieux de la colère: Occuper l'espace pour contester, de Madrid à Sanaa**. Paris: Karthala, 2016, p. 9-36.

DECHEZELLES, Stéphanie., OLIVE, Maurice. Les mouvements d'occupation: agir, protester, critiquer. **Revue Politix**, v.l. 1, n. 117, p. 7-34, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

BENFORD, Robert. D. An insider's critique of the social movement framing perspective. **Sociological inquiry**. Vol. 67, n. 4, 1997, p. 409-430.

\_\_\_\_\_; Snow, David. A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. **Annual review of sociology**. Vol. 26, 2000, p. 611-639.



DOWBOR, Monika W.; SZWAKO, José E. L. Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Novos estudos**, vol. 93, p. 43-55, 2013.

GOHN, Maria da. G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HMED, Choukri. Espace géographique et mouvements sociaux. **Dictionnaire des mouvements sociaux**. Paris: Presses de sciences po, 2009, p. 220-227.

JASPER, James. M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, v. 27, n. 71, p. 417-429. 2014.

MARICATO, Hermínia. (org.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

Muda Sergipe! Manifestação, hoje, às 15h em Aracaju. **Portal Ne Notícias**, 2013. Disponível em: [http://www.nenoticias.com.br/78687\\_muda-sergipe-manifestacao-hoje-as-15h-em-aracaju.html](http://www.nenoticias.com.br/78687_muda-sergipe-manifestacao-hoje-as-15h-em-aracaju.html). Acesso em: 21 de nov. de 2017.

PEREIRA, Renata de M. C. **O que acontece embaixo da ponte? Juventudes e ocupação do espaço público**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SANTANA, Mariane C. de. **Vislumbres no vazio: apropriações artísticas em espaços residuais em Aracaju**. Monografia (graduação). Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2017.

SANTOS, Jonatha Vasconcelos. **“As manifestações de junho pra gente não acabou”: um estudo sobre as formas de contestação no**



**Coletivo Debaixo em Aracaju.** 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, 2017.

\_\_\_\_\_, Jonatha V.; OLIVEIRA, Wilson J. F. de. “A cidade foi repartida e nós não fomos convidados”: ação coletiva e a construção de uma noção de cidade no Coletivo Debaixo. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, 457-474, set./dez., 2018.

SILVA, Williams Souza. **A galera da catedral: representações de um estilo de vida *underground* e lógicas de apropriação do espaço urbano.** 2011. 102 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, 2011.

SILVA, Marcelo K. #vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória? **#protestos: análises das ciências sociais.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014, p. 9-21.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014.

TILLY, Charles. Spaces of contention. **Mobilization: an international journal**, v. 5, n. 2, p. 135-159, 2000.



# CAPÍTULO 06

## Perfil dos militantes estudantis à esquerda e espaços deliberativos do movimento estudantil universitário<sup>57</sup>

Adrielma Silveira Fortuna dos Santos

### 1. Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar um conjunto de dados acerca do perfil dos estudantes que militam em movimentos estudantis na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Além disso, analisamos três espaços de atuação estudantil: os Centros Acadêmicos (CA), os CEBs e as Assembleias Estudantis. Dessa forma, buscamos conhecer quem são os estudantes que militam, quais os espaços de militância que eles estão inseridos e quais são as causas defendidas, bem como os conflitos que envolvem aqueles três espaços entre o período de 2000 a 2015, e com isso mostrar como esses aspectos caracterizam ou revelam padrões e características específicas que permitem identificar elementos que influenciam a entrada de estudantes em formas de ação coletiva durante a sua formação acadêmica.

Para isso, foram aplicados 64 questionários com estudantes que militavam em diferentes movimentos estudantis na UFS. O objetivo

---

<sup>57</sup> Este capítulo compôs originalmente o capítulo 2 da dissertação intitulada movimento estudantil universitário de Sergipe: modelos de organização, redes sociais e engajamento individual (2000-2015), defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe.



dos questionários foi apreender informações básicas sobre idade, sexo, curso e, ainda, sobre os itinerários militantes e políticos, como também as expectativas futuras de engajamento militante ou político. Os questionários foram aplicados de forma individual, nos quais tivemos a oportunidade de estabelecer algumas conversas longas com alguns questionados, o que permitiu coletar informações além daquelas que poderiam ser coletadas com os questionários; foram aplicados para vários militantes ao mesmo tempo, em debates, assembleias estudantis e no DCE, o que também foi importante para observar a interação dos militantes entre si e as reações com relação às perguntas; e, por fim, por conta da indisponibilidade de alguns militantes, foi enviado por e-mail e pelo *facebook*.

O período de aplicação dos questionários foi de março a junho de 2015, durante esse período perguntamos a lideranças de alguns movimentos estudantis, como a ANEL, a um dirigente do DCE e a uma militante do Rua: Juventude Anticapitalista (PSOL), quantos militantes havia no movimento estudantil geral na UFS. As respostas ficaram em média entre 60 e 80 militantes, sendo que a união entre o LPJ e o Movimento Quilombo (PT), que são movimentos que formam a gestão de 2014 e 2015 do DCE, são os grupos que têm mais militantes engajados atuando dentro da universidade, principalmente no movimento estudantil geral. Desta forma, a amostra de 64 questionários aplicados em diferentes espaços, com militantes que atuam nesses movimentos citados, bem como em outros, contempla de forma satisfatória o universo estudado.



Portanto, a aplicação dos questionários foi importante na medida em que foram coletadas informações mais substanciais sobre quem são esses estudantes que atuam no movimento estudantil investigado e quais são os espaços políticos e militantes que eles participam. Foram aplicados 60 questionários com militantes que estão na graduação, ou seja, com militância efetiva. Os outros quatro foram aplicados com ex-lideranças do movimento, que fazem curso de pós-graduação na UFS, que apoiam e ainda articulam o movimento estudantil universitário; assim como os estudantes da pós-graduação. A escolha de aplicar com quatro militantes que não têm mais poder de voto nos espaços deliberativos se deu, justamente, por esses terem acompanhado o movimento desde 2002 e ainda permaneceram atuando no movimento de forma direta ou indireta. Tal escolha possibilitou conhecer movimentos que existiram antes do ano de 2014, que atualmente não existem mais.

Para analisar os CAs e os espaços deliberativos foram utilizadas, como fontes de pesquisa, algumas atas de CEBs e de Assembleias Estudantis que ocorreram ao longo desses 15 anos. Para tanto, ainda foi feita a observação participante nesses espaços deliberativos, bem como nos CAs também foram realizadas entrevistas e conversas informais com militantes que frequentam esses espaços. O objetivo de analisar, por um lado, os espaços deliberativos é mostrar como eles não representam, na universidade, a pluralidade de movimentos estudantis e de estudantes sem vínculos de militância, pois o que foi observado é que tais espaços



são construídos com base nos interesses dos dirigentes do DCE (no momento) e dos movimentos e partidos apoiadores deles, uma vez que grande parte das decisões tomadas nos CEBs e Assembleias Estudantis são decisões que afetam indiretamente a vida cotidiana dos estudantes na universidade. Porém, isto pôde demonstrar também como as redes de apoiadores dos dirigentes do DCE, em determinado momento, afetam as dinâmicas de organização do movimento estudantil no espaço universitário.

Por outro lado, analisar de forma mais específica a participação de estudantes nos CAs foi importante para entender como esse espaço pode constituir tanto o primeiro espaço de militância dos estudantes, como também pode promover a saída ou o desengajamento de alguns militantes do movimento estudantil na universidade, seja pelas dissidências e rupturas que vão ocorrendo, seja pela estrutura fechada para novas ideias e para novas formas de atuação, trazidas principalmente por calouros.

O capítulo está dividido da seguinte forma: na primeira seção apresentamos o perfil dos estudantes que militam de forma mais geral, diferentemente do que ocorre no último capítulo, quando fazemos uma análise mais sistemática e processual das carreiras dos ex-presidentes do DCE; na segunda e última seção, analisamos os múltiplos engajamentos dos militantes, apresentando outros espaços de atuação política que eles estão inseridos.



## 2. Conhecendo o perfil dos estudantes que militam

Tomamos como variáveis o sexo, a idade, o curso e ano de entrada na UFS e no movimento estudantil, entre outras. É sabido que outras variáveis implicam no entendimento da atuação e no perfil dos militantes do movimento estudantil, como por exemplo, religião, se trabalha ou não, estado civil, etc. Contudo, a elaboração inicial do questionário não contemplava tais variáveis – no decorrer da pesquisa foi difícil de inserir outras variáveis, tanto por conta da estrutura fechada do questionário quanto pela impossibilidade de aplicar novamente com os mesmos militantes que já tinham sido questionados, assim como aplicar com outros militantes, uma vez que a UFS passou por um período longo de greve. Mesmo diante de tais dificuldades, acreditamos que a partir das variáveis escolhidas conseguimos conhecer o perfil dos estudantes que militam na UFS, seu itinerário militante e político de modo geral. Compreendendo que a construção de um mosaico metodológico permite sanar determinadas limitações das informações coletadas com os questionários; utilizamos como recurso também as seis entrevistas feitas com militantes de diferentes movimentos sociais<sup>58</sup>, o que permitiu obter outras informações que não puderam ser obtidas por meio dos questionários.

Como dito anteriormente, mudanças no contexto político nacional e local influenciam nas dinâmicas do movimento estudantil; anali-

---

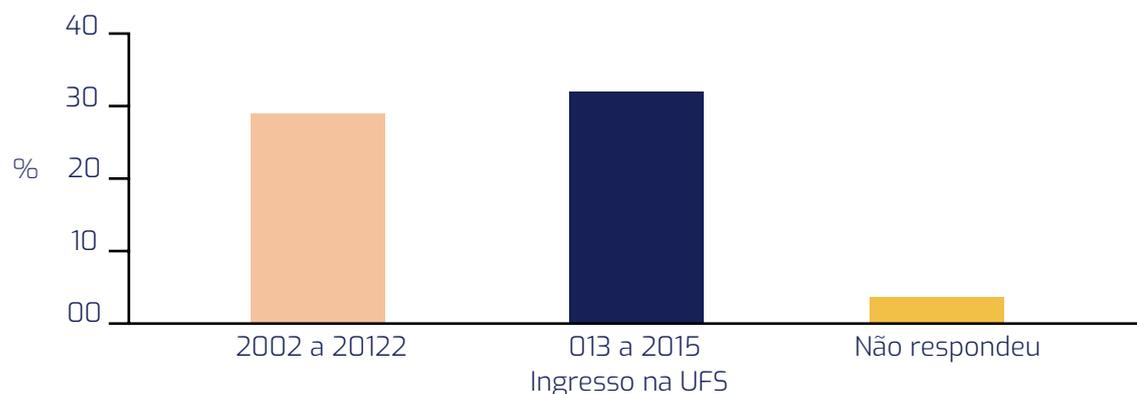
<sup>58</sup> Uma militante do movimento Rua: Juventude Anticapitalista; quatro militantes do Liberte-SE; um militante da ANEL.



sando o período de ingresso dos estudantes na UFS e o ano de ingresso no movimento estudantil, classificamos o período de 2000 a 2015 em dois blocos: o primeiro, de 2002 a 2012, considerando que durante esse período houve quatro acontecimentos que os militantes e lideranças entrevistadas citaram como eventos importantes para a história do movimento, foram eles: a entrada do PT no Governo Federal; o surgimento do PSOL; as eleições municipais de 2004; e, por fim, as políticas públicas para expansão universitária. O segundo bloco foi de 2013 a 2015, em que dois eventos foram significativos para renovar os quadros dos estudantes que se organizavam na universidade e contribuíram para a emergência de novos posicionamentos político-ideológicos e modelos de organização, foram eles: as manifestações de junho de 2013 e as eleições federais de 2014.

Os gráficos abaixo ilustram como a entrada de militantes no movimento estudantil durante o período de 2013 a 2015 foi maior do que entre 2002 e 2012:

**Figura 20** – Ingresso na UFS



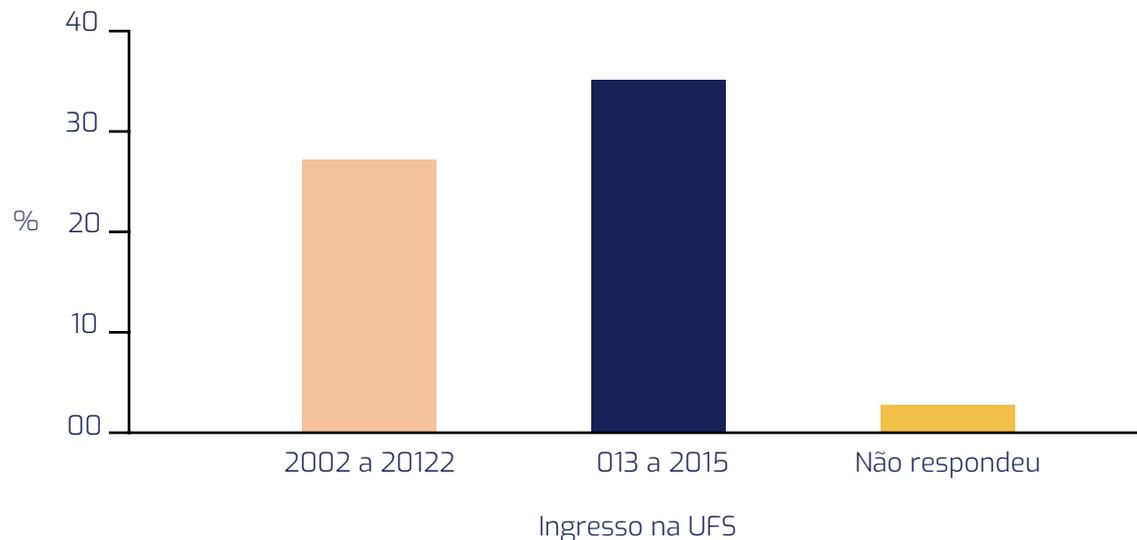
Fonte: Santos (2016)



Dos 64 questionados, 29 responderam que entraram na UFS entre o período de 2002 a 2012, o que corresponde a 45,3 % do total da amostra; 32 responderam que entraram entre 2013 e 2015, correspondendo a 50,0 % da amostra; e 3 não responderam, o que representou 4,7 % da amostra. Apesar de não termos nos aprofundado sobre o acesso ao ensino superior, isso é um aspecto importante, pois a partir das políticas públicas de ampliação do ensino superior e do sistema de cotas para alunos oriundos da escola pública e cotas raciais, o perfil dos estudantes que passa a compor a universidade se transforma e contribui para a construção de novas pautas e demandas a serem reivindicadas pelos movimentos estudantis que vão surgindo ao longo desses últimos anos. Neste sentido, algumas pautas tradicionais continuam a existir, como melhorias no restaurante universitário, auxílio para os residentes, carteirinha dos estudantes, orçamento do DCE, segurança; mas outras demandas começam a ser reivindicadas por meio de manifestações e de pichações nos muros da universidade, como violência contra a mulher, liberdade de gênero e sexual, liberdade político-ideológica, entre outras.

Abaixo, o gráfico apresenta o ingresso dos estudantes no movimento estudantil:



**Figura 21** - Ingresso no movimento estudantil

Fonte: Santos (2016).

Com base nos 64 questionários, os estudantes ingressaram mais no movimento estudantil entre o período de 2013 a 2015; de forma mais precisa, 35 responderam que entraram nesse período, o que representa 54,7 % do total da amostra; 27 responderam que entraram entre 2002 e 2012, o que corresponde a 42,2 %; e apenas 2 não responderam, o que significa 3,1 % da amostra. Essa concentração de estudantes que entraram no movimento estudantil entre 2013 e 2015 se deve a alguns fatores que foram compreendidos a partir das conversas e entrevistas com militantes: (i) as manifestações pelo transporte público. As manifestações vinculadas à causa do transporte no estado de Sergipe começam de forma organizada em 2003, tal causa historicamente sempre mobilizou os estudantes universitários. A partir daquele ano o Movimento Passe Livre começa a atuar no estado, mobilizando e formando militantes em defesa dessa causa, que posteriormente se torna-



riam as lideranças do Movimento Não Pago, agrupamento que é composto principalmente por estudantes que se formaram na UFS ou que ainda estudam lá (SANTOS, 2014; 2015a; OLIVEIRA; SANTOS, 2015; OLIVEIRA; SANTOS, SANTOS, 2015; SANTOS, 2015b). As manifestações de junho de 2013 é o momento de explosão das manifestações em defesa do transporte público em todo o País. Tais manifestações, segundo os militantes que atuam no movimento Liberte-se UFS, foram um evento e um período crucial para que se organizassem, tanto dentro da Universidade quanto fora dela; essas manifestações, que tiveram um “formato” heterogêneo tanto dos movimentos que estavam presentes quanto das causas que eram reivindicadas, começaram a ser refletidas no espaço universitário, com o despontar de movimentos como a Juventude Conservadora de Sergipe, que defende a volta à ditadura, e o Liberte-se, que defende posicionamentos político-ideológicos de direita e liberal.

Outro fator são os acontecimentos no contexto político como o (ii) surgimento do PSOL, as eleições municipais de 2004 e as eleições federais de 2014, e as manifestações contra o PT. Como veremos de forma mais detalhada no próximo capítulo, o surgimento do PSOL promoveu rupturas entre movimentos estudantis que se organizavam juntos. As eleições municipais de 2004, com a eleição de Edvaldo Nogueira (PCdoB) para vice-prefeito de Aracaju, que após dois anos substituiu Marcelo Déda (PT) e se tornou prefeito da cidade, contribuiu para que a União da Juventude Socialista/PCdoB ocupasse a direção do DCE durante o período de 2008 a 2012. Apesar



de ter havido muitas formas de resistência à juventude do partido na universidade, não houve durante esse período uma diversificação ou um maior engajamento dos estudantes no movimento – tudo indica que isso se deve ao descrédito que os estudantes davam à representação desse grupo, principalmente nos últimos anos.

Por outro lado, os resultados das eleições de 2014 influenciaram o engajamento de um perfil de estudantes que normalmente não disputava os espaços representativos do movimento estudantil da UFS. Segundo Charles Tilly (2010), há uma relação entre eleições e a emergência de movimentos sociais, ou da renovação dos quadros de interpretação frente a determinadas temáticas. Esse “novo militante” pode ser caracterizado como integrante de movimentos estudantis “à direita”<sup>59</sup> que começaram a disputar as ruas e os espaços de disputa na universidade, durante as manifestações de junho de 2013 e se intensifica com os resultados das eleições de 2014, passando a se estruturarem e se organizarem de forma mais efetiva no início de 2015 com vários movimentos que têm como pauta principal a saída do PT do governo. Na UFS, as juventudes que representam esse novo movimento são o movimento Liberte-se, que tem atuação dentro e fora da UFS, e a Juventude Conservadora de Sergipe, que passaram a disputar o espaço universitário principalmente a partir do ano de 2015.

---

<sup>59</sup> Tatagiba, Trindade e Texeira (2015) utilizam o termo “à direita” não no sentido de que as manifestações do “Fora, Dilma” foram organizadas apenas por grupos de direita, mas no sentido de que as manifestações tinham como oposição a esquerda, e suas formas e repertórios de ação.



Por fim, o último fator elencado está relacionado com (iii) as políticas públicas de expansão universitária e as manifestações a favor do transporte público. Como dito em outro momento, os processos de ampliação do acesso ao ensino superior implicam em uma renovação dos perfis de alunos que compõem o movimento estudantil e, conseqüentemente, as pautas se modificam, assim como a forma de organização também, uma vez que estas se estruturam a partir das redes sociais, das condições de origem social e dos processos de formação político-ideológica que os estudantes passam quando entram no movimento estudantil. Neste sentido, as manifestações de junho de 2013 também foram significativas para novas interpretações sobre os modelos de organização e repertórios organizacionais existentes no movimento estudantil. O resultado delas, mas também das eleições federais de 2014, foi a emergência das juventudes conservadoras e liberais disputando os espaços de representação estudantil. A reivindicação do transporte público no movimento estudantil revela os conflitos entre essas novas juventudes e as juventudes “tradicionais”; por exemplo, nas eleições de 2014/2015 um grupo defendia a criação de novos estacionamentos dentro da UFS e segurança no campus, o outro defendia mais linhas de ônibus e segurança no transporte público, mas as duas juventudes fizeram ações fora da UFS; a primeira, através de reuniões, e a segunda, através de atos públicos e protestos em terminais. Isto revela que essas juventudes têm formas de interpretação e atuação diferentes com relação ao transporte público no contexto do movimento estudantil, o que demarca fronteiras entre essas juventudes.



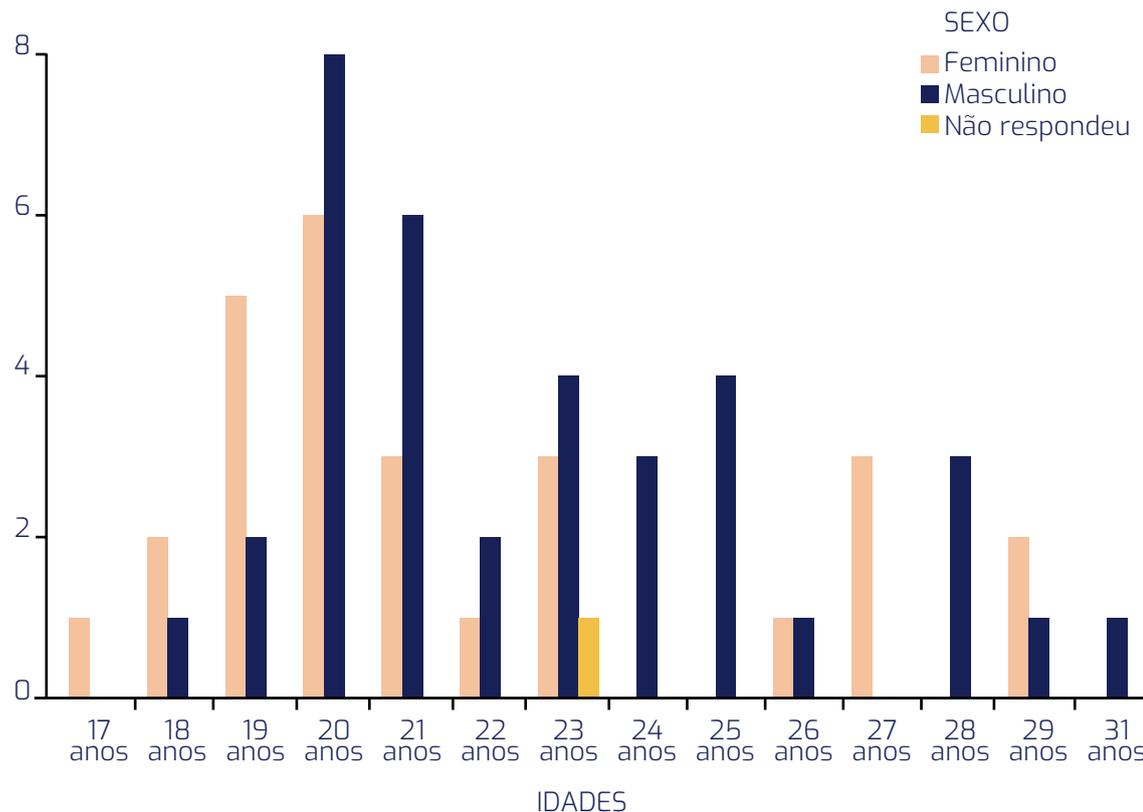
Feitas essas considerações, é importante frisar que notamos que o ingresso no movimento estudantil ocorre em alguns casos logo no primeiro período, pois alguns já militavam no movimento estudantil secundarista e em movimentos de juventude, como o LPJ, o Movimento Não Pago, ou ainda integram algum grupo de juventude partidária. Em outros casos, militantes se engajam já com algum tempo de curso – o que pudemos observar é que isso ocorre principalmente entre o terceiro e o quarto períodos. Os espaços de socialização e as trocas de experiências em salas de aula, calouradas, protestos que são feitos na universidade, e a própria formação acadêmica de alguns cursos como, por exemplo, Serviço Social, influenciam na entrada dos militantes no movimento estudantil de base, geral ou em outros coletivos, nas Executivas de Cursos ou em movimentos de juventude que se organizam na universidade.

O gráfico acima (FIGURA 22) ilustra a relação entre sexo e faixa etária, e a participação no movimento estudantil. A participação das mulheres nos movimentos sociais em Sergipe tem se tornado cada vez mais significativa, constatamos isso a partir de pesquisas desenvolvidas no LEPP sobre protestos no estado a partir da década de 1980. Com base nos dados coletados nessas pesquisas, bem como da análise que fizemos das atas de posse e de notícias de jornais sobre o movimento estudantil, vimos que houve uma transformação no número de mulheres que acessaram cargos de dirigentes do DCE. Dos 64 questionados, 36 foram do sexo masculino e representaram 56,3 % da amostra; 27 foram do sexo



feminino e representaram 42, 2 % do total da amostra; e um não respondeu, o que corresponde a 1,6 %.

**Figura 22** – Idade e sexo



Fonte: Santos (2016).

Conforme o gráfico ilustra, a maioria dos estudantes tem entre 20 e 23 anos. Contudo, há uma forte presença de estudantes entre 25 e 28 anos atuando ativamente no movimento estudantil. A variação de idade entre 17 anos e 31 anos exemplifica como o conceito de geração não pode ser compreendido apenas por questões biológicas. Neste sentido, uma geração pode ser compreendida a partir das subjetividades e das “situações”, bem como dos processos de socialização e de ingresso em determinados contextos (MANNHEIM,



1982; REIS, 2003). Apesar de os militantes entre 25 e 31 terem uma longa trajetória em movimentos estudantis e sociais, como ainda em outros espaços de militância, eles estão compartilhando e vivenciando com os militantes mais novos os mesmos espaços, as mesmas situações e as mesmas demandas.

De fato, o que marca a presença desses jovens mais “velhos” é que a grande maioria deles é a liderança do movimento e já mudou de curso algumas vezes durante a sua trajetória na universidade. Dos 64, por exemplo, 50 responderam que nunca mudaram de curso e 14 já mudaram uma ou mais de uma vez. Os motivos da mudança se deram principalmente por afinidade – alguns militantes alegaram que após entrarem no movimento estudantil viram que não era o curso que queriam; perspectiva de trabalho – a mudança poderia facilitar uma atuação profissional em sindicatos ou em movimentos sociais, como o MST; outro motivo alegado é a perspectiva acadêmica – continuar a pós-graduação e limpar o histórico na UFS; e ter mais tempo para militância. Alguns estudantes, não só na aplicação de questionário, mas também nas entrevistas e conversas, relataram que foi preciso trocar o curso para contribuir mais para militância e também para otimizar o tempo; por exemplo, segundo uma militante, as leituras feitas no curso de Serviço Social podem ser aproveitadas no movimento estudantil, o que dificilmente vai ocorrer em Física, Matemática.

Ainda a presença masculina é predominante no movimento estudantil, como apresentado anteriormente, o número de militantes do sexo masculino é superior ao número de militantes do sexo feminino. Apesar disso, os e as militantes ressaltaram avanços no que



se refere à participação das mulheres no movimento estudantil nos últimos anos. Com relação a isso os dados mostraram que, na década de 1980, duas mulheres foram presidentas do DCE. Já na década de 1990, nada foi encontrado indicando que houve uma mulher na presidência da entidade. Entre 2000 e 2015, quatro mulheres foram eleitas. Em quase todas as diretórias executivas da entidade representativa houve a presença de uma ou mais de uma mulher ocupando um cargo, com exceção da gestão de 2010, que foi formada exclusivamente por homens; e nas gestões de 2009, 2011 e 2012 conseguimos obter a informação que os cargos de presidente, vice-presidente e secretário geral foram ocupados por militantes do sexo masculino.

Com base nas entrevistas e nas observações participantes, percebemos algumas diferenças relativas a ser homem e ser mulher, principalmente no que diz respeito às relações de poder no interior do movimento estudantil e em demonstrações públicas; discriminação no acesso aos cargos eletivos do DCE; e nos atributos e recursos mobilizados por esses dois atores sociais dentro do movimento estudantil. Uma das perguntas, durante as entrevistas com militantes de diferentes movimentos e ex-presidentes do DCE, foi se eles achavam que havia uma diferença relativa a ser homem ou a ser mulher dentro do movimento estudantil – os posicionamentos foram polarizados. Estes posicionamentos distintos estão relacionados diretamente com a identidade social, militante, política, acadêmica desses militantes. Quando foi perguntado à Luana, militante do movimento Rua: Juventude



Anticapitalista, se existe diferenças de gênero no movimento estudantil universitário, ela responde da seguinte forma:

Gigante, gigante porque o machismo que a gente combate dentro da sociedade é o mesmo machismo que a gente combate no campo da esquerda, é... E aí, a mesma força que a gente usa pra se empoderar e se locar nos espaços, fora a gente usa no espaço da militância, por exemplo, as posturas machistas de dirigentes, de divisão de tarefa, por exemplo, as meninas ficam sempre com organização e os meninos sempre com falas públicas. As mesmas dificuldades que a gente encontra lá fora na sociedade, a gente encontra aqui dentro. Eu acho que a diferença que talvez seja substancial é que aqui dentro a gente tem mais força pra pôr dedo, apontar, coloca o dedo na ferida e de disputar isso e talvez os meninos estejam um pouco mais abertos aqui dentro a superar isso e lá fora não, né? É a discussão sobre combate à violência, a divisão sexual do trabalho, a divisão social do trabalho, é... Dentro da militância não foram superadas, mas tem mais aberturas para diálogo para convencimento, pra superação. Na sociedade isso é um pouco mais difícil de ser feito assim, mas a gente precisa se impor em tudo que é lugar, então não tem jeito, não é à toa que a gente se auto-organiza, né? Em coletivos de mulheres assim, não é à toa, a gente enfrenta dificuldades.



O relato de Luana revela, entre outras coisas, como é feita a divisão de tarefas entre homens e mulheres no movimento estudantil e como isso implica em uma reflexão sobre relações de poder nesse universo. As militantes que entrevistei, incluindo as dirigentes do DCE, além dos militantes entrevistados, relataram casos de assédio sexual, violências física e verbal contra mulher, e machismo. Por outro lado, na visão dos militantes do grupo Liberte-se que entrevistei e conversei, por exemplo, não há diferenças entre homens e mulheres, pois, segundo eles, as mulheres têm as mesmas oportunidades de acesso que os militantes homens têm aos cargos de dirigentes do DCE. Além disso, esses militantes afirmam que ver diferenças entre os dois sexos é perigoso e faz parte de um discurso de gênero. Dos 12 ex-presidentes (as) do DCE entrevistados, oito afirmaram que há diferenças relativas a ser homem ou a ser mulher no movimento estudantil universitário.

**Tabela 2** – Área de curso

ÁREA DE CURSO	FREQUÊNCIA	%
Ciências Agrárias	7	11,0
Ciências Biológicas e da Saúde	5	7,9
Ciências Exatas e da Terra	8	12,7
Ciências Humanas	10	15,6
Ciências Sociais Aplicadas	24	37,6
Engenharias	1	1,6
Linguística, Letras e Artes	6	9,4
Não respondeu	3	4,7

Fonte: Santos (2016).



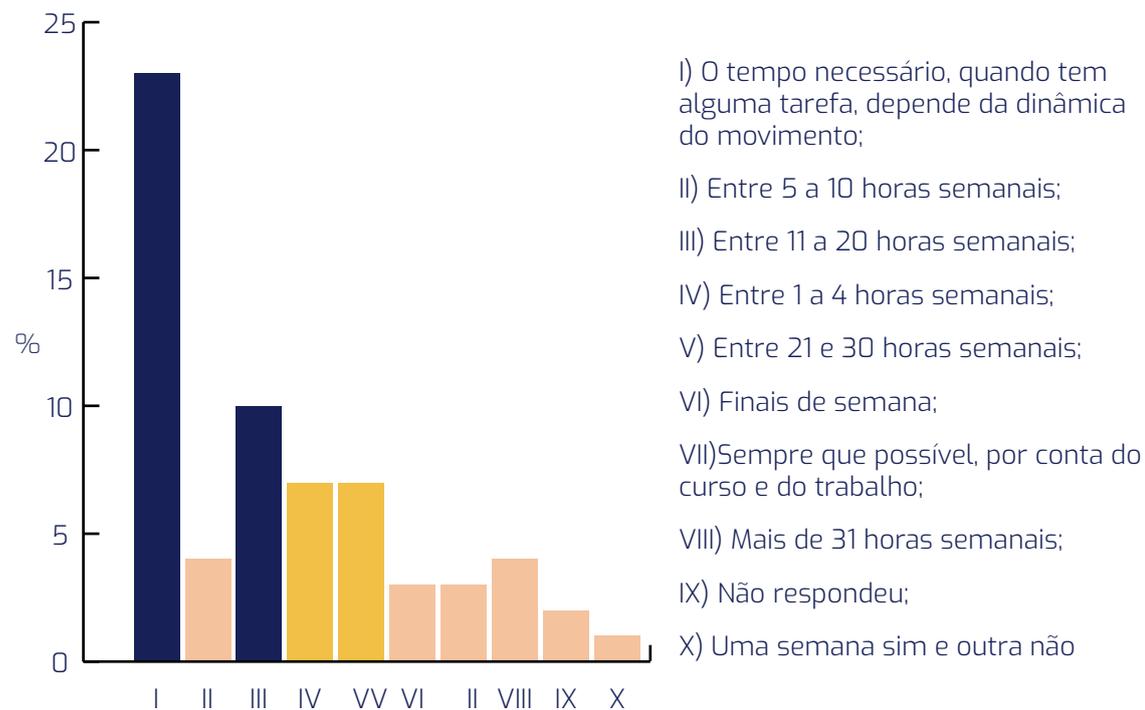
Os estudantes de Ciências Humanas e Ciências Sociais aplicadas são aqueles que estão mais engajados no movimento estudantil, principalmente do curso de Direito e Comunicação Social. Mas um número expressivo de alunos da área de Ciências Exatas e da Terra tem se engajado; são áreas que, segundo ex-presidentes do DCE, são difíceis de mobilizar. Os fatores que justificaria o baixo nível de engajamento dos cursos das Engenharias e do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde seriam a formação acadêmica que não proporciona discussões mais amplas sobre questões sociais; um descrédito na representação do DCE e nas causas defendidas pela entidade; a falta de mobilização dos CAs e DAs dos cursos ligados a essas áreas.

O gráfico a seguir elucidava como os militantes dedicam o seu tempo à militância de diferentes formas. A escolha em investir mais ou menos tempo à militância estudantil é algo fundamental na carreira de um militante, visto que quanto mais se dedica tempo às atividades coletivas, às tarefas individuais, às campanhas durante o processo eleitoral e se destaca como um bom articulador político, ou o militante consegue estabelecer alianças, sendo também maior a chance de ele se tornar um dirigente do DCE ou ocupar algum cargo em uma das diretorias da UNE. Segundo um dirigente do DCE e militantes do LPJ, nós iríamos ouvir muitos militantes dizerem que dedicam 24 horas por dia à militância durante a aplicação do questionário, porém, segundo eles, muitas respostas seriam falsas. Isso nos fez perceber que o tempo é um aspecto que



estrutura as relações dentro do movimento, estrutura a organização do mesmo e mostra como determinados militantes tornam a militância um compromisso que está acima, por exemplo, dos compromissos acadêmicos.

**Figura 23** – Tempo de dedicação ao movimento



Fonte: Santos (2016).

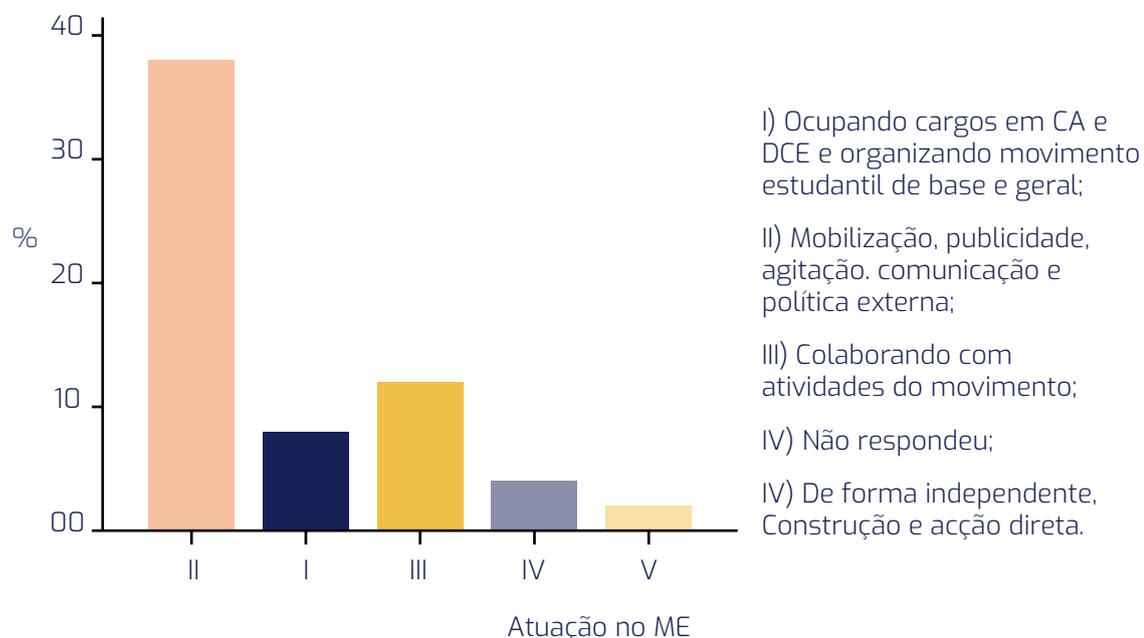
O gráfico acima apresenta como os militantes dedicam seu tempo à militância a partir da própria dinâmica do movimento estudantil, que seria quando este está desenvolvendo atividades específicas como reuniões, calouradas, manifestações dentro e fora da UFS, campanhas nas redes sociais on-line durante o processo eleitoral para os CAs e DAs, etc. Durante os períodos de greves e férias, as atividades dos movimentos ficam parcialmente paradas, mas como veremos adiante, muitos militantes participam de outros espaços



de militância, o que faz com que continuem desempenhando atividades e interagindo com suas redes de militância. Deste modo, 25,0 % dedicam “o tempo necessário” – os militantes que deram essa resposta argumentam que não tinham como equacionar o tempo que dedicavam, pois isso variava de acordo com as demandas e os problemas que iam surgindo. Outra resposta significativa veio dos estudantes que alegaram que dedicavam “entre 11 e 20 horas semanais”, a justificativa dada pelos militantes é de que eles dedicavam um turno do dia à militância e os outros dois turnos dedicavam aos estudos e, às vezes, reservavam algum tempo para fazer mais alguma tarefa do movimento.

Já outro resultado interessante veio daqueles que responderam que dedicavam “entre 1 e 4 horas semanais” e aqueles que dedicavam “entre 21 e 30 horas semanais”; os dois tiveram a mesma representação no total da amostra 10,9 %. O que esse dado mostra é que há uma diferença nas lógicas de investimento individual e que isso classifica o tipo de militante. Aqueles que dedicam menos tempo argumentaram que não deixam de fazer outras coisas, como ir à aula, estudar nos horários vagos, sair com a família ou amigos para poder se dedicar à militância, por isso reservam um tempo específico ou participam de alguma atividade e reunião que não demandam muito tempo. Já aqueles que dedicam mais tempo justificam que vivenciam a militância em todos os espaços fora da UFS, que às vezes é preciso deixar de lado os compromissos acadêmicos e familiares em prol da militância.



**Figura 24 - Formas de atuação no Movimento Estudantil**

Fonte: Santos (2016).

Há uma relação direta entre o gráfico anterior e este, pois aqueles militantes que estão dispostos a investir mais tempo do seu dia para a militância são aqueles que atuam “ocupando cargos em CA e no DCE, organizando o movimento estudantil de base e geral”, participando de outros espaços políticos e construindo redes de interações densas; esse tipo de atuação representou 59,4 % do total da amostra. Destacamos alguns relatos dos militantes que explicam essas formas de atuação:

Atualmente estou formada, porém, quando estudava, atuei por três gestões no centro acadêmico de Serviço Social, contribuí na gestão 2013/2014 do DCE-UFS, e hoje sou militante do Levante Popular da Juventude e atuo na Frente Estudantil (Questionado nº 2).



Com a liderança livre, sem cargos ideologicamente, não acredito que se precise ocupar cargos para acumular funções. Ajo de acordo com a demanda que me é passada através de diálogo com os alunos (Questionado nº 48).

Atualmente atuo junto com alguns colegas dentro da UFS com a elaboração de projetos para modificar o “sistema único” político existente dentro da universidade (Questionado nº 54).

Faço parte do Centro Acadêmico Livre de Química (Caliq). Atuo de forma a discutir assuntos pertinentes ao curso e universidade, informar aos discentes sobre a situação acadêmica em geral, grade curricular, auxiliar no comportamento dos discentes que não entendem a “atmosfera universitária”, isso para que o curso se desenvolva e forme os melhores profissionais possíveis e também servir de intermediário entre docentes e discentes, dessa forma, aumenta o vínculo e assim o apoio de ambos é maior em um eventual movimento ou protesto (Questionado nº 59).

Atuei na Entidade Nacional de Estudantes de Biologia (ENEBio), que articula várias Escolas nacionalmente na perspectiva de construções de atividades conjuntas. Dentro dessas construções cabe a participação em centros, diretórios acadêmicos ou coletivos independentes que se propõem a pautar demandas específicas dos cursos de Biologia, discutir



a grade, pautar demandas conjuntas com outros movimentos sociais, como, por exemplo, o MST. Além da ENEBio, também construí o Coletivo Mão Roxa de diversidade sexual, que pauta demandas da comunidade LGBT dentro e fora da universidade no estado de Sergipe (Questionado nº 64).

Esses relatos mostram as formas de organização desde a forma independente até o modelo de organização articulado com outras organizações políticas. Além disso, mostra como atua o movimento estudantil de base; os representantes de CAs e DAs defendem cotidianamente os interesses dos estudantes dos respectivos cursos, mas também traçam estratégias e constroem redes não só com outros movimentos sociais e estudantis, mas também com o corpo docente que atua como apoiador em protestos, mesas redondas, atos públicos, etc. O questionado de nº 54 representa a oposição aos grupos tradicionalmente existentes na UFS, o combate ao sistema “único político” na universidade, que está ligado à esquerda, e que emergiu principalmente a partir de 2014. O questionado de nº 48 também representa uma resistência ao modelo de atuação mais presente no movimento estudantil da UFS, que seria o modelo hierarquizado, essa forma independente na UFS historicamente sempre esteve presente, na maioria das vezes apoiando ou sendo apoiada pelo conjunto de organizações políticas e estudantis. O questionado de nº 64 exemplifica a relação de múltipla militância que é uma das principais características dos militantes do movimento estudantil universitário, como veremos na sessão seguinte.



#### **4. Múltiplas militâncias: conhecendo outros espaços que os estudantes militam**

Para alguns estudantes o espaço universitário se torna a primeira porta de entrada para a militância, não só no movimento estudantil de base ou geral, mas também em outros espaços políticos. Alguns militantes atuam em coletivos, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, e levam para o movimento estudantil as experiências adquiridas nesses outros espaços. Como também, para alguns, a militância se torna um projeto de vida, torna-se um projeto profissional. Entender a inserção dos estudantes em vários espaços de atuação é importante tanto para compreender a forma de atuação e a identidade do movimento, quanto para compreender a importância que a participação política e a militância têm na vida daquele estudante que milita. Foi possível perceber que quanto maior é a inserção dos estudantes em vários espaços políticos, maior é o investimento pessoal e a concepção da militância como um projeto de vida, que implica na vida profissional, afetiva, amorosa e acadêmica.

A inserção na militância implica em uma mudança de comportamento, de postura, de uma representação de si nos diferentes espaços públicos. Abaixo, um relato interessante de uma militante que atua em movimentos feminista, partidário e é do movimento estudantil de base e geral. Pergunto a ela se algo foi alterado em sua vida depois que ela entrou na militância (valores, amizades, dinâmica de vida):



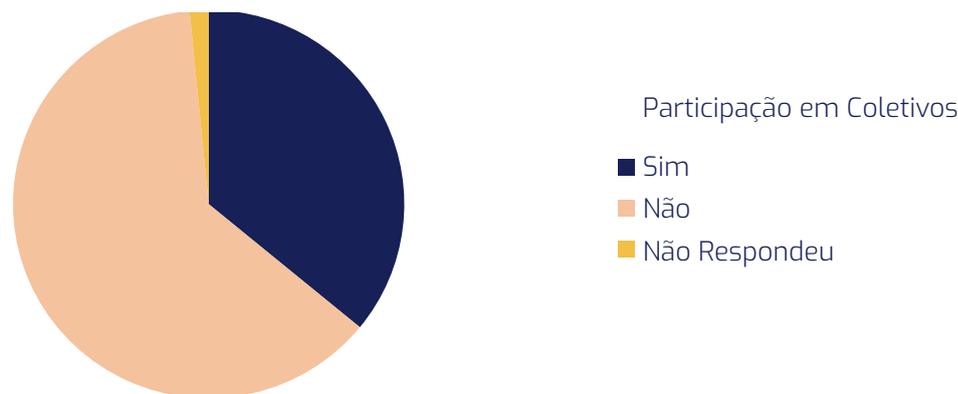
Nesse sentido sim, por exemplo, eu nunca mais consegui ter um namorado fora do espaço da militância, por quê? Porque a partir da militância feminista eu fui me dando critérios, tipo, eu não consigo mais me relacionar com os meninos mais senso comum, mais machistas, isso é uma mudança no sentido de comportamento, é... Um outro exemplo de mudança assim. É, tenho ficado cada vez mais impaciente com injustiça assim, então isso reflete de alguma forma num comportamento de mudança, dos espaços que eu frequento, tipo, têm festas que eu nem passo mais perto, têm amigos que eu deixei de conversar, é por uma certa intolerância mesmo, às vezes, sabe? Às vezes eu não quero mais ouvir o que eu ouvia antes e pra mim deu, assim, são escolhas que acabo fazendo. Eu acho que tenho aprendido hoje mais do que quando entrei na militância a ter uma certa paciência um pouco melhor, então eu já fui mais impaciente com essas pessoas, hoje eu até não quero elas perto de mim, mas troco ideia, hoje fica mais fácil, eu acho que estou mais madura a ponto de ouvir e contrapor, naquela época mais no início eu só negava e virava as costas, hoje eu consigo conversar mais. Acho, assim, que são várias mudanças de comportamento, várias (Luana).

A intolerância faz parte do processo de amadurecimento dentro do movimento estudantil. Em outros depoimentos de militantes e ex-presidentes do DCE isso apareceu da mesma forma. O ato de se



opor e contrapor aos adversários durante os debates e reuniões, ou em ocupações e em negociações com a reitoria ou com departamento dentro da universidade, faz parte de um processo de socialização que estrutura a forma de ação e de organização de determinados grupos e militantes dentro da universidade. A intolerância existe de modo mais evidente, por exemplo, com grupos de direita ou conservadores dentro da universidade, tais grupos por décadas não se organizaram e, atualmente, quando se manifestam em espaços de debate em que preponderam grupos de esquerda são vaiados.

**Figura 25** - Participação em coletivos



Fonte: Santos, 2016.

A partir da década de 1990, principalmente, emergiram diversos movimentos, coletivos, grupos de juventudes. Segundo Mische (1997; 2008) o jovem passou a atuar em rede, uma rede que é formada por partidos políticos, coletivos, mediadores, ONG, empresas juniores, etc. A militância no movimento estudantil universitário não se limita apenas aos espaços clássicos de atuação (CAs, DAs, DCE, etc.), de forma que os coletivos constituem parte dessa militância. Um dado interessante quando aplicamos os

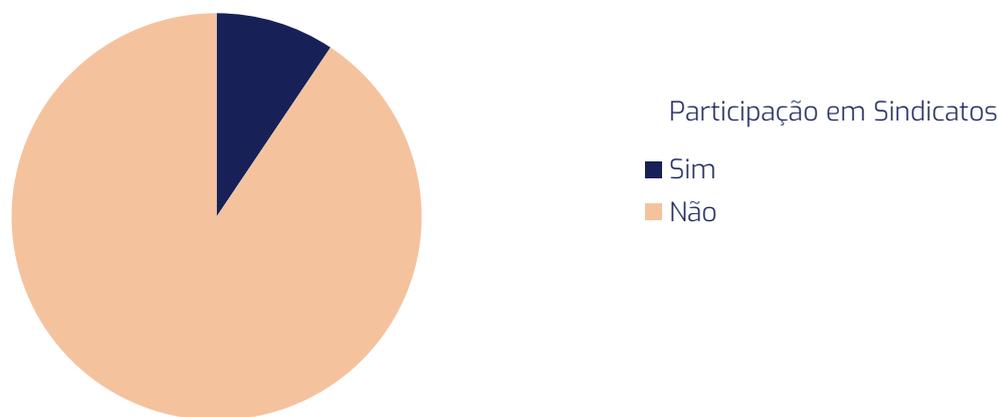


questionários foi a imprecisão de alguns militantes em classificar seu grupo como um coletivo ou como um movimento social.

Em alguns casos a nomenclatura é bem específica, como Coletivo Direito Vivo, Coletivo de Biologia, Coletivo Sarau Debaixo, Coletivo de Mulheres de Aracaju, Coletivo Agite – que faz parte do movimento LPJ – ou Coletivo Não Pago, que faz parte do Movimento Não Pago. Segundo militantes dos coletivos Agite e Não Pago, a diferença do coletivo e do movimento é de que a função do coletivo é mais específica, é mais localizada, por exemplo, aqueles militantes que participam do Coletivo Agite ficam responsáveis por organizar a agitação durante manifestações organizadas pelo LPJ.

Um dos coletivos que aglutina muitas militantes universitárias é o Coletivo de Mulheres de Aracaju, que surgiu a partir da Marcha das Vadias em 2012, e suas lideranças são vinculadas ao PSOL e ao PSTU, além de ter apoio de sindicatos e de vários movimentos sociais como, por exemplo, Movimento Não Pago e o Movimento LGBTTTT.

**Figura 26** - Participação em Sindicatos

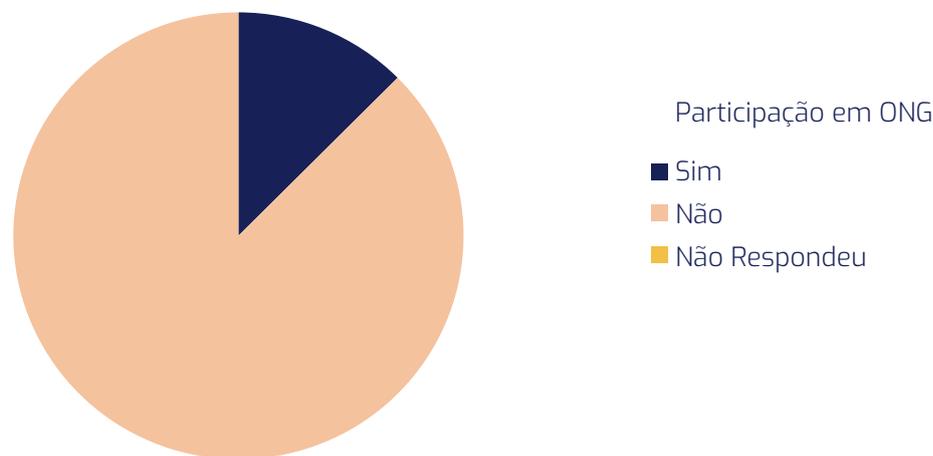


Fonte: Santos (2016).



A baixa participação em sindicatos pode ser explicada pelo fato de que alguns estudantes ainda não entraram no mercado de trabalho. Afinal, quando perguntamos se os mesmos desejariam continuar na militância e em que espaços gostariam de militar, 60% responderam que sim, sendo que 41,6% responderam que desejariam continuar no movimento sindical, em partidos políticos ou em algum movimento social. Apesar de haver uma baixa participação dos estudantes em sindicatos, essa organização política foi um dos principais espaços escolhidos pelos estudantes para continuar sua militância ao sair do movimento estudantil universitário, já outro espaço indicado são os movimentos sociais e partidos políticos.

**Figura 27** - Participação em ONG



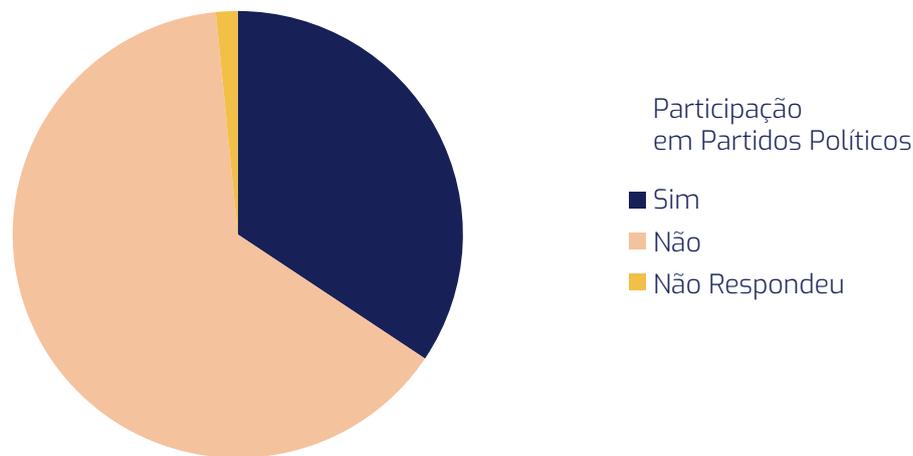
Fonte: Santos (2016).

Assim como nos sindicatos, há uma baixa participação em ONGs. Mas, diferentemente, apenas 1,7 deseja participar ou contribuir financeiramente com alguma ONG. Esse dado é interessante quando observamos também os espaços de protestos, de assembleias estudantis, entre outros, em que os movimentos sociais e



os coletivos se manifestam, e que se têm uma ausência quase que completa das ONGs. O que mostra que esse espaço não é preponderante e não mobiliza de forma efetiva os estudantes que militam nos movimentos estudantis da UFS.

**Figura 28** - Participação em partidos políticos



Fonte: Santos, 2016.

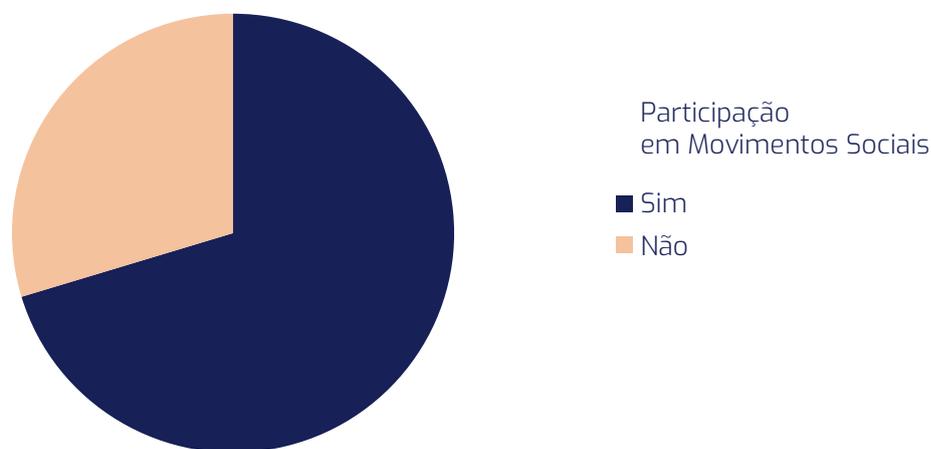
A relação entre movimento estudantil e partidos políticos ganha novas configurações a partir do processo de abertura política (MESQUITA, 2003; MISCHÉ, 2008), como veremos mais adiante. No caso do movimento estudantil da UFS, como vimos, historicamente sempre foi marcado com uma forte presença de partidos, principalmente de esquerda e extrema esquerda. No entanto, a partir dos anos 2000, essa relação e presença passam a ser mais tensionadas e questionadas pelos movimentos estudantis que emergiram ao longo desses 14 anos. A pluralidade de formas de atuação disponíveis para os estudantes reivindicarem suas demandas, proporciona, entre outras coisas, uma relativa autonomia dos movimentos com relação aos partidos. Neste sentido,



dos 64 questionados, 22 responderam que participam de partidos políticos, sendo eles Consulta Popular (partido que não participa da política eletiva), PSOL, PSTU, PCB e DEM.

Abaixo o gráfico ilustra a participação dos estudantes em movimentos sociais. Há, sem dúvida, uma forte imbricação entre as pautas que esses militantes defendem nos movimentos estudantis de base ou geral que eles fazem parte e as pautas dos movimentos sociais e organizações políticas que eles também estão inseridos. É a partir da socialização em diferentes espaços políticos que estes apreendem uma cultura associativa e política que permitem se planejarem, organizarem formas de mobilização e traçar estratégias para disputar espaços políticos e recrutar militantes no movimento estudantil. Os cursos de formação política oferecidos por movimentos sociais, como o MST, foram bastante significativos no processo de socialização e formação político-ideológica dos militantes do LPJ.

**Figura 29** - Participação em movimentos sociais



Fonte: Santos (2016).



De acordo com o Gráfico 10, dos 64 questionados, 45 participam de movimentos sociais que atuam dentro e fora da UFS com reivindicações que vão desde a defesa do livre comércio na universidade, moradia, parto humanizado, creche na universidade, reforma política e agrária, até a liberação da maconha, por exemplo.

Na tabela abaixo são apresentados os movimentos sociais nos quais os estudantes militam.

**Tabela 3** - Participação em movimentos sociais

Participação em Movimentos Sociais	Frequência	%
Assembleia Nacional dos Estudantes-Livres	2	4,4
Levante Popular da Juventude e DCE	25	55,5
Muda Brasil, Liberte-se e Estudantes Pela Liberdade	2	4,4
Movimentos Feministas	3	6,6
UTC	1	2,2
Marcha das Vadias, Marcha da Maconha e Movimento Não Pago	9	19,9
Rua-Anticapitalista	1	2,2
Serviço Inter-franciscano de Justiça, Paz e Integridade da Criação	1	2,2
Todos que apoiam minorias	1	2,2
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Santos (2016).

O movimento de juventude que está sendo mais expressivo na UFS, entre o período de 2012 e 2015, e ocupando os espaços de representação estudantil, como o DCE, é o LPJ, como revela a tabela, a participação dos militantes nesse movimento representou 55,5 %



do total da amostra. Com efeito, observamos que o LPJ faz parte do tipo de movimento estudantil que historicamente se organiza na UFS, ou seja, aquele tipo de movimento que Mesquita (2003) classifica como orgânico, que tem alguma vinculação partidária, seja de forma direta, quando o movimento é fruto da juventude partidária, ou de forma indireta, quando os militantes não assumem que o movimento tem vínculo partidário, mas a maioria dos seus membros é filiada, simpatizante ou orientada pela ideologia do partido.

## 5. Conclusão

Este capítulo tratou primeiramente de apresentar conjunto de dados acerca do perfil dos estudantes que militam nos movimentos estudantis da UFS entre os anos de 2000 a 2015, para tanto foram levadas em consideração algumas variáveis, como sexo, idade, área de curso, ingresso no movimento estudantil e espaços políticos que os estudantes atuam. Foram aplicados 64 questionários com militantes de diferentes movimentos estudantis. Os resultados obtidos foram que o movimento estudantil universitário ainda é formado principalmente por estudantes do sexo masculino, e que estes ainda ocupam os cargos de lideranças em entidades como o DCE, por exemplo; concluímos também que, diferentemente das décadas de 1980 e 1990, há um crescimento da participação das mulheres em cargos de dirigentes no DCE. Percebemos, ainda, que esse crescimento se relaciona à formação de coletivos formados por mulheres fora da universidade, que combatem a violência contra a mulher e também



o machismo em todos os espaços, inclusive no espaço da militância; outro resultado obtido é sobre os múltiplos engajamentos dos militantes: observamos que os espaços que os estudantes mais se engajam, além do movimento estudantil, são os movimentos sociais, coletivos e partidos políticos, e, ainda, desejam continuar a militância nesses espaços, como também no movimento sindical.

O segundo ponto tratado no capítulo foi sobre a participação dos militantes nos centros acadêmicos e em espaços deliberativos, como as assembleias estudantis e CEBs. Os dados revelaram que há uma falta de diálogo entre CAs e DCE. Observamos que alguns fatores a partir dos anos 2000 podem ter contribuído para essa falta de articulação como, por exemplo, o repasse financeiro do DCE para os CAs que não ocorre mais; o crescimento de outros movimentos dentro da UFS, que passam a se articular com os CAs; a rivalidade partidária entre aqueles que apoiam o DCE e aqueles que apoiam alguns CAs; a distância das causas que o DCE defende com relação às pautas mais específicas que os CAs reivindicam. Com relação aos espaços deliberativos, verificamos que esses são bastante significativos no processo de democratização do movimento estudantil universitário, quanto maior é a participação de CAs, DAs, estudantes, militantes independentes e movimentos estudantis que atuam na universidade como um todo, mais democráticas serão as decisões tomadas durante esses espaços.

Com efeito, uma das conclusões obtidas observando as causas e as ações que são defendidas durante os espaços deliberativos é de



que, na grande maioria, elas são sugestões dos dirigentes do DCE e acabam sendo aprovadas porque, normalmente, eles possuem uma rede de mobilização dentro da universidade maior do que a dos outros grupos. Tal fato pode ser resumido naquilo que alguns militantes relataram como “pauta pronta”, ou seja, muitas pautas que são levadas para os CEBs e assembleias estudantis pelos coordenadores desses espaços (que normalmente são dirigentes do DCE) são antes debatidas entre a diretoria executiva do DCE e os grupos que a apoia, como movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos.

Tais resultados revelam, acima de tudo, que a partir dos anos 2000 houve uma diversificação nas formas de organização e nos grupos que disputam os espaços de representação dentro do movimento estudantil universitário. Neste sentido, as condições de origem social dos estudantes e seus múltiplos engajamentos alteram diretamente os modelos de organização e as pautas defendidas pelos movimentos estudantis, uma vez que eles mobilizam diferentes recursos previamente acumulados e sua condição social de origem para legitimar suas ações e defender projetos político-ideológicos no espaço universitário. Além disso, as formas de relação de diálogo, de cooperação e de resistência em relação ao Estado percebidas quando analisamos as redes sociais e a inserção de militantes em espaços institucionalizados mostram que os modelos e os repertórios organizacionais se constroem também com base nas fronteiras que regem os interesses desses tipos de relações. Por fim, esse capítulo também mostrou como os modelos de organização e os recursos organizacionais são influenciados também pelo sexo



dos atores que os mobilizam, tendo em vista que as divisões de tarefas no movimento ainda têm um recorte de gênero significativo e que mobilizam ações de resistência das militantes, em relação a isso mostramos como houve um aumento do número de militantes mulheres atuando no movimento e como elas resistem às práticas machistas no movimento estudantil universitário.

### Referências bibliográficas

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. [tradução: Cláudio Marcondes]. In: Marialice M. Foracchi (org), **Karl Mannheim: Sociologia**, São Paulo: Ática, 1982. pp. 67-95.

MESQUITA, MR. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 66, out. 2003. pp.117-149.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 6, 1997. pp.134-150.

\_\_\_\_\_. Activist cohorts and trajectories, 1977 to 1996. In: **Partisan Publics: Communication and Contention across Brazilian Youth Activist Networks**. New Jersey: Princenton University Press, 2008.

SANTOS, Adrielma Silveira dos. **Movimento Não Pago: emergência e condições de representação no cenário público de Aracaju/Se**, 2014. Monografia (Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão (SE), 2014.

\_\_\_\_\_.; Repertórios organizacionais e engajamento individual: eventos de protesto em defesa da causa do transporte público. 2015. In: **Seminário de Sociologia & Política**, 6º. 2015, Curitiba. Anais... Curitiba (PR), 2015, v. 1. pp.1-17.



\_\_\_\_\_. **Movimento Estudantil Universitário: Modelos De Organização, Redes Sociais e Engajamento Individual (2000-2015)**. 2016, 225f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SANTOS, Adrielma Silveira dos.; OLIVEIRA, Wilson José F. de. Etnografia política das gramáticas de construção do transporte público e gratuito como uma causa pública. *In: 39º Encontro Anual da Anpocs*, 2015, Caxambu. Anais... Caxambu/MG, 2015.

SANTOS, Adrielma Silveira dos.; OLIVEIRA, Wilson José F. de. Jovens e militantes: movimento estudantil universitário, juventudes partidárias e “improvisação” como forma de ação coletiva. *In: 39º Encontro Anual da Anpocs*, 2015, Caxambu. Anais... Caxambu/MG, 2015.

SANTOS, Adrielma Silveira dos, SANTOS, Jonatha Vasconcelos. O espaço universitário, movimentos sociais e partidos políticos: por uma perspectiva relacional do campo político. *In: IX Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*. 2015. Anais... São Cristóvão, 2015.

SANTOS, Jonatha Vasconcelos. **Juventudes partidárias em Sergipe: organização, formas de atuação e engajamento militante**. Aracaju. Monografia (graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão (SE), 2015.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.3, 2010.

REIS, Eliane Tavares. Juventude, intelectualidade e política: a ativação do legado de André Foster e a consagração de uma geração. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, 2003. pp. 380- 411. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18725.pdf>. Acesso em: 20.nov.2015.



# CAPÍTULO 07

## “Política das águas” e os comitês de bacia hidrográfica como instrumentos de descentralização do estado

Mayara Silva Nascimento<sup>60</sup>

### 1. Introdução

Este estudo integra a versão final da tese de doutorado intitulada “Estado, Políticas Públicas e Gestão dos Recursos Hídricos”, defendida em fevereiro de 2020. Especialmente, o capítulo que discute os caminhos para alcançar os princípios da Política Nacional de Recursos Hídricos no Brasil, implantada no ano de 1997, em que determinariam o novo formato de gestão ambiental do Estado brasileiro baseado na participação, integração e descentralização. O objetivo geral do estudo é investigar a maneira como a referida política de recursos hídricos incorporou elementos do modelo de Gestão Participativa e Descentralizada. Para isso, nos valem dos casos dos comitês de bacias hidrográficas, instâncias de planejamento e operacionalização desta política ambiental. Para isso, levantamos o seguinte questionamento: *Qual a relação entre o processo de descentralização da gestão dos recursos hídricos no Brasil e a criação dos comitês de bacia?*

---

<sup>60</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora do Centro Universitário AGES. Atua com pesquisas relacionadas à construção de políticas públicas ambientais, o “Estado em ação” e Administração Pública. Email: msnascimento2013@gmail.com



Nesse sentido, este texto está dividido em dois eixos analíticos. O primeiro apresenta um apanhado geral sobre a relação entre hidropolítica e os caminhos percorridos no processo de gestão dos recursos hídricos. Com isso, entendemos como as tratativas sobre a administração dos recursos hídricos ao longo do século XX e início do século XXI transitaram entre um formato de Estado centralizador para um modelo de produção de políticas públicas calcado na descentralização, incluindo novos atores políticos na cena da administração pública. Assim, mapeamos os elementos que se combinaram no processo de criação dos comitês de bacia hidrográfica no Brasil. Já o segundo eixo analítico se dedica a investigar quais são as estratégias e como ocorrem as dinâmicas de funcionamento dos comitês de bacia hidrográfica, popularmente chamados de “parlamentos das águas” nas arenas públicas que o discutem e compõem.

Acreditamos que ao longo deste texto está claro que o processo histórico de gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil é permeado, em grande medida, pela centralização e/ou fragmentação, característica que passou a ser contestada nos últimos trinta anos. Conjunturas internacionais e aspectos locais mudaram o teor do debate sobre o meio ambiente desde os anos de 1980, momento em que grupos técnicos abrem canais de debate sobre a importância de criar e implementar um sistema de gerenciamento que atendessem a um modelo de participação alicerçado nos princípios da descentralização e integração. Grosso modo, o novo formato de administração dos recursos hídricos apontava para a descentralização na esfera das bacias hidrográficas e sua integração



entre os níveis federal e regional das políticas ambientais (ABERS; JORGE, 2005). Parte desse modelo de governança foi acordada na Constituição de 1988, em que determinou que o domínio das águas, principalmente por meio da gestão das bacias hidrográficas, acontecesse a partir da divisão entre a União e os estados. É por isso que o grande número de análises sobre o tema apresenta a necessidade de “articulação” desses atores por meio das suas diferentes instituições com vistas a “harmonizar” os mecanismos operacionais da política ambiental (BECKER, 2003; ABERS; JORGE, 2005; CAMPOS; FRACALANZA, 2010; ABERS; KECK, 2017).

De acordo com Abers et al. (2009, p. 115), novas arenas de poder formal, junto à incorporação de órgãos públicos, da sociedade civil e do setor privado, têm sido classificadas como conselhos gestores e *“vêm sendo criadas em diversas áreas de políticas públicas no Brasil, inclusive no setor de gestão dos recursos hídricos”*. Neste último campo é representado pelos comitês de bacias com foco na sistematização político-institucional de gestão das águas. Parte desse exercício interpretativo e classificatório se deve às competências atribuídas às instituições, dentre elas está a condução de processos de criação de planos para o gerenciamento de bacias hidrográficas, o poder de negociação e apaziguamento de conflitos de uso da água, bem como a determinação dos instrumentos de cobrança pelo uso da água. Foi por meio das novas arenas democráticas que, desde o final da década de 1980, observamos muitas iniciativas locais de implantação de associações de usuários, consórcios intermunicipais de águas e comitês de bacias, os quais compõem a gestão de bacias hidrográficas.



A criação dos comitês de bacias, através da sua arquitetura e engrenagens de funcionamento, exprime os princípios do modelo de gestão participativa preconizado pela nova política das águas. Isso porque congregou atores que compõem o quadro técnico e político das três esferas de governo, além de representantes da sociedade civil e dos usuários de água, a exemplo de agricultores do setor de irrigação e da indústria. De modo geral, a literatura que se dedica a entender a atuação desses novos espaços de discussão e de poder político no país interpreta-os como campos democráticos para a criação de políticas públicas (TATAGIBA, 2002; GOHN, 2004; LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006). Longe de reforçarmos uma tendência analítica que apresenta os “casos exóticos” de implantação de comitês de bacia, nos valem de alguns estudos que vão de encontro a esta tendência (ABERS; JORGE, 2005; JACOBI, 2006; ABERS, 2010; LEMOS, 2011; ABERS; KECK, 2017), os quais servirão de suporte interpretativo sobre o processo de descentralização da Política das Águas a partir de aspectos locais do Nordeste. Além da análise do material bibliográfico, também nos valem de documentos como o Série Água Brasil (COSTA, 2003)<sup>61</sup> e o GEO-Brasil (BRASIL, 2007), pertencentes a um conjunto de relatórios desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA – e pela Agência Nacional de Águas – ANA.

---

<sup>61</sup> Idealização do Banco Mundial (COSTA, 2003).



## 2. Hidropolítica e processo de descentralização das águas

A intenção deste tópico é descrever a relação entre hidropolítica e os percursos na gestão dos recursos hídricos para implantação do princípio da descentralização por meio dos elementos que se combinaram no processo de criação dos comitês de bacia hidrográfica no Brasil. Utilizamos o conceito de hidropolítica porque partimos do princípio que a água tem sido utilizada desde a mais antiga civilização como um recurso político. O alcance desse esforço intelectual nos permite entender como as questões relacionadas ao meio ambiente e aos recursos hídricos passam a fazer parte das instâncias públicas e refletem na implantação de projetos e programas a partir da ação do Estado consoante a outras esferas da sociedade.

A gestão dos recursos hídricos no Brasil possui como marco regulatório atual a Política Nacional de Recursos Hídricos, sancionada por meio da Lei nº 9.433 em 1997, resguardando os instrumentos legais e institucionais para o uso sustentável das águas. De modo geral, o Plano Nacional de Recursos Hídricos teve o intuito de proteger a disponibilidade de água para a atual e futuras gerações, além do seu uso racional e integrado e da prevenção e defesa de eventuais problemas em decorrência do uso indevido desses recursos. Como incremento da Lei nº 9.443/97, cria-se, no ano de 2000, a Agência Nacional de Águas – ANA – órgão responsável pela gestão dos recursos hídricos em nível federal. Um dos entraves para o seu ordeiro gerenciamento diz respeito às diversas nuances regionais sobre a questão, o que dificulta, sobremaneira, de estabelecermos



as conexões entre as dinâmicas local e nacional (MACHADO, 2003). Antes da aprovação da conhecida “Lei das Águas”, alguns substitutos do projeto alteraram as funções atribuídas aos comitês de bacia, em que ajustou a lei de modo que o poder público apreendesse de maior espaço deliberativo dos comitês, sobretudo ao depositar na participação da sociedade um aspecto mais consultivo do que propriamente deliberativo nas decisões. Naquela conjuntura, os vetos ao primeiro texto do projeto estabeleceram modificações que nada mais fizeram do que reforçar o já consolidado domínio que o setor elétrico teve sobre as águas no país.

Antes disso, o gerenciamento fragmentado se configurava por meio de cada setor ambiental agir de forma quase que autônoma dos demais setores, mesmo que cada um cuidasse diretamente da questão da água, como era o caso do saneamento, por exemplo, que planejava as suas estratégias institucionais e as instrumentalizava sem nenhum tipo de alinhamento ou vínculo com outros setores. De igual modo, entendia-se como modelo de gestão centralizada o fato de as decisões em torno da política pública de meio ambiente, e dos recursos hídricos em particular, serem determinadas na esfera federal e estadual, excluído os municípios deste processo. Além disso, atores sociais igualmente importantes como a sociedade civil e os usuários das águas não faziam parte da composição dessas instituições, sequer consultados. As estratégias para contornar essa estrutura organizacional viriam por meio de duas possibilidades: (I) A fragmentação da gestão seria sanada através dos instrumentos



de cobrança pelo uso da água; (II) O processo de descentralização aconteceria por meio da criação dos comitês de bacia hidrográfica e das agências de bacia. A primeira possibilidade significaria a melhor maneira de produção e aquisição de recursos financeiros para o gerenciamento das bacias hidrográficas e, conseqüentemente, para a instrumentalização do novo modelo de política pública descentralizada e participativa, tanto no quesito de poder decisório quanto em seus demais mecanismos de funcionamento. Já a segunda, resultado do possível sucesso da criação dos instrumentos de cobrança, atribuiria aos comitês a responsabilidade de representar os usuários das águas e demais membros da sociedade civil. Seria, assim, um ator estatal cuja função era fazer as vezes de poder público, com capacidade de criação de importantes arenas decisórias. Neste formato, as agências de bacia atuariam como um canal desses comitês por meio da sustentação técnica e executiva, inclusive dos instrumentos de cobrança (ABERS; JORGE, 2005).

A Carta Magna de 1988, em parte do seu artigo 21, responsabiliza o governo federal pela criação de um sistema voltado para o gerenciamento dos recursos hídricos. Isto precisou ser revisto com os mecanismos burocráticos seguintes, uma vez que, também, o domínio das águas foi atribuído numa relação entre estados e União. Foi por meio disso que um modelo de gestão descentralizada careceria de aparatos legais em nível de Estado para servir de sustentáculo operacional da proposta. Nessa condição, na década de 1990, especificamente entre os anos de 1991 e 1997,



parte dos estados da federação criaram legislações próprias para os recursos hídricos atendendo às orientações sobre a importância dos comitês de bacia hidrográfica, mas deixaram grandes lacunas nos mecanismos de cobrança pelo uso. Um dos pontos determinantes para a consolidação deste panorama foi que, em nível federal, o Sistema Nacional de Recursos Hídricos se constituiu como um importante órgão garantidor dos instrumentos básicos daquela ainda prematura lei.

Em síntese, a pergunta que norteia a sua criação é resumida em como aperfeiçoar as estratégias de descentralização, participação e integração, além de definir seus instrumentos e planos de ação. Este norte vem demonstrando progressos e retrocessos ao longo dos anos. Segundo Abers e Jorge (2005), tal sistema é composto por quatro subníveis (federais, estaduais, regionais e locais) que operam de forma orgânica e são designados para garantir a articulação e conexão das diversas ações públicas em toda a bacia hidrográfica. Primeiramente, o modelo de domínio – estadual e federal – não deixou claro quanto às funções e/ou fronteiras dos díspares níveis da federação. Por outro lado, ficou nítido que boa parcela dos estados possui lacunas relativas à capacidade técnica para tratar do processo de outorga, fiscalização ou monitoramento. A Política das Águas, grosso modo, efetivou uma nova dinâmica na política ambiental através de um sistema de gestão voltado para as bacias hidrográficas. De forma geral, a partir disso, todos os domínios da União ou dos estados adotam esse formato operacional. Uma ampla



avaliação tem considerado que tal sistema de gestão ainda é pouco institucionalizado, mesmo que os recursos interventivos tenham avançado para a ampliação dos novos organismos de gestão em nível de bacia hidrográfica (ABERS; JORGE, 2005).

A relação entre hidropolítica e descentralização perpassa dois elementos importantes para entendermos os seguintes arranjos estatais: subsidiariedade e dominialidade. Antes de tudo, para atingirmos analiticamente estes dois eixos precisamos relembrar o que comumente é descrito como federalismo na literatura que problematiza sobre Estado ou políticas públicas. É certo que o Brasil confirma uma expressiva diversidade regional (em nível econômico, social e ambiental), a qual combina indicadores sociais, conflitos da água e demais problemas de origem político-institucional, mas historicamente grandes projetos hídricos tiveram sua fundação e implantação de forma centralizada em demasia, tecnocrática, não criando nenhum instrumento de consulta prévia à população. As possibilidades postas na mesa do jogo político e da administração pública a partir de 1990 permitiram que a gestão das águas fosse conduzida para uma transição em que o Estado não mais teria o monopólio dos recursos hídricos, tanto para sua exploração quanto para o gerenciamento (ABERS; JORGE, 2005; PORTO; PORTO, 2008).

Identificamos um esforço interpretativo para estabelecer um vínculo entre os elementos próprios do modelo de federalismo junto à dinâmica de gestão das águas no Brasil. É consenso que o conceito de federalismo perpassa amplamente pela ideia de que as organiza-



ções políticas pautariam as suas ações na cooperação e não no constrangimento, abdicando de níveis de soberania. Em geral, a responsabilidade política estaria em repartir o poder federal, distribuindo as responsabilidades entre as partes federadas (OLIVEIRA, 1991). Junto a isso, especificamente, visualizamos o modelo de repartição de funções e responsabilidades nos sistemas de recursos hídricos por meio do que foi denominado de “subsidiariedade”, uma vez que as alternativas e as propostas de solução, após a década de 1990, passaram a se aproximar da origem da questão. Assim, em muitos momentos da execução da Política das Águas coexistem aspectos do federalismo e do princípio da subsidiariedade, o que não significa que os processos em torno da administração pública dos recursos hídricos se deem de forma mais simples, muito pelo contrário. Embora se parta do princípio que os conflitos possam ser sanados localmente, com ampla participação dos grupos de interesses, os direcionamentos demonstram caminhos de difícil consenso. Em muitas situações, a dificuldade de consenso se dá pelo embaralhar dos aspectos e responsabilidades do que seriam os significados de “federal” e “nacional”, conceitos confundidos como sinônimos.

Os conflitos interpretativos e de política operacional atribuem fronteiras entre os comitês de bacia e sub-bacias hidrográficas, mesmo que tenham levado ao entendimento de que há critérios de subordinação de ações e demais estratégias em rios de mesmo domínio. Isto demonstra que o tema da dominialidade ainda não foi superado do ponto de vista do próprio entendimento do seu signi-



ficado. Mais confuso ainda é quando uma mesma bacia hidrográfica é classificada por diferentes domínios. Por outro lado, agentes políticos e analistas de políticas públicas colocam a conjuntura do federalismo como um instrumento pelo qual se busca o alcance da igualdade entre os entes federados, tendo os seus princípios sustentados pela Constituição Federal.

Embora o sentido da descentralização seja democratizar os processos de políticas públicas, é importante esmiuçar sobre as causas da sua promoção. Aqueles estudos que se dedicam a entender essas causas apresentam a conclusão de que atores localizados na esfera mais próxima do objeto da política pública tendem a aceitar mais responsabilidades burocráticas e políticas, tendo em vistas algumas barganhas para acessarem benesses e recursos de interesse particular. Sobre isto, já fizemos menção ao trabalho de Marta Arretche (2000) sobre as estratégias de estímulo para a participação popular nos conselhos de políticas públicas e a relação com o recebimento de mais responsabilidades. Assumir maiores responsabilidades, nessa ótica, torna-se viável apenas quando ocorre o que a autora caracterizou como uma “relação custo-benefício” e funciona quando estados e/ou municípios mensuram as compensações que teriam ao assumirem novas responsabilidades na criação e implementação de programas e projetos. Assim, os passivos seriam equilibrados pelos benefícios, especialmente de teor político. Autores como Willis, Garman e Stephan (1999) relatam que o caso brasileiro é exemplo de uma das maiores estratégias de



descentralização (em seu objeto de estudo está a política fiscal) e isto é respondido pela truncada e histórica estrutura das elites políticas regionais que tencionam e reivindicam do Estado e dos governos federais por maior autonomia. Nesse sentido, o fortalecimento dessa conjuntura permite que os governos locais criem mecanismos diversos para aquisição de recursos financeiros federais, mas quando isto é somado à transferência de responsabilidades, percebemos que a descentralização utilizada no interesse da barganha torna-se muito mais complexa.

A avaliação de Arretche (2000) é que quanto maior a aceitação das novas funções por parte do poder público municipal, concatenando as contrapartidas federais (especialmente políticas), mais efetivas se tornam essas agências de participação, com mecanismos decisórios mais robustos. As estratégias impetradas pelo “programa de intencionalidade” são relativamente simples em seu objetivo principal (estimular a criação de novos projetos em nível estadual e municipal, de modo que estes sejam seus executores), mas difíceis em sua aplicação, uma vez que lidam com uma multiplicidade de interesses muitas vezes dissonantes. Esses programas de descentralização classificados como bem-sucedidos estreitaram aspectos políticos entre os estados e municípios, fortaleceram as atribuições dos conselhos, propuseram atividades tecnicamente simples e criaram pautas interpretadas como importantes na conjuntura governamental (ARRETCHÉ, 2000; ABERS; JORGE, 2005). Tal formato força um ciclo de retroalimentação: os quadros de poder



local atuam cobrando que o governo federal lhes autorize mais poder decisório, criando as possibilidades para que o processo de descentralização ocorra.

Especificamente, na Política Nacional de Recursos Hídricos e nos incentivos para a criação dos conselhos e comitês de bacias locais, as contrapartidas estavam definidas por meio dos instrumentos de cobrança pelo uso da água, o que fez com que as táticas de convencimento para a descentralização dessa política fossem ainda mais complexas do que em outras áreas, uma vez que os caminhos para a precificação seguem tortuosos em seu sentido técnico e prático. Seria por meio dela que os comitês de bacia ganhariam visibilidade administrativa e política, além de poder de barganha, mas a sua implementação não ocorreu de maneira eficaz. A partir dessa incongruência no que diz respeito à incipiente autonomia financeira e política dessas instituições, nos questionamos sobre as justificativas para a criação e manutenção desses parlamentos das águas, visto que observamos, mesmo assim, um expressivo número de comitês sendo erguidos. Como destacado na citação acima das autoras Abers e Jorge (2005), quando envolve a problemática dos recursos hídricos, as relações de poder e a canalização deste permanecem, sobremaneira, na mesma estrutura de antes, embora como a inclusão de um novo elemento representado pela bacia hidrográfica.

A função operacional dos comitês é recorrentemente apresentada como a demonstração mais importante das estratégias de coop-



tação dos interesses setoriais e dos usuários das águas (organizados ou não), o que adjetiva essas instituições como palcos de debate socioambiental. É válido destacar que os novos marcos regulatórios responsabilizaram, em tese, a sociedade civil e civil organizada por uma importante parcela dos mecanismos de gerenciamento da Política das Águas, mesmo que a participação desta seja, muitas vezes, resultado de campos de tensão e expressiva articulação política para galgar espaço e representação nos comitês com vistas a lançar mão dos seus interesses, principalmente aqueles relacionados aos usos do recurso, outorga e precificação. Os marcos jurídicos que vestem o modelo de gestão participativa dos recursos hídricos no Brasil são categóricos na descrição do arquétipo do referido modelo de governança, mas seu maior entrave ainda hoje trata-se dos caminhos de acesso da sociedade, tanto nas arenas decisórias quanto nos resultados destas (JACOBI, 2003; JACOBI; FRACALANZA, 2005; MARTINS, 2015).

As engrenagens institucionais ainda não proporcionam a efetividade necessária e condicionam a um processo desigual no que tange a multiplicação das experiências, dos modelos decisórios e da organização dos espaços públicos democráticos. Embora seja um processo que tem sido gerido por muitas lacunas procedimentais e embates políticos, a literatura pertinente tem alertado também para os casos em que a implantação desse modelo de participação popular tenha permitido que novos atos políticos e burocráticos criem, de igual modo, uma nova cultura de direitos, tanto sociais



(quando nos referimos aos novos espaços de fala da sociedade civil e organizada) quanto ambientais (quando há a ampliação da percepção em torno da racionalidade ambiental e dos novos canais de comunicação entre quadros de peritos/experts e usuários). Os novos formatos da administração pública brasileira têm contribuído para entendermos a dinâmica burocrática a partir dos novos espaços de interlocução, com responsabilidades direcionadas a grupos que até então se encontravam numa posição desigual nos processos de políticas públicas, criando hierarquias na gestão da coisa pública.

O resultado está no estreitamento das ações em cada segmento responsável pelo processo político, bem como a multiplicação do número de atores no processo decisório e a politização da gestão dos recursos hídricos. As avaliações sobre os seus resultados ainda se encontram muito incipientes, uma vez que os seus instrumentos de gestão têm passado por um processo de efetivação também ainda embrionário, inclusive porque é preciso entender que fatores políticos, técnicos, ambientais, econômicos e culturais merecem necessariamente um tratamento de modo a não os dissociar. O novo formato da administração pública, agora socio-técnico, mesmo que o seu sentido seja de combater instrumentos exclusivamente técnicos na criação de políticas ambientais, esbarra em interesses divergentes, principalmente quando reivindicados nas arenas políticas dos comitês de bacia, e isto tem trazido consequências para almejar soluções mais eficientes e equilibradas. A



própria dinâmica de funcionamento dos comitês permite que as suas práticas norteadas pela negociação sociotécnica reduza ou anule práticas recorrentes de interesses simplistas e imediatistas, fazendo dessas instâncias importantes espaços de negociação e debate de problemas, sobretudo quando abrange interesses dissonantes. Entretanto, se avaliarmos algumas estratégias de funcionamento desses setores, observamos certa insistência no uso de componentes estritamente técnicos como referencial de controle.

O aumento no número de atores participantes dos processos de políticas ambientais cria um espaço plural de participação, ao mesmo tempo em que permite uma intervenção sobre esses componentes estritamente técnicos. Em contrapartida, em alguns exemplos de institucionalização de comitês, a função dos técnicos tem sido estratégica para a consolidação de suas atividades, inclusive nos casos que envolvem acesso ao que é produzido de conhecimento novo. Por outro lado, em alguns casos é observado que a pouca participação da sociedade civil nessas arenas decorre também da ausência de lastro institucional, uma vez que esse formato de gestão participativa é relativamente recente. Parte desse novo modelo de gestão pública está sustentada nessas formas de participação, muito embora elas aconteçam em relações complexas e contraditórias, mas que superam e destoam daquelas práticas recorrentes de cunho utilitarista. Nesse quesito, a nova participação social estreita e reconfigura as relações entre o público e o privado por meio dos novos formatos de poder, inclusive através da criação de espaços de articulação entre o Estado e os atores sociais.



De forma geral, as considerações deste tópico apontam que o problema está sobremaneira no reforço de práticas que esses organismos deveriam combater, rompendo com décadas de gestão centralizada. Nisso, os comitês de bacia não foram construídos com a ideia de perpetuarem um comportamento replicado ao longo da história do sistema dos recursos hídricos do país, pelo contrário, fazendo valer, assim, o seu princípio de democracia representativa. Para além dos aspectos técnicos e políticos das bacias hidrográficas, os comitês devem garantir o formato participativo através do estímulo a propostas de formação dos seus membros e da comunidade de usuários, sanando possíveis desarranjos nos jogos de poder dentro da própria configuração dos organismos, a exemplo da priorização de interesses e demandas individuais em detrimento de pautas coletivas, como as que dizem respeito à gestão da própria bacia hidrográfica. É nesse sentido que o princípio da subsidiariedade se faz imperativo, mas não é suficiente para permitir que haja igualdade de participação e representação nessas arenas públicas. Nessa perspectiva, no tópico a seguir discutiremos sobre as engrenagens responsáveis pelo funcionamento dos comitês de bacia hidrográfica no Brasil, de modo a entender o contexto da sua formação, os jogos argumentativos e o conjunto de interesses.



### 3. As engrenagens do “parlamento das águas”: formação, interesses e ideias hierárquicas

Este tópico discute sobre as dinâmicas de funcionamento dos comitês de bacia hidrográfica, popularmente chamados de “parlamentos das águas” nas arenas públicas que o discutem e compõem. Especificamente, percorremos algumas análises sobre como se formaram e formam interesses e referenciais em torno da atuação destes. Serão frequentes aqui variáveis como dinâmica organizacional e sua relação com a composição dos comitês, hierarquia no ideário que controla os planos de ação e as barreiras para a efetivação do modelo de gestão descentralizada.

A década de 1980 foi palco das primeiras transformações que subsidiariam a posteriori a implementação de uma política das águas descentralizada. Parte disso pode ser explicada pela decisão de uma parcela de setores do governo federal terem condicionado a determinação de novas diretrizes, como foi o caso dos técnicos do Ministério de Minas e Energia a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento. Naquela circunstância, a orientação explícita era da necessidade de criação da Política Nacional de Recursos Hídricos e, para que isto acontecesse, o governo seria seu gerenciador. Mas, elementos como “ampla participação”, “gestão descentralizada” e “diversidade de atores” são apresentados de forma *en passant*, mesmo que já fizessem parte do vocabulário político e da administração pública. Ainda assim, serviram de mote importante para os encadeamentos do gerenciamento dos recursos hídricos que viriam nas próximas décadas. Antes mesmo disso, a criação do Comitê



Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas – CEEIBH, em 1978, trouxe novas práticas, como os instrumentos de categorização dos cursos de “água da União”, “integração” e “uso racional”. Foi por meio deste comitê especial que outros parlamentos foram subsidiados, como o do próprio Rio São Francisco, implantados com atribuições consultivas. Não obstante, os processos de formulação e a implementação de políticas públicas, sejam elas de qualquer natureza, têm reunido novos paradigmas a partir do modelo de gestão descentralizada e participativa, apresentado como uma tendência internacional crescente (ARRETCHE, 1996; ANA, 2011).

No caso da Política das Águas brasileira, especificamente, os Comitês de Bacia Hidrográfica são classificados como organismos que atuam em níveis de colegiados. Foram institucionalizados através da Constituição Federal de 1988 e atendem aos princípios preconizados pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, os quais se tornaram decisivos para a criação das disposições institucionais e ampliaram os canais participativos de setores da sociedade envolvidos na gestão de recursos hídricos. Os elogios a esta tendência na administração pública e no próprio modelo de Estado são explicados, em síntese, pelo subsídio dado à democratização das relações políticas, de novos arranjos institucionais e da melhoria nas ações públicas. Podemos visualizar exemplos dessas mudanças na participação da sociedade em assuntos de interesse coletivo através da criação de conselhos sobre diversos temas, principalmente aqueles ligados à saúde, educação e segurança pública, mas, também, aqueles ligados ao meio ambiente.



Um dos quadros analíticos, dedicados ao tema, tem tecido muitas críticas ao atual modelo de gestão participativa, especificamente no que diz respeito ao protagonismo herdado pelo Estado, não destoando de formatos anteriores, bem como aos espaços de participação da sociedade civil e organizada. Partindo do princípio que a função dessas instâncias participativas se encontrava num dos elementos determinantes da nova política, a saber, democratização do acesso à água, observa-se que os novos órgãos colegiados criados para este fim não conseguem atender ao seu propósito, tendo em vista os resquícios do Estado regulador (MARTINS, 2003). Consoante a isso, uma vez a implantação do atual modelo de política das águas, focou-se na avaliação das lacunas e limitações que afetam a coerência da proposta de alcance dos princípios de participação e descentralização (ABERS; JORGE, 2005; JACOBI, 2006; ABERS, 2010; LEMOS, 2010).

A dinâmica organizacional e a composição dos comitês de bacia contribuíram para que grande parte dos setores impactados pelo acesso à água representasse seus interesses e passasse a ter papel decisório nos processos envolvendo o planejamento das bacias, o que trouxe um caráter diversificado e democrático para estas instituições. Um exemplo disso é que os membros que farão parte do quadro colegiado dos comitês são indicados pelos seus pares em todos os níveis (usuários, sociedade civil organizada e poder público). De forma geral, com a assistência das agências da água, sua dinâmica de funcionamento diz respeito a um processo deci-



sório distinto, em que diversos atores se posicionam e deliberam sobre temas necessários e que devam ser incluídos nos planos das bacias hidrográficas. É através de espaços de negociação e da composição das arenas técnicas e políticas, com discussões em tese democráticas, que esses comitês conseguem distinguir os diversos jogos de interesse relativos aos usos das águas.

Observamos uma intrincada relação entre estrutura de oportunidade política com elementos característicos da institucionalidade do formato de gestão das águas do país. É por meio disso que o quadro representativo nos comitês, em grande medida, é composto por membros de instâncias governamentais, os quais conseguem conduzir ações em torno da política de abastecimento e distribuição de água, a exemplo da construção de cisternas, rede de esgoto sanitário, etc., uma vez que o conjunto de responsabilidades envolto à administração dos recursos hídricos é complexo e extenso, exigindo transdisciplinaridade, viabilidade política e intervenções. O entrave se encontra justamente numa característica muito comum das estruturas institucionais do Estado brasileiro, qual seja, a setorização, que criou, historicamente, uma prática de fragmentação, fenômeno histórico que tem dificultado o alcance de um dos sustentáculos da gestão participativa das bacias hidrográficas, a integração. O resultado é uma gestão das águas ainda embrionária nos quesitos participação, integração e democratização dos processos decisórios, com expressiva dificuldade de negociação entre os próprios setores estratégicos do Estado, dos usuários e da sociedade civil.



A descentralização aparece como uma aliada para se alcançar os objetivos do sistema federativo, atribuindo performances claras para as instituições, com fronteiras entre o papel da União, responsável pela articulação política interestadual, e os demais agentes, exigindo harmonia nas ações em todos os níveis (local, estadual e federal) e articulação entre o que é formulado na esfera federal com os planos, programas e projetos pensados em âmbito regional.

A partir de 1997, os Comitês de Bacias Hidrográficas são compostos, necessariamente, por membros integrados aos órgãos públicos, aos municípios aos quais a referida bacia hidrográfica atinge e aos usuários das águas dotados de interesse em gerir o uso dos recursos hídricos. Num sentido amplo, o objetivo da criação desses comitês gira em torno da descentralização das decisões voltadas para as políticas públicas. De modo específico, realiza o acompanhamento e o levantamento das demandas da população usuária das bacias hidrográficas, bem como há a necessidade de estimular a sociedade civil a participar dessa busca pela resolução dos problemas envolvendo tal conjuntura.

Relativo à institucionalização e à iniciativa das instâncias governamentais, é necessário reconhecer a importância desses organismos, tanto no âmbito nacional como nos governos estaduais e municipais. Nesse formato, a influência dos “promotores de políticas públicas” é mais expressiva na base local em que os conflitos em torno da água acontecem, o que pode levar a um impacto muito maior na promoção dessas políticas públicas. Isso se caracteriza



como um dos subsídios relevantes proposto pelos arranjos políticos que enfatizam as engrenagens dessas instituições que, através de dinâmicas próprias, formatam as políticas públicas e seus modos de efetivação. Dois elementos são somados a essa conjuntura: a institucionalização da problemática ambiental em geral, e dos recursos hídricos em particular, é permeada pela profissionalização e o uso do saber técnico. Estes dois elementos são apresentados como basilares para a conformação do arcabouço governamental e burocrático). Há salutar intenção demonstrada com a descentralização das políticas públicas, contribuindo para a inclusão e permanência da participação popular em processos de políticas públicas, mas esse tipo de participação tropeça em alguns obstáculos.

No quadro das instituições que tratam dos princípios da governabilidade da água, a maioria das análises sobre gestão participativa estabelece uma relação entre os modos de participação nos comitês e as disparidades respectivas às variações de saber técnico/científico no interior dessas instituições. O temor é que esta característica impeça que os instrumentos de participação nesses processos atinjam os princípios de cidadania almejados quando da proposta de descentralização da gestão do meio ambiente. Os espaços sociopolíticos em torno da problemática da água são confrontados sobremaneira por esta hierarquia discursiva, impactando na dinâmica das práticas de participação. Como foi observada no estudo de Nascimento (2014), a dinâmica de funcionamento das reuniões dos comitês de bacias sergipanos demons-



trou claramente que a insistência para que os aspectos técnicos em torno das pautas, com forte uso de terminologias específicas e que demandam expertise para compreendê-las, significou o impedimento (não temos dados suficientes para testar a hipótese sobre até que ponto isto foi utilizado de forma proposital) para a eficiência do modelo de gestão participativa. De forma geral, esse estudo de caso foi conectado a aspectos mais amplos da dinâmica de funcionamento dos comitês com atuação nacional e pôde-se concluir que esta estratégia significou uma espécie de “efeito colateral” nesse processo de descentralização da Política das Águas. Nesse sentido, Abers (2010) identificou que, na governança das águas, o uso da linguagem, o tempo e recepção de falas e os motes apresentados por cada grupo nas arenas públicas escancaram as distinções no jogo de poder político e decisório.

Mesmo que os instrumentos regulatórios e a ampliação das arenas de debate tenham surgido como exemplo de importante avanço no que concerne à proposta de descentralização da gestão das águas, entraves ainda demonstram as incongruências e dificuldades político-institucionais, os quais limitam as possibilidades de dinamizar o formato de participação dos diversos atores sociais. Logo, o “capital cultural” (BOURDIEU, 2007) tem sido uma característica recorrente quando se identificam os condicionantes das assimetrias no quadro dos comitês. Foi o que Abers (2010) identificou ao investigar que os membros de um comitê de bacia acionavam este recurso de formas variadas, o que resultava em possibilidades de negociação



de igual modo distintas. Isso demonstra que o elemento técnico instrumentalizado como “referencial” da política pública (MULLER, 1995; MULLER; SUREL, 2002) é o recurso de domínio nos campos de negociação próprios dos comitês, insistindo em certa hegemonia quando acionado nos espaços sociotécnicos de negociação. Mas, em algumas circunstâncias, há o aperfeiçoamento no arranjo das arenas públicas cuja gestão participativa tem enveredado para outros paradigmas dialógicos, a fim de que essas hierarquias ou segregações do saber sejam mitigadas.

Por outro lado, quando Abers e Jorge (2005) esmiuçaram sobre o papel que os comitês de bacia desempenhariam para o alcance de uma Política das Águas descentralizada, participativa e integrada, identificaram que muitas são as situações que incentivam a criação, consolidação e longevidade desses órgãos colegiados. Nesse sentido, muito mais do que entendermos os elementos que se combinam na manutenção de um comitê de bacia, faz-se trivial para este estudo que saibamos as suas diversas origens. Assim, na empreitada de mapear gêneses, o referido estudo separou em dois grandes grupos: *“os que se formaram a partir de mobilizações locais e os que foram criados principalmente em função de programas ou financiamentos externos à bacia”* (p. 17). A divisão identificou que parte minoritária do quadro diz respeito àqueles parlamentos cuja origem partiu de grupos locais que almejavam sanar os problemas da água no seu entorno e tinham em sua composição representações de organizações não governamentais, associações, univer-



sidades, etc. Tais iniciativas foram denominadas de “ação coletiva local”. Noutra quadro existem aqueles casos erguidos em situações as quais são resultado de uma relação vertical, em que se efetivam através de um programa ou de uma política, como é o caso daqueles em que agências internacionais de desenvolvimento influenciam diretamente na criação.

Os caminhos deste tópico nos levam para o entendimento de que, no jogo político em torno da implantação dessas instâncias colegiadas, os interesses e estímulos muitas vezes desafinados esbarram na diversidade de contextos que envolvem a questão ambiental e hídrica em particular. É interessante notar que mesmo que os retornos financeiros aos comitês não passem de promessas na conjuntura da administração pública, o paradoxo entre o consenso e as possibilidades de adaptação, tanto política quanto técnica, constituiu-se como um elemento característico no campo constituído por condições adequadas para a criação dos comitês de bacia. Somado a isso, ainda paira, nos canais de diálogo político, a problemática sobre as fronteiras e alcances do modelo de gestão participativa, uma vez que a sua incorporação ainda é recente na estrutura político-administrativa brasileira e forma jurídica como foi institucionalizada reduz o seu poder de decisão. Sustentada sobre os princípios da descentralização e da participação, a Política Nacional de Recursos Hídricos ainda não conseguiu atingir plenamente o que está preconizado em suas bases legais. Nesse sentido, a preocupação diz respeito à sua operacionalização e seus fatores



limitativos para o amplo funcionamento da sua base que podem impactar no pleno funcionamento do modelo de gestão acordado em lei e salvaguardado desde a Constituição de 1988.

#### **4. Considerações finais**

Este estudo demonstrou que a instalação dos comitês de bacia consiste no artifício essencial da reforma do Estado e, consequentemente, do modelo de política pública dos recursos hídricos. Como observamos, para sustentar os princípios da nova Política das Águas, os comitês desempenham papel de ampla representação, de modo a integrar Estado, sociedade civil e usuários a partir das atribuições que envolvem (1) criação dos planos de bacia, a partir do estabelecimento das diretrizes e prioridades para a gestão; (2) deliberação sobre estratégias, métodos e estudos sobre preços e demais critérios de cobrança; (3) criação das agências de bacia. Tendo em vista essas atribuições, as instâncias públicas competentes para gerir os recursos hídricos são incumbidas de participarem e darem apoio técnico e político aos comitês, no exercício de divulgação de informações e resultados apontados, bem como anexando as suas deliberações nas ações do poder público, com competências para regular a outorga e fiscalização.

As alternativas apresentadas para um modelo de gestão que primasse pela racionalização do uso da água através de mecanismos políticos mais democráticos demonstram grande parte do viés representativo dos comitês de bacia, princípio este reivindicado



e defendido por grande parte dos idealizadores e defensores do modelo. Todavia, a grande dificuldade no processo de implantação do novo modelo de gerenciamento não foi prevista pelos técnicos, especialistas em políticas públicas e demais empreendedores da proposta, chegando a subestimar os desafios técnicos e operacionais impostos pelos novos formatos de gestão, embora tenha sido avaliada na época. Mais do que isso, não mensuraram na avaliação os diversos desafios sociais e políticos subentendidos ao processo, demonstrando a inabilidade para conectar aspectos político-institucionais com o complexo contexto sociopolítico. A explicação para isto está no fato de que os entraves ou conflitos de natureza política foram entendidos como simples barreiras originárias da falta de conhecimento técnico sobre o tema ou até mesmo de interesse. Nesse sentido, o diagnóstico que temos atualmente é o de que o formato de gestão que tem sido aplicado não consegue suprir as expectativas técnicas, muito menos alcançar os princípios da descentralização, participação e integração, o que pode ser explicado, em certa medida, pela dificuldade de instituir a cobrança pelo uso da água, imprevisão e até omissão dos estados em tratar e operacionalizar outros instrumentos estruturantes de gestão.

O nosso questionamento, também formatado em hipótese, sobre “porque os comitês de bacia demonstram um processo de descentralização incipiente”, pode ser explicado pelo fato destas entidades colegiadas fazerem parte da base da estrutura decisória, mas a sua autoridade e poder de articulação são constantemente postos à



prova ou diminuídos pelos órgãos gestores federais e estaduais, fazendo com que as suas deliberações não sejam reconhecidas pelo Estado. A falta de apoio institucional consistente poderá condenar os comitês à irrelevância. A alternativa que alguns grupos que compõem esses comitês têm utilizado é de afastamento de alguns princípios que regem a aplicação do modelo, uma vez que estes reduziram sobremaneira a capacidade decisória e de autonomia deste "parlamento das águas", o que se faz com a criação de agendas de trabalho específicas, aprofundamento de estudos sobre a dinâmica local e regional cuja finalidade é mitigar conflitos, além de pensar em subsídios para suas atividades. Essas possibilidades abrem espaço para caminhos alternativos cuja finalidade é alcançar o modelo de governança participativa. Nesse aspecto, a gestão descentralizada sustenta-se tendo em vista que os comitês são instâncias de articulação para alcançar esse princípio, por deter parte do poder decisório, mesmo que este esteja subordinado aos conselhos e agências de recursos hídricos.

Por fim, explanamos sobre a gestão participativa em análises que relacionam as ações do Estado com o processo de políticas públicas. Deixamos claro que esse modelo tem mudado os formatos de políticas ambientais e sociais ao longo das últimas décadas através dos comitês de bacias hidrográficas. Não obstante o estudo de Abers e Keck (2017), torna-se trivial por explicar a relação entre a institucionalização da Política Nacional de Recursos com formatos de participação social. Esta prática tem se tornado cada vez mais frequente, como



em processos que envolvem orçamentos participativos, consultas públicas e associações, uma vez que são ações que remetem à aquisição de autonomia e cidadania, mudanças estas que demonstram também aspectos da descentralização do Estado. Consoante a isso, Abers e Jorge (2005), numa narrativa histórica sobre as transformações nas configurações do Estado por meio da promoção de políticas ambientais, agora imerso na inclusão de novos atores, tecem críticas à forma como a política das águas tem sido conduzida no Brasil. Os referidos autores fazem um diagnóstico da ainda pouca institucionalização do sistema de gestão, embora tenha avançado na criação dos novos organismos em nível de bacia.

Com base nas análises referidas acima, termos como autoridade, políticas participativas e fóruns decisórios foram mobilizados para entendermos as “novas ramificações” do Estado, sua capacidade de solucionar problemas através desses novos atores, operacionalizar as decisões tomadas e alcançar impacto no mundo externo. Os interesses compartilhados são reflexos da construção da autoridade naqueles episódios em que atores sociais e estatais comungam da ideia de que os resultados da política pública podem favorecê-los de igual modo, a fim de alcançar seus interesses (ABERS, 2003; ABERS; JORGE, 2005; ABERS; KECK, 2017). Entendemos, então, que em análises futuras é necessário realizar o exercício de abrir mão daquela literatura que se dedica a análise dos fracassos, excessivamente pautada em tomar os processos de criação e execução de políticas públicas a partir de uma lógica racional e unidimen-



sional sem levar em consideração as questões políticas – o que a literatura chama de primeira geração de estudos. Contrário a isso, precisamos nos atentar para o que a segunda geração direciona, ou seja, para as variáveis e elementos que corroboram de algum modo para os resultados da política pública, criando uma espécie de tipologia analítica. Precisamos focar na construção das tipologias e, somente depois, apresentar os elementos para o sucesso ou fracasso, utilizando-nos de uma literatura específica.

### Referências bibliográficas

ABERS, R. N. **Água e política**: atores, instituições e poder nos organismos colegiados de bacia hidrográfica no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.

ABERS, R. N. **Interesses e ideias em políticas participativas**: reflexões a partir dos comitês de bacia hidrográfica e os orçamentos participativos. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 221-256, jan/dez 2003.

ABERS, R. N.; FORMIGA-JOHNSON, R. M.; FRANK, B.; KECK, M. E.; LEMOS, M. C. Inclusão, deliberação e controle: três dimensões de democracia nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XII, n. 1, p. 115-132, jan.-jun. 2009.

ABERS, R. N.; KECK, M. E. **Autoridade prática**: ação criativa e mudança institucional na política das águas do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

ABERS, R. N.; JORGE, K. D. Descentralização da gestão da água: por que os comitês de bacia estão sendo criados? **Revista Ambiente & Sociedade**, v. VIII, n. 2, jul./dez. 2005.



- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. **O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz?** Agência Nacional de Águas. Brasília: SAG, 2011.
- ARRETCHE, M. **Estado federativo e políticas sociais:** determinantes da descentralização. São Paulo: Fapesp, 2000.
- ARRETCHE, M. **Políticas sociais no Brasil:** descentralização em um Estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999.
- BECKER, B. K. Inserção da Amazônia na Geopolítica da Água. *In:* AROGÓN, L. E.; CLÜSENER-GODT, M. (Org.). **Problemática do uso local da água da Amazônia.** Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, PA: NAEA; UNESCO, 2003.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agência Nacional de Águas. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Geo-Brasil: recursos hídricos** – resumo executivo. Brasília: MMA; ANA, 2007.
- CAMPOS, V. N. G.; FRACALANZA, A. P. Governança de águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 365-382, jul./dez. 2010.
- COSTA, F. J. L. **Estratégias de gerenciamento de recursos hídricos no Brasil: áreas de cooperação com o Banco Mundial.** 1. ed. Brasília: Banco Mundial, 2003.
- GOHN, M. da G. Os conselhos municipais e a gestão urbana. *In:* SANTOS Jr., O. A. dos; RIBEIRO, L. C. de Q.; AZEVEDO, S. (org.). **Governança democrática e poder local:** a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 57-90.



JACOBI, P. R. Participação na Gestão Ambiental no Brasil: os comitês de bacias hidrográficas e o desafio de fortalecimento de espaços públicos colegiados. *In*: ALIMONDA, H. (Org.). **Los tormentos de la materia: aportes para una ecología política latinoamericana**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 169-194.

JACOBI, P.; FRACALANZA, A. P. Comitês de bacias hidrográficas no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 11/12, p. 41-49, 2005.

LAVALLE, A. G; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, n. 67, p. 49-104, 2006.

LEMOS, M. C. Informação técnica e gestão participativa de bacias hidrográficas no Brasil. *In*: ABERS, R. N. (org.). **Água e política: atores, instituições e poder nos organismos colegiados de bacia hidrográfica no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 191-209.

MACHADO, C. J. S. **Recursos hídricos e cidadania no Brasil**: limites, alternativas e desafios. *Ambiente & Sociedade*, v. 6, n. 2, jul./dez. 2003.

MARTINS, C. E. A gestão da água em São Paulo: o feito e o a fazer. *In*: **CONGRESSO ESTADUAL DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**, 1., São Pedro, 2001. **Anais [...]**. São Paulo, 2001.

MARTINS, L. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. 265 p.

MARTINS, R. C. **Fronteiras entre desigualdade e diferença na governança das águas**. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. XVIII, n. 1, p. 221-238, jan./mar. 2015.

MARTINS, R. C. Sociologia da governança francesa das águas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23 n. 67, 2008.



MULLER, P. Les Politiques Publiques comme Construction d'un Rapport au Monde. In: FAURE, A.; POLLET, G.; WARIN, P. (dirs.). **La construction du sens dans les politiques publiques, débats autour de la notion de référentiel**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1995.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

NASCIMENTO, M. S. **Problema público, atores e saber técnico no processo de construção do programa 'Águas de Sergipe'**. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

OLIVEIRA, F. de. Uma alternativa democrática ao liberalismo. In: IBASE (org.). **A democracia como proposta**. Rio de Janeiro: Ibase, 1991.

PORTO, M. F. A.; PORTO, R. L. L. Gestão de Bacias Hidrográficas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 43-60, 2008.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

WILLIS, E.; GARMAN, C.C.B.; STEPHAN H. The politics of decentralization in Latin America. **Latin American Research Review**, v. 34, n. 1, p. 7-56, 1999.



# CAPÍTULO 08

## A participação de mulheres no movimento sindical e a divisão sexual do trabalho

Verônica de Barros Santos

### 1. Introdução

Este texto apresenta algumas reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado que investigou a participação de mulheres em sindicatos da categoria dos técnico-administrativos em educação que atuam nas universidades públicas brasileiras. A pesquisa teve como objetivo apreender as condições de acesso e de permanência de mulheres no movimento sindical, considerando que a representação nos sindicatos, assim como nos partidos políticos, foi tradicionalmente dominada pelos homens.

Após um grande período histórico de ausência das mulheres como protagonistas dos espaços públicos, o período que corresponde à segunda metade do século XX e o século XXI tem sido marcado pela luta das mulheres contra a opressão masculina e pela apropriação dos processos de transformação social como os espaços políticos. Mas a conquista de espaços de representação política também revela a complexidade das relações de gênero. Sendo assim, importa compreender as condições de possibilidades de transformação dos cenários de ausência para uma forte presença das mulheres e os paradoxos em torno desse processo de mudanças.



A participação de mulheres nos espaços de representação é apresentada por movimentos de mulheres e estudiosos políticos e sociais como um dos desafios para o fortalecimento e a consolidação da democracia (BIROLI, 2016). Há uma vasta bibliografia internacional e nacional que explora o tema da representação política das mulheres e aponta os paradoxos e desafios em torno da questão. Neste texto, discutiremos dois desses paradoxos que se destacaram na pesquisa de mestrado que fundamentou a presente discussão, são eles: mencionaremos a sub-representação numérica para reforçar a necessidade de políticas públicas mais abrangentes, que possa ir além da criação de cotas e da determinação da paridade representativa; e abordaremos a divisão sexual do trabalho sindical para evidenciar a persistente desigualdade de gênero em espaços de representação política.

As desigualdades de gênero na política podem ser evidenciadas pela baixa participação em mandatos eletivos, pelas dificuldades para acessar cargos de maior hierarquia nas instâncias de poder e pela pouca notoriedade aos debates sobre a condição das mulheres na sociedade. Como tentativa de reversão desse quadro, o movimento feminista e os segmentos da sociedade liderados por mulheres, apoiaram-se em reivindicações por ações afirmativas de promoção da participação da mulher na política, que geralmente são implantadas na forma de cotas e da paridade representativa (PRÁ, 2013).

No Brasil, a Lei Eleitoral Nº 9.504 de 30 de setembro de 1997 (BRASIL, 1997) estabeleceu regras para o preenchimento das candidaturas,



levando em consideração a questão das desigualdades de gênero. Essa lei foi alterada pela Lei Nº 12.034, de 29 de setembro de 2009 (BRASIL, 2009), que obriga os partidos e as coligações a preencherem as listas com no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas do mesmo sexo. No entanto, as experiências demonstram que garantir o acesso aos espaços políticos não garante às mulheres uma representação efetiva e condições de equidade na atuação.

As ações afirmativas não vão muito além da instituição das cotas de gênero, da paridade de gênero e das propagandas partidárias, convocando as mulheres à filiação e à candidatura para mandatos eletivos. Ademais, nem sempre as leis são cumpridas pelos partidos políticos e pelas coligações e ainda são fraudadas com candidaturas femininas laranjas<sup>62</sup>, que servem de mecanismos para financiar campanhas de candidatos homens.

Apesar da consolidação das ações afirmativas e da ampliação do debate sobre a participação das mulheres na política, a competitividade das candidaturas femininas não depende somente de dispositivos legais, mas também das transformações culturais sobre o papel da mulher na sociedade e da sua representação como líderes. As ações afirmativas têm sido repensadas e realinhadas no sentido

---

<sup>62</sup> As pesquisadoras Malu Gatto, da University College London e Kristin Wyllie, da James Madison University, realizaram pesquisa sobre o uso de candidaturas laranjas de mulheres para burlar a lei de cotas femininas e a decisão do Tribunal Superior Eleitoral no Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47446723>.



de sanar problemas que ainda impedem o acesso de mais mulheres na política, mas pouco tem sido feito para que as desigualdades de gênero sob diferentes formatos deixem de existir.

Uma das formas de perpetuação das desigualdades de gênero consiste na diferença dos lugares ocupados por homens e por mulheres no exercício da representação. Mesmo quando elas alcançam os espaços políticos, nem sempre ocupam os níveis de maior hierarquia. Para Biroli (2016, p. 719), este fenômeno se constitui na divisão sexual do trabalho político e evidencia as relações de poder nos sistemas de representação.

Quando se trata de mandatos eletivos do sistema político brasileiro, os obstáculos para as candidaturas de mulheres ocorrem no nível estrutural do próprio sistema, como o financiamento das campanhas, as disputas intrapartidárias para escolha de candidatos e na própria gramática política masculina construída na ausência histórica das mulheres. No nível cultural, esses obstáculos consistem nas condições sociais e individuais das mulheres para se inserirem na política, tais condições são marcadas pelas restrições da sua presença na vida pública.

As desigualdades de gênero, na representação sindical, guardam semelhanças com as desigualdades de gênero na representação partidária. Os homens ainda dominam esse campo. As mulheres são convocadas a participar, todavia, quando se engajam politicamente encontram dificuldades para as suas atuações, que são



próprias do sistema de opressão de gênero que historicamente faz parte da cultura política.

Na pesquisa realizada no âmbito sindical, encontramos homens exercendo as funções do topo da estrutura, além daquelas mais voltadas às questões da racionalidade, da objetividade e do controle. Em contrapartida, as mulheres ocupam posições de menor hierarquia e aquelas voltadas às tarefas que estão mais relacionadas aos sentimentos e aos cuidados, ou seja, mais próximas das funções sociais que geralmente são exercidas por elas cotidianamente, como os cuidados do lar e da família.

A pesquisa evidenciou que há uma reprodução da divisão social e sexual do trabalho na representação sindical, mas que essa reprodução não é automática. Há um mecanismo de exclusão/inclusão em que, se por um lado a tendência na ocupação das cadeiras assemelha-se a uma exclusão das mulheres dos espaços burocráticos e administrativos provocada pela ocupação dos homens, por outro, percebemos uma busca das próprias mulheres pela ocupação de espaços que já lhes são familiares em outros contextos sociais.

Dessa forma, percebemos que alguns mecanismos foram criados para que as mulheres acessem os espaços políticos, porém, esse acesso ocorre em condições de desigualdades e, ao acessarem, deparam-se com um sistema de exclusão com base no gênero. Compreender como esse sistema de exclusão/inclusão se processa contribui para reflexão sobre os paradoxos presentes na represen-



tação política das mulheres e oferece algumas chaves para proposição de políticas públicas voltadas para a solução do problema.

A pesquisa envolveu todos os sindicatos filiados ao órgão nacional de representação da categoria dos Técnico-administrativos em Educação, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições do Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA). Para compreender como as desigualdades de gênero se processam no nível das relações sociais, selecionamos o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação da Universidade Federal de Sergipe (SINTUFS).

## **2. Condições de participação das mulheres nos sindicatos**

A reflexão sobre as condições de acesso e de permanência das mulheres no movimento sindical contribui para pensar sobre as possibilidades da participação de mulheres em espaços de poder tradicionalmente dominados pelos homens. A abertura dos espaços políticos às mulheres é reflexo de mudanças contextuais e, mais do que isso, de mudança de um paradigma que se centra na representação de papéis sociais, definida por um sistema de diferenciação de gênero que reflete na ocupação dos espaços públicos e privados.

A presença das mulheres no mercado de trabalho e nos sindicatos é resultado do contexto de mudanças culturais e estruturais da sociedade (ALEXANDER, 1998, p. 26) e guarda relação com o desenvolvimento do capitalismo que ampliou a inserção das mulheres nas



atividades produtivas (BIROLI, 2016). Esse contexto de mudanças é marcado pelo crescimento dos percentuais de mulheres no mercado de trabalho formal e pelas influências do movimento feminista com a inserção de pautas consideradas próprias do movimento nas agendas sindicais.

Em meio às transformações econômicas e sociais brasileiras do início do século XX, o sindicalismo brasileiro também se transformou e ampliou as suas pautas e a sua capacidade de influenciar nas relações econômicas e políticas. O período entre os anos de 1930 a 1970 compreende a criação e a expansão dos sindicatos no Brasil. A ampliação do mercado de trabalho apoiado no núcleo moderno dos empregos possibilitou aos sindicatos aumentar suas bases de representação e de interesses (POCHMANN, 2005, p. 166). Os anos de 1980 representaram o auge do sindicalismo brasileiro, denominado de novo sindicalismo.

Nessa década há uma ascensão de diversos movimentos sociais organizados em torno de diferentes bandeiras e causas, além de serem compostos por diferentes atores. A emergência desses movimentos no cenário internacional das últimas décadas do Século XX é representada pela “luta por reconhecimento” (FRASER, 2006, p. 231) que se constituiu como uma temática que ampliou as reivindicações dos movimentos sociais. Essas novas configurações nas lutas sociais foram desdobramentos das mudanças estruturais nas sociedades capitalistas ocidentais, em que como destaques estão os movimentos das mulheres, dos ambientalistas, dos estudantes, e pela paz (GONH, 1997, p. 82).



O mesmo período em que o movimento sindical brasileiro passa por transformações no seu próprio modo de organização, o movimento feminista ganha destaque nos ciclos culturais, acadêmicos e nos movimentos de rua. Estas coincidências contextuais podem explicar, também, um maior interesse das mulheres na participação política. Delgado (1996), em sua dissertação sobre a organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores (CUT), descreve a inserção das mulheres no movimento sindical brasileiro como desdobramento de três processos que se entrecruzaram: a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho; o movimento de mulheres e o feminismo; e o novo sindicalismo.

Podemos dizer, então, que diante do fértil contexto histórico de transformações sociais, a entrada da mulher no movimento sindical e a emergência de um novo sindicalismo são partes de um mesmo processo, em que um exerceu influência sobre o outro. O estreitamento da relação entre sindicalismo e feminismo se deu no terreno da renovação das práticas sindicais, e na emergência dos discursos públicos das mulheres através do movimento feminista e de grupos de mulheres (DELGADO, 1996, p. 38).

Prá e Cheron (2014, p. 59) destacam a abertura democrática e o contexto de mudanças culturais na difusão das ideias sobre os direitos sociais que circulavam internacionalmente. As concepções de igualdade de gênero difundidas pelo movimento feminista estavam incorporadas a essas ideias e trouxe as questões da vida privada para o debate público e a defesa da participação



da mulher nas esferas sociais de poder e decisão. Nesse contexto, houve uma grande inserção de mulheres no mercado de trabalho brasileiro e nos sindicatos de trabalhadores.

A “invasão” das mulheres à esfera pública as colocou diante do desafio de transformação e adaptação às estruturas postas. A vida pública construída pelos homens tem um modelo masculino de funcionamento e as estruturas de gênero que a compõem são difíceis de serem transpostas. Desse modo, não é difícil imaginar que as mulheres ao se inserirem nesses espaços busquem realizar atividades mais próximas daquelas que estão habituadas e não se arrisquem muito se contrapondo ao sistema.

Contudo, se assim fosse, se as mulheres estivessem dispostas apenas à adaptação quanto às transformações estruturais, a ascensão do movimento feminista no século XX não teria ocorrido. De fato, a presença das mulheres culminou em transformações dos espaços públicos, desde as mais substanciáveis, como diminuição das taxas de natalidade (CUNHA; VASCONCELOS, 2016) como as mais ordinárias, como construção de um banheiro feminino próximo ao plenário do Supremo Tribunal Federal do Brasil<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> Quando a primeira mulher foi nomeada ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil, em 2000, não havia banheiro feminino próximo ao plenário, demonstrando que aquele era um espaço historicamente masculino. Disponível em: <https://epoca.globo.com/primeira-ministra-do-stf-foi-criticada-por-ambicao-profissional-23507638>



Mas há questões que precisam ser consideradas ao analisar o acesso das mulheres às instâncias de poder, de modo a considerar que esse acesso não acontece de forma igualitária para todas as mulheres. As trajetórias daquelas que acessam esses espaços demonstram uma série de recursos que tornou possível a sua inserção, tais como a sua origem social, a sua formação e os vínculos pessoais e profissionais estabelecidos.

No movimento sindical, a origem social, a formação e os vínculos pessoais e profissionais mostraram-se fundamentais para o acesso das mulheres aos espaços de poder. A maioria pertence a uma camada da sociedade que, em um sistema de classes, pode ser considerada como classe média. A maioria também teve acesso ao nível superior e os vínculos anteriores com militantes mais antigos no movimento, sendo a maioria homens, favoreceu a entrada no sindicato. Os vínculos e as redes sociais são úteis para analisar os mecanismos de recrutamento militante (MACADAM; PAULSEN, 1993) e para desvelar a configuração das relações pessoais estabelecidas nos ambientes sociais como o da militância sindical.

Além dos vínculos estabelecidos na militância sindical, a disposição de um certo capital político sindical, ou seja, o domínio de uma série de práticas e saberes próprios do universo (Bourdieu, 2001) também contribui para o acesso. No entanto, nesse último requisito, as mulheres estavam em desvantagens, pois a maioria delas não possuíam experiências anteriores em sindicatos, em



outros movimentos sociais ou no campo político partidário. Por outro lado, elas mobilizaram os seus saberes profissionais como forma de contribuir na atuação sindical.

A influência da presença das mulheres no sindicato pode ser identificada em atas das reuniões sindicais, cujos temas que antes não faziam parte das discussões passam a ser registrados. Passou-se a discutir sobre implantação de creches nos locais de trabalho e de espaços reservados para as crianças nas atividades sindicais, como congressos, encontros, assembleias, com o objetivo de possibilitar às mulheres levar os filhos e participar. Outras pautas começaram a ser inseridas nas agendas sindicais, como discussões sobre assédio sexual, homofobia, paridade de gênero nas direções e coordenações sindicais.

A presença das mulheres também influenciou as relações pessoais nos sindicatos, visto que elas passaram a se afirmar como representantes, exigindo, por exemplo, que não fossem mais silenciadas ao proferirem as suas falas e nem deixadas de lado na hora de tomar as decisões consideradas mais sérias. Em alguns relatos, elas afirmavam que não estavam naquele lugar somente para ser um número a mais, mas para participar de todas as ações e decisões (SANTOS, 2018).

A partir dos itinerários das militantes, podemos apreender as condições da entrada delas na direção sindical, como algumas acessaram os postos de maior hierarquia e como se explica a constituição das carreiras militantes iniciadas no sindicato, pois, em alguns casos, a experiência no sindicato serviu como ponto de



partida para militância em outras causas, inclusive em partidos políticos. Além dessas informações, o perfil social dessas mulheres informa sobre a formação e as experiências profissionais que acabam convergindo para a atuação sindical.

Contudo, a crescente presença não significa a participação efetiva, tendo em vista que nem sempre as mulheres são as protagonistas das ações políticas. O preenchimento de cotas nos sindicatos também apresenta as contradições das cotas partidárias para mulheres. Mesmo acessando os postos de liderança, nem sempre as mulheres são as verdadeiras líderes. Muitas vezes, os homens que estão há mais tempo no sindicato adotam o critério de antiguidade para se legitimar como líderes perante os demais (SANTOS, 2018).

As mulheres que participaram da pesquisa mencionaram diversos episódios de constrangimentos, inclusive de assédio sexual. Esses fatos apontam para importância de observar como os mecanismos de opressão de gênero operam ao nível das relações sociais, no interior do movimento sindical. E, ainda, reforça a ideia de que as relações sociais são dimensões em que as estruturas de poder e de dominação se concretizam (FOUCAULT, 1979) e permitem a perpetuação dos sistemas de opressão.

Apesar das evidências de desigualdades de gênero no exercício da militância sindical, percebemos que a presença das mulheres nos sindicatos influenciou em mais abertura de espaços para que mais mulheres se engajem. A realização de campanhas de recrutamento



de mulheres para o sindicato se intensificou na medida em que elas assumiram os espaços de liderança. Foram criadas coordenações voltadas às questões de gênero e das mulheres, que tinham como uma das atribuições promover a maior inserção das mulheres no movimento sindical. Geralmente essas ações são realizadas por meio de seminários, congressos, mesas de debate, cujos principais temas abordados são as relações de gênero na política, as relações de gênero no trabalho, a participação política da mulher e a participação da mulher nos sindicatos.

Como forma de demonstrar a atuação da entidade, no cenário nacional, sobre as questões das mulheres e desigualdades de gênero, destacamos algumas atividades encontradas no Memorial dos 30 anos da FASUBRA<sup>64</sup>, publicado em 2009. No dia 9 de novembro de 1995, foi realizada a Segunda Reunião de Mulheres da FASUBRA com a temática de gênero e com recorte específico sobre a mulher trabalhadora, que teve como finalidade organizar grupos de discussão sobre o tema. No dia 26 de agosto de 2003, a Federação participou da Marcha das Margaridas, promovendo uma integração nacional feminina desses sindicatos com mulheres das entidades de base de todo o país. De 17 a 19 de julho de 2009, representantes da Federação participaram do seminário promovido pela Internacional de Serviços Públicos - ISP, que teve como objetivo fazer um levantamento das barreiras sociais, culturais, religiosas

---

<sup>64</sup> Memorial 30 anos – linha do tempo. Disponível em: [http://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2016/10/revista\\_fasubra.pdf](http://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2016/10/revista_fasubra.pdf).



e políticas enfrentadas pelas mulheres, bem como as dificuldades que acabam refletindo em menor remuneração salarial em relação aos homens que estão nas mesmas condições.

Além disso, mapeamos no site e em documentos da Federação ações mais específicas quanto às questões das mulheres e à questão do gênero. Algumas fazem parte do cronograma oficial das atividades, inclusive previstas no estatuto<sup>65</sup>, por exemplo, o Seminário da Mulher Trabalhadora, a Reunião de Mulheres da FASUBRA e o Seminário LGBT da FASUBRA. A existência de dispositivos normativos que recomendam a promoção de ações para incentivar a participação feminina nos sindicatos e a realização de atividades voltadas a esse fim ampliam o debate sobre as questões de gênero e da mulher, assim como podem colaborar para um maior engajamento das mulheres na militância sindical.

A descrição das ações acima reforça a ideia de que a presença das mulheres nos ambientes políticos influencia na abertura desses espaços para elas e na atenção a temas relacionados às próprias mulheres. Entretanto, para que elas acessem esses espaços é preciso que o interesse seja despertado. São muitas as barreiras que impedem o desenvolvimento de interesse das mulheres pela causa política e trabalhista, dificultando o engajamento.

Com base nos dados extraídos nos discursos das participantes e nas observações, as relações afetivas aparecem como uma barreira ao

---

<sup>65</sup> Disponível em: [http://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Registro-do-ESTATUTO-FASUBRA-ALTERADO-EM-MAIO-2018\\_reduce.pdf](http://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Registro-do-ESTATUTO-FASUBRA-ALTERADO-EM-MAIO-2018_reduce.pdf).



envolvimento político. Muitas mulheres da amostra são solteiras e afirmaram não ter relacionamentos e não ter filhos, sendo essa condição facilitadora da sua participação. Complementaram que as “companheiras” que são casadas e têm filhos, mesmo sendo engajadas, enfrentam dificuldades para participar e precisam gerir suas relações afetivas muito mais que os homens (SANTOS, 2018). Esse é um exemplo de barreira para participação política feminina encontrada na amostra da pesquisa, mas que sabemos que não se restringe somente a esse grupo.

Apesar dos avanços sociais e culturais relacionados às configurações da instituição familiar e ao papel da mulher, na maioria das sociedades as obrigações com o lar e com a família continuam sendo assumidas majoritariamente pelas mulheres. Por esse motivo, o envolvimento em causas políticas é muito difícil para algumas. Entre as mulheres que participaram do estudo, algumas afirmaram nunca ter participado de atividades fora da base sindical por impedimentos de cunho pessoal. Mesmo algumas que participaram, estas afirmaram ter que administrar situações pessoais com companheiros e familiares em virtude disso.

As sindicalistas lembraram que as obrigações do trabalho associadas às obrigações familiares dificultam uma atuação mais efetiva. Essas dificuldades são alguns dos motivos que levam as mulheres a assumirem funções, no sindicato, que não sejam muito centrais, que tenham menos responsabilidades, atribuições e exijam pouco do seu tempo (SANTOS, 2018).



## 2.1 A escolarização como condição da participação das mulheres no sindicato

A pesquisa mostrou que as mulheres mobilizam experiências e saberes de outras esferas sociais com o objetivo de constituir um capital político e contribuir na atuação sindical. A formação e o trabalho são as funções sociais mais mobilizadas pelas mulheres. Muitas delas possuem graduação em Serviço Social, Administração, Contabilidade, Direito, Enfermagem e cursos técnicos na área da saúde. Os saberes e experiências da sua formação e atuação profissional possibilitam que elas se envolvam com as questões sindicais que tenham alguma relação com esses saberes. Assim, há uma conexão entre a formação e o exercício das atividades sindicais. As experiências e os conhecimentos adquiridos a partir dessas outras funções são meios para o engajamento militante. Estes meios são recursos sociais acumulados no curso das trajetórias que podem ser reconvertidos e ativados em outros espaços (PETRARCA, 2008, p. 42).

No grupo das mulheres que fizeram parte da direção do SINTUFS, apenas uma delas não concluiu curso de graduação, ou seja, as mulheres do sindicato possuem alto grau de escolaridade, apesar de a categoria estar constituída em sua maioria por cargos de nível fundamental e médio. Este dado chama a atenção e é útil para pensar a escolarização como um condicionante da participação feminina na militância sindical, do mesmo modo que esse é um recurso também utilizado na militância política (CORADINI, 2002).



Poderíamos formar um argumento mais completo, se tivéssemos informações também sobre o grau de escolarização dos homens que participam do movimento. Digamos que, se esta informação estivesse disponível a nós e percebêssemos que não há diferenças entre a escolarização dos homens e das mulheres, ainda assim teríamos que examinar se ambos fazem o mesmo uso desse recurso na participação sindical. O que a presente análise mostra é que a formação escolar e o título acadêmico são determinantes para a participação das mulheres no movimento sindical.

Ainda que a relação entre a formação profissional e o lugar ocupado no sindicato pelas mulheres não ocorra em todas as situações, por exemplo, que aquela que for formada em Direito se responsabilizará, exclusivamente, pelas questões jurídicas, e do mesmo modo, com as outras profissões, ao observarmos a atuação sindical e a organização das atividades concluímos que escolarização e o título acadêmico são condicionantes do envolvimento dessas mulheres no sindicato. Ademais, as mulheres que ingressaram na categoria nos últimos concursos públicos realizados, entre 2004 e 2014, possuem um grau de escolarização mais elevado do que as mulheres que ingressaram em seleções anteriores, de forma que o envolvimento com o sindicato cresceu nesse mesmo período.

Os argumentos acima nos colocam diante de uma problemática muito comum quando se trata da ascensão de mulheres aos postos de liderança, que diz respeito à exigência de habilidades e à necessidade de apresentar mais elementos que comprovem a sua capacidade para estar



em determinado espaço, principalmente naqueles onde os homens tiveram ou ainda têm o domínio. As mesmas exigências não são feitas aos homens, como se a esfera pública fosse o seu lugar natural.

A categoria profissional dos técnico-administrativos em educação é constituída por cargos com baixa, média e alta exigência de escolarização, sendo essa exigência o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior. Nos últimos concursos públicos para a categoria, há pouca disponibilidade de cargos de nível fundamental. A demanda por profissionais mais capacitados para preenchimento dos quadros administrativos, nas instituições de ensino superior brasileiras, tem crescido e por essa razão os concursos públicos têm priorizado cargos de nível médio e superior. Além disso, os serviços antes destinados aos cargos de nível fundamental têm sido executados por trabalhadores terceirizados, por exemplo, os serviços de limpeza, manutenção e segurança.

Percebemos que a categoria profissional, objeto desse estudo, tem passado por um processo de transformação em termos da sua ampliação quantitativa e no grau de escolaridade exigido. Essas mudanças podem ter influenciado na atuação profissional, fazendo com que os trabalhadores se conscientizassem mais dos seus direitos e buscassem a organização por meio do sindicato. A conquista do espaço sindical pelas mulheres também pode ser vista com elemento dessa conscientização. O fato de mais mulheres cada vez mais escolarizadas ingressarem nas universidades públicas como técnica-administrativas, de alguma forma, possibilitou o ingresso delas nos sindicatos.



## 2.2 Divisão Sexual do Trabalho Sindical

Para compreender como se configura a divisão sexual do trabalho sindical, analisamos a composição dos quadros representativos do sindicato, levando em consideração o número de mulheres e os espaços ocupados por elas. A análise expôs forte presença das mulheres, mas ao mesmo tempo a predominância da dominação dos homens nos espaços de maior hierarquia, que são a presidência e a coordenação geral dos sindicatos.

Adotamos a noção de divisão sexual do trabalho, apresentada por Hirata e Kergoat (2007), que ajuda a interpretar os espaços ocupados pelas mulheres e as funções desempenhadas por elas no exercício da representação política, em analogia às funções sociais classificadas historicamente como femininas. Com base nessa leitura, buscamos entender se a ocupação desses lugares pelas mulheres se estabelece por meio da atribuição do papel a elas imposta, pela identificação das próprias mulheres com as funções, uma vez que não são distantes do que elas já fazem em outras esferas da vida, ou se são espaços vagos, pelo fato de os homens não se interessarem pelos assuntos.

As respostas às questões colocadas acima resultaram das entrevistas feitas com as sindicalistas e das observações contínuas das atividades sindicais como reuniões, assembleias e atos políticos. Dessa forma, foi possível concluir que há uma combinação desses três fatores para a conformação dos quadros representativos no sindicato, que se configuram em desigualdades de gênero



e outras formas de desigualdades, como racial e etária. Mas essas outras formas de desigualdades não foram enfoques da pesquisa, portanto, não discutiremos a respeito.

Expusemos anteriormente que um dos sindicatos filiados à Federação foi selecionado para que fosse possível uma análise mais específica da diferenciação de gênero no movimento sindical. Desse modo, analisamos atas e fichas de cadastro para levantar o histórico de formação desse sindicato, a fim de entendermos a sua constituição e a participação das mulheres nesse processo. Durante esse percurso histórico, o sindicato teve vinte e uma gestões. Sendo a primeira uma junta governativa, dezanove sob a forma de diretoria, em que o cargo máximo é o de presidente, e uma sob a forma de coordenação colegiada, tendo como cargo máximo a coordenação geral. No ato de mudança do modelo de direção para coordenação, em janeiro de 2016, foi instituída a gestão paritária entre homens e mulheres, passando a ser obrigatória a composição dos quadros de forma igualitária.

No quadro de representação do dirigente máximo da instituição, desde a constituição até o ano 2016, encontramos o nome de quatro mulheres, sendo uma presidenta por dois mandatos, duas vice-presidentas por um mandato e uma coordenadora geral. Esse dado direcionou o estudo para a análise das trajetórias dessas mulheres, ao percebermos que era importante saber quem são elas e as condições de possibilidades que concorreram para o ingresso na liderança sindical.



A análise das trajetórias das mulheres teve como objetivo, ainda, compreender os seus percursos e como foram constituídas as suas carreiras militantes. A noção de carreira foi adotada, tendo em vista que no estudo do militantismo esta foi uma maneira encontrada para investigar “os processos de socialização que conduzem à participação em organizações e mobilizações coletivas” (OLIVEIRA, 2010, p. 53). Seguindo essa linha de pensamento, procuramos apreender os processos e condições de possibilidades do engajamento dessas mulheres, em um espaço que sempre foi dominado pelos homens, e a constituição de carreiras militantes nesses espaços.

Encontramos registros com nomes de algumas mulheres desde o surgimento da instituição sindical. Contudo, esses registros não demonstram a participação efetiva das mulheres, pois as atas e os documentos sugerem ou podem induzir à conclusão de que a função da maioria era de secretária, uma vez que eram mulheres que lavravam esses documentos. Não temos como confirmar que os postos que as mulheres ocupavam eram os da secretaria e atividades afins, pois não conseguimos encontrar alguns documentos mais antigos, e outros já não estavam em bom estado de conservação. No entanto, a partir dos registros das atividades contidas nas atas, identificamos que as funções que elas cumpriam, de fato, eram geralmente as da secretaria.

Em 2005, uma mulher fez parte da direção do sindicato em uma posição mais estratégica, ou seja, uma posição de comando, a da vice-presidência. Em seguida, essa mesma militante passa a ocupar o



cargo de presidenta por dois mandatos seguidos, ficando na direção do sindicato de 2005 a 2014. No ano de 2014 a gestão sindical passou a ter um número mais expressivo de mulheres, a nova direção foi formada por cinco homens e quatro mulheres; já a presidência foi ocupada por um homem e a vice-presidência por uma mulher.

Constatamos nos registros de atividades sindicais que as mulheres que atuaram nessa direção foram bastante participativas. A direção era dividida em oito diretorias que tratavam de assuntos diversos, a saber, questões jurídicas, administrativas, políticas sociais, esporte e lazer, aposentadoria, formação política e sindical. Mas, durante a gestão, o sindicato se concentrou mais nas questões trabalhistas. Algumas mulheres consideraram que a sua atuação foi prejudicada nesse período, pois todos tiveram que voltar a atenção para os problemas mais urgentes das relações de trabalho e da política nacional.

Embora a atuação do sindicato acontecesse na integração das diretorias, as mulheres deixaram claro que nos momentos de tomada de decisão havia muita tensão entre os membros da direção, principalmente entre homens e mulheres. Segundo as entrevistadas, elas não conseguiam impor as suas opiniões tanto quanto os homens. Assim, percebemos que as mulheres são convocadas à participação, mas encontram barreiras no exercício sindical, principalmente aquelas oriundas de uma cultura opressora de gênero.

Em 2016, foi eleita a primeira coordenação colegiada, composta de vinte membros, onze homens e nove mulheres. Essa formação



procurou seguir a alteração estatutária do SINTUFS, feita no congresso do sindicato realizado no ano de 2016. A alteração trata da composição da coordenação paritária em termos de gênero. As entrevistadas afirmaram que o grupo que se organizou para compor a chapa e concorrer à eleição procurou cumprir a recomendação sobre a paridade, mas encontrou como barreira a falta de mulheres interessadas em participar da eleição para o sindicato. Esse fato não é incomum nos contextos políticos de representação, inclusive é uma das dificuldades encontradas pelos partidos para preencherem as suas listas de candidatos e cumprir as determinações legais.

Mais do que um mero impasse no campo político, as desigualdades de gênero nos espaços de representação refletem uma questão social mais complexa, a qual envolve a democratização dos espaços de representação e as barreiras culturais que ainda dividem os papéis sociais com base no marcador de gênero. Portanto, o mundo da política é permeado por mecanismos de regulação que acabam perpetuando determinadas práticas e fazendo com que esse espaço continue sendo um espaço dos homens.

Norris e Lovenduski (1993) explicam que o jogo político é formado por dois lados, o da oferta, em que estão os indivíduos que são os candidatos, e o da demanda, em que estão os partidos políticos. Esse jogo envolve a origem social, as motivações, os recursos, o grupo dos elegíveis, as regras de recrutamento e o *staff* dos partidos. Portanto, a entrada na disputa por um espaço de representação



política é permeada por mecanismos de regulação próprios deste campo, os quais representam barreiras para o acesso de muitos grupos minoritários. A desigualdade de gênero é mais um elemento que, inserido neste conjunto, influencia as oportunidades de participação. Isso nos coloca diante de uma problemática frequente no mundo da política e nos leva a pensar sobre questões culturais e sociais que continuam a afastar as mulheres da política.

Um número alto de mulheres participando do sindicato demonstra em primeira análise que este é um espaço democrático, onde é possível a construção de uma carreira militante promissora. No entanto, a pesquisa demonstrou que elas enfrentam muitas dificuldades tanto para acessar os postos de liderança, como para serem reconhecidas como líderes sindicais pelos seus representados e pelos seus pares.

Quando o posto de maior hierarquia do sindicato passou a ser uma coordenação paritária de gênero, a mulher que assumiu essa função relatou que inúmeras vezes a sua presença foi ignorada em momentos do exercício sindical e as pessoas sempre se reportavam ao seu colega homem, ainda que, os dois, estatutariamente, tivessem o mesmo poder de decisão.

Tanto o levantamento dos quadros de representação da categoria, quanto os relatos feitos pelas mulheres líderes sindicais, demonstraram fortes desigualdades de gênero na militância sindical. As diferenças nos espaços ocupados por homens e por mulheres



foi o elemento mais significativo dessas desigualdades, uma vez que remete a uma problemática antiga das lutas das mulheres, a divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho sindical consiste na ocupação dos cargos de maior hierarquia pelos homens e na atuação como líderes, mesmo quando há mulheres em cargos da mesma hierarquia, e na ocupação dos cargos com base na divisão de papéis de gênero. Encontramos uma realidade em que os homens ocupam as pastas voltadas para os assuntos mais burocráticos, como o financeiro, o jurídico, o administrativo. Em contrapartida, encontramos as mulheres ocupando pastas que têm como tema os cuidados, por exemplo, assistência social, aposentadoria e terceira idade. São as mulheres, também, que promovem as atividades voltadas para discussões sobre desigualdades de gênero e etária, racismo e homofobia.

Desse modo, há um padrão na ocupação dos espaços políticos notadamente organizados pela divisão de papéis de gênero. Esse padrão demonstra que as mulheres ocupam espaços que não interessam aos homens, ou seja, que ficam disponíveis para elas. Contudo, essa questão não é tão simples. Se por um lado a tendência na ocupação dos espaços assemelha-se a uma exclusão das mulheres dos assuntos burocráticos e administrativos provocada pela ocupação dos homens, por outro, percebemos uma busca das próprias mulheres pela ocupação de espaços que já lhes são familiares em outros contextos sociais. Há uma via de mão dupla



de exclusão e inclusão, uma vez que as mulheres que procuraram ocupar cadeiras no contexto burocrático-administrativo, de alguma forma, também encontraram espaço, apesar de serem essas temáticas as de preferência dos homens e as mais disputadas.

Essa relação de exclusão/inclusão não significa que as mulheres não exerçam agência nesse processo. Os relatos mostram que elas têm consciência de que há espaços mais fechados para elas, como as direções e coordenações gerais e que há espaços que os homens não querem ocupar e ficam disponíveis para as mulheres. Uma forma de enfrentar esse problema foi a alteração nos estatutos das instituições, implantando a paridade representativa de gênero.

### **3. Conclusão**

A entrada das mulheres nos sindicatos tem relação com as transformações sociais, que remetam aos papéis da mulher na sociedade, bem como com as transformações no mundo do trabalho e dos movimentos sociais. Assim, as condições culturais e estruturais para participação política das mulheres são resultados de uma série de mudanças, muitas delas conquistadas pelos movimentos feministas e das mulheres.

Neste texto, buscamos refletir sobre as condições de acesso e permanência das mulheres no movimento sindical. Em primeiro lugar, reconhecemos que há tensionamentos que resultam na convocação das mulheres à participação sindical, no entanto,



percebemos que uma vez inseridas, algumas barreiras dificultam a construção de uma carreira militante em consonância com a carreira dos militantes homens.

Com isso, destacamos nessa pesquisa dois indicadores das desigualdades de gênero na representação política: em termos numéricos, marcado pela diferença entre o número de homens e de mulheres representantes, e em termos de posições assumidas nos quadros de representação, tanto do ponto de vista da hierarquia dos espaços ocupados, quanto das temáticas assumidas por homens e por mulheres. Sendo assim, por mais que os números cresçam, a sub-representação não deixa de existir, pois as mulheres encontram inúmeros desafios no exercício da representação.

Além da desvantagem numérica, destacamos como um dos fatores de desigualdade de gênero, a definição de espaços e de assuntos como sendo de interesse natural das mulheres, por exemplo: os assuntos sobre família, assistência social, saúde, educação, ou seja, temas que se referem aos cuidados. Esses dois fenômenos da sub-representação são encontrados nos sindicatos pesquisados, visto que se de um lado há o crescimento na participação de mulheres, de outro, há a conservação da divisão sexual dos papéis sociais na representação sindical.

Apesar de pesquisas como a da *Inter-Parliamentary Union*<sup>66</sup> demonstrar crescimento no número de mulheres representantes políticas

---

<sup>66</sup> Disponível em: <https://www.ipu.org/>



em várias partes do mundo, as desigualdades de gênero nos espaços de representação ainda constituem desafios para o movimento feminista, que historicamente reivindica o fim das desigualdades entre homens e mulheres, e para as democracias representativas, que necessitam contemplar a diversidade dos seus representados para sua consolidação.

Concluimos que a atuação sindical das mulheres é marcada pela crescente participação nos quadros de representação, mas que esta presença está condicionada à assunção de papéis que expressam os atributos definidos culturalmente como femininos, configurando-se na divisão sexual do trabalho sindical. Essa divisão de papéis contribui para criação de estereótipos de gênero do tipo: os homens são mais racionais, por isso são líderes naturais, e as mulheres são mais emotivas, por isso são pacificadoras. Não é por acaso que encontramos discursos de convocação das mulheres para a política que atribui a elas a função de “arrumar a política e o país”, assim como se deve arrumar uma casa.

Os desafios para consolidação da representação política das mulheres ainda são muitos. Mesmo após a criação de normas jurídicas e de discursos de igualdade entre homens e mulheres, ainda lidamos com a sub-representação feminina e com as desigualdades de gênero em nível cultural. O Persistente fenômeno da desigualdade de gênero requer mais do que a luta das mulheres nas ruas e nos espaços onde elas estão presentes, essa questão precisa ser institucionalizada, precisa se tornar uma questão de política pública.



## Referências bibliográficas

- ALEXANDER, Jeffrey C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13 n. 37, p. 5-31, 1998.
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) **Escritos de Educação**, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, p.67-69, 2001.
- BRASIL. Superior Tribunal Eleitoral. Lei dos Partidos Políticos. Lei n. 9.504 de 30 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>. Acesso em: 18 mai. 2020.
- BRASIL. Superior Tribunal Eleitoral. Lei n. 12.034 de 29 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>. Acesso em: 18 mai. 2020.
- BRÍGIDO, Carolina. Primeira Ministra do STF foi Criticada por Ambição Profissional. **Revista Época**, São Paulo, 08 de mar. de 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/primeira-ministra-do-stf-foi-criticada-por-ambicao-rofissional-23507638>.
- CORADINI, O. L. Escolarização, militantismo e mecanismos de participação política. In: HEREDIA, B. et al. (Org.) **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- CUNHA, Marina Silva; VASCONCELOS, Marcos Roberto. Fecundidade e participação



DELGADO, Maria Berenice Godinho. Mais Mulheres na Direção da CUT. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 139-147, 1996.

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL - FASUBRA. Disponível em: <http://www.fasubra.org.br/>.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça numa Era –Pós-Socialista. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14, p. 331-339, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Teoria Dos Movimentos Sociais Paradigmas. Clássicos e Contemporâneos. **Edições Loyola**. São Paulo, 1997.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos De Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

INTER-PARLAMENTARY UNION. **Gender equality**. Disponível em: <https://www.ipu.org/our-impact/gender-equality>. Acesso em: 15 mai. 2020.

MCADAM, Doug, PAULSEN, **Ronnelle**. **Specifying the relationship between social ties and activism**. Chicago: The University of Chicago, 1993.

No mercado de trabalho brasileiro. **Nova Economia**, v. 26 n.1, p.179-206, 2016.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. **Gender and Party Politics**. Londres: Sage, 1993.



OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de Oliveira. Posição de Classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 13, p. 49-77, 2010.

PASSARINHO, Nathália. Candidaturas laranjas: pesquisa inédita mostra quais partidos usaram mais mulheres para burlar cotas em 2018. **BBC News Brasil**, 08 de mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47446723>. Acesso em: 13 mar. 2020.

PETRARCA, Fernanda Rios. Atuação Profissional, Recursos Militantes e Lógicas de Engajamento no Jornalismo Ambiental no Rio Grande do Sul. **Comunicação e Política**, v. 26, n. 3, p. 27-54, 2008.

POCHMANN, Marcio. Desafios atuais do sindicalismo brasileiro. In: TOLEDO, Enrique de La Garza de (Org.). **Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina**, CLACSO, 2005, 224p. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101109030343/6pochmann.pdf>. Acesso em: 05 de nov. 2017.

PRÁ, Jussara dos Reis. Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Política das Mulheres. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 4, p. 15-35, 2013.

PRÁ, Jussara Reis; CHERON, Cibele. Gênero e Políticas Públicas na Ótica Feminista e dos Direitos Humanos. **Revista Educação e Cidadania**, n. 16, p. 55-70, 2014.

SANTOS, Verônica de Barros. **Condições de Acesso e Permanência das Mulheres no Movimento Sindical**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, p. 128. 2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - SINTUFS. Disponível em: <http://sintufs.org.br/>.



# Posfácio em forma de lembranças

Ernesto Seidl

A sociologia e, em especial, a história ensinam que toda lembrança é uma espécie de reinvenção, que aquilo que chamamos memória não é, nem de longe, um resgate de dados objetivos guardados na cabeça ou em outros registros. O filme de ficção *The Final Cut* (algo como “A Edição Final”), traduzido no Brasil por *Violação de Privacidade*, mostra uma sociedade em que chips poderiam ser implantados nas pessoas para posterior edição de suas memórias de acordo com conveniências. Entre muitas coisas interessantes, o enredo mostrava como as lembranças podem ser enganadoras: a cor da casa em que crescemos não era exatamente aquela que ficou em nossa cabeça; nunca fomos a certo lugar ao qual acreditamos ter ido; o tempo decorrido entre um evento e outro foi bem menor do que pensamos (e vice-versa), e por aí vai.

Por sugestão do professor Wilson de Oliveira, uma das atividades do LEPP era assistirmos a esse filme e, em seguida, discutirmos sobre as relações entre memória e narrativas biográficas. A leitura prévia do pequeno artigo *A Ilusão Biográfica*, de Pierre Bourdieu, serviria de ponto de partida ao debate. Lembro que éramos Wilson, Fernanda Petrarca e eu, além de vários alunos e alunas do Laboratório. Nunca tinha visto o filme e gostei muito. A discussão foi muito animada e acho que os professores até se empolgaram mais do que os alunos. Bem, esse filme, sim, eu já tinha visto antes!

Começo com esses registros por razões evidentes. Mas trago também um pouco de recordações e interpretações ainda mais antigas para situar a origem do LEPP, construir parte de sua memória desde o



comecinho e entender, enfim, como a presente coletânea se encaixa nisso tudo. Portanto, esse é um relato em tom muito pessoal.

Acho que há algumas contingências que ajudam a explicar as condições de criação e desenvolvimento bem-sucedido do grupo. E a primeira coisa são as questões materiais, físicas, o espaço. Desde minha primeira ida à UFS, por ocasião do concurso para professor de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais, em meados de 2005, conheci e me tornei bastante próximo da professora Tânia Elias Magno da Silva e de sua família. Recém-aposentada, Tânia ocupava metade de uma sala no mesmo prédio em que ficava o então Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, versão anterior do atual Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Lá ela coordenava o *Núcleo de Estudos e Pesquisas Itinerários Intelectuais, Imagem e Sociedade*.

Quando voltei a Aracaju após aprovação, meses mais tarde, Tânia disse que eu poderia utilizar a sala, que ela partilhava com o professor Eliano Lopes, também aposentado. Muito gentil, a colega ainda me convidou para integrar seu núcleo de pesquisa. Aceitei ambos os convites sem rodeios e comecei a usar o espaço de modo individual e coletivo. Algum tempo mais tarde Eliano retirou seu material da parte da sala que lhe cabia – a da frente – e deixou de usá-la. Combinei com Tânia que eu usaria aquele espaço. Não tenho certeza se àquela altura já havia LEPP. O detalhe é irrelevante. Não é um detalhe, no entanto, o fato de ter decidido criar um grupo de pesquisa apenas naquele momento, quando já dispunha de um espaço concreto e bastante razoável. Muito menos de optar por chamá-lo laboratório.



Menciono esses aspectos porque quero chamar a atenção para a importância de certas condições materiais que fazem muita diferença no trabalho científico. Uma sala, meia sala, um quarto de sala, um canto de sala – enfim, algum espaço físico que permita encontros, interações e, de preferência, também aloje instrumentos de trabalho – repito, faz muita diferença. Por mais minúscula que seja uma horta, ela precisa de um mínimo de terreno para cultivo. O LEPP teve sorte de dispor de um terreninho bastante razoável e, sobretudo, de contar com gente empenhada em cuidá-lo com dedicação.

A nomenclatura de laboratório também tem relação com um espaço físico. O motivo para chamá-lo desse modo, e não de núcleo ou grupo, deve-se em parte à ideia de que, embora as ciências sociais não sejam experimentais como as ciências naturais, elas se apoiam e se legitimam com base em atividades empíricas. Mesmo que muito distintas entre si, o cotidiano prático das ciências sociais não é tão distante daquele das ciências da natureza. De qualquer modo, se há laboratórios de matemática e de línguas, por que diabos não um de ciências sociais? Então, pronto!

O aspecto empírico que mencionei está de fato no coração da proposta do LEPP. Recordo bem ter enfatizado isso em reuniões iniciais com alunos e candidatos e sei que essa tônica se manteve. O propósito do grupo era e continua sendo produzir pesquisas e treinar jovens estudantes em todos os níveis como pesquisadores e pesquisadoras. Esse ponto era colocado em oposição sobretudo às ideias como fazer debates, discutir textos, ser um grupo de estudo,



cultivar ensaísmos, teoricismos, diletantismos e, importante dizer, militâncias. Naquelas mesmas ocasiões procurava transmitir outra ideia que aprendi tardiamente, o que se tornou muito cara para mim: a de que o ofício de cientista social não tem nenhum charme. Ao contrário, é algo prosaico, sem enfeites ou perfumes. Insistia nisso para tentar quebrar representações fantasiosas da carreira como algo deslumbrante, que remete àquela figura do intelectual de ar misterioso, aura de sábio e capaz de revelar segredos (em geral vestindo um blazer com couro nos cotovelos e um cachimbo). Nada! Procurava minimizar o desapontamento de muitos dos alunos tentando dizer da beleza de se construir um objeto de pesquisa interessante, fazer uma investigação com desafios e descobertas próprias e revelar resultados que explicam algum fenômeno. Basta folhear a presente coletânea para encontrar esse espírito. Que não é meu, obviamente, mas do Laboratório de Estudos do Poder e da Política!

A primeira (e curta) etapa do LEPP, de 2007 a 2009, foi a de um grupo pequeno, de apenas um professor - com muito a aprender - e alguns alunos, no clássico esquema de orientandos bolsistas de iniciação científica, monografia, mestrandas e doutorandos. Mas já tinha uma boa cara de grupo, sem dúvida. E muito disso se deve, novamente, às condições de trabalho. Além disso, a disponibilidade de bolsas de iniciação (CNPq, FAPITEC, UFS) e financiamentos a projetos de pesquisa foram combustível essencial para essa constituição estável. Não é novidade que o apoio material e financeiro



tem papel muito central no engajamento de jovens estudantes, cujos investimentos ou não em atividades de pesquisa também são construídos com base em retribuições materiais.

Nesse ponto, o contexto de criação e desenvolvimento do Laboratório foi bem favorável. O ensino superior federal se expandia de modo acelerado, a UFS crescia muito e atraía pesquisadores de muitos lugares, as agências de financiamento eram atuantes, incluindo a Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC). Era um período animador para quem estava na carreira acadêmica ou pensava nela com seriedade. É duro pensar que há não muitos anos vivíamos o oposto exato do que temos vivenciado nos últimos dois ou três anos! A maré era bem outra.

Foi naquele ambiente otimista, de maré alta, que em 2009 chegaram os colegas Fernanda Petrarca e Wilson de Oliveira, atuais timoneiros. Ali começou a segunda etapa do LEPP, vitaminado e com outra cara com o reforço que recebeu. Como eu, eles vinham do extremo sul do Brasil (embora Wilson seja baiano) e já nos conhecíamos bem dos tempos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde tivemos formação bastante semelhante, apesar de três titulações diferentes: Fernanda em Sociologia, Wilson em Antropologia e eu em Ciência Política. A incorporação do animado casal ao grupo foi, portanto, mais do que natural e colocou tudo em outra voltagem. Junto com a parceria acadêmica, uma forte amizade se estruturou entre nós e um bom chimarrão nunca faltou. Para alguns, o trio parecia uma espécie de máfia!



Com essa configuração, o LEPP ganhou os contornos gerais que ainda mantém. Sem preocupação com fronteiras disciplinares, focado em pesquisas empíricas e atento a práticas de centros de reputação, desenhou-se um grupo interessado numa agenda bastante ampla de investigação, cujos vetores eram os estudos de grupos dirigentes, de elites profissionais e de processos de engajamento e de militância.

Com as novas aquisições gaúchas, muita energia, mil ideias, iniciativas, cooperações, tudo mais do que triplicou com rapidez. Isso se refletiu no fortalecimento de parcerias com outros centros de pesquisa e de criação de novas redes, a participação em projetos de cooperação interinstitucional, a circulação de membros do Laboratório, enfim, uma série de trocas acadêmicas essenciais à formação e desenvolvimento de pesquisadores. Menciono, em especial, o intenso intercâmbio com colegas da UFRGS, do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA), do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (UFPR), da PUC/RS, do FOCUS (UNICAMP) e do NESPOM (UFSCAR). A esses se somaram diversos novos interlocutores, no Brasil e no exterior.

Em 2014 me transferi para a Universidade Federal de Santa Catarina. Mas tenho acompanhado o grupo desde então. Sei que cresceu, ampliou-se e tem uma atuação notável. É um dos principais grupos de pesquisa da Universidade Federal de Sergipe. A quantidade de produções de integrantes do LEPP impressiona, assim como o número de pesquisadores e pesquisadoras que buscam o grupo e lá



se formam. O material dessa coletânea é exemplo de apenas uma das muitas fornadas de seus integrantes. Não poderia ser melhor motivação para futuros interessados, na minha opinião.

Escrever esse texto me trouxe muita alegria e também boa dose de nostalgia, preciso admitir. Foi uma bela forma de reviver e reavivar meus laços de ofício e de amizade com a turma do LEPP. Obrigado. Meu grande abraço e até uma próxima.

Florianópolis, janeiro de 2021.



## Sobre as autoras e os autores

**Adriélma Silveira Fortuna dos Santos** – Doutora e mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela mesma instituição e especialista em Educação Empreendedora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É pesquisadora no Laboratório do Estudo do Poder e da Política desde 2011. Áreas de interesse: Sociologia dos movimentos sociais; Sociologia da política; Sociologia das organizações. E-mail: [adrielmac.s@gmail.com](mailto:adrielmac.s@gmail.com)

**Alex Menezes de Carvalho** – Possui licenciatura em História (2010), mestrado em Sociologia (2013) e doutorado em Sociologia (2018), todos pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente é pesquisador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP) da mesma universidade. Tem experiência nas áreas de Sociologia, Ciência Política e História, com ênfase em “Sociologia Política” e em “Sociologia dos Grupos Profissionais”. E-mail: [max\\_alex86@hotmail.com](mailto:max_alex86@hotmail.com)

**Fagner dos Santos Bomfim** – Aluno do Curso de Doutorado em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS). Membro do Laboratório dos Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). E-mail: [bsfg19@hotmail.com](mailto:bsfg19@hotmail.com); twitter: @FagnerBomfim.

**Fernanda Rios Petrarca** – Professora do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da UFS. Possui Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (2000), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), douto-



rado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007) e Pós-doutorado em Ciência Política pela Università di Pisa, Itália (2019). É líder do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). Atua na área de Sociologia Política, com o desenvolvimento de pesquisas nos seguintes temas: atuação profissional, engajamento político profissional, corrupção, formação de grupos profissionais, elites profissionais, usos da formação universitária, jornalismo e mídia. E-mail: [fernandarpetrarca@gmail.com](mailto:fernandarpetrarca@gmail.com)

**Jonatha Vasconcelos Santos** – Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (2021). É mestre em Sociologia (2017), bacharel (2015) e licenciado (2016) em Ciências Sociais pela mesma instituição. É Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio (2019) pela Universidade Federal da Bahia. Integra, como pesquisador, o Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS) desde 2012. Foi colaborador da rede de pesquisa Democracia e Participação em 2019. Áreas de interesse: Sociologia da Política e da Ação Coletiva; Cidadania e Democracia; Eventos de Protestos e Mobilizações; Engajamento e Ativismo; Teoria Sociológica. E-mail: [vasconcelos.jonatha@gmail.com](mailto:vasconcelos.jonatha@gmail.com)

**Karina Garcia Cruz** – Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS, 2020); Mestra em Sociologia (UFS, 2015); Pós-Graduada em Gestão de Pessoas: Carreiras, Liderança e Coaching pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCSUL, 2020); graduada no Bacharelado de Comunicação Social- Jornalismo (UFS, 2012). Atualmente está como Professora



no Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU/Aracaju). Concentra-se na área de estudos de Sociologia dos Grupos Profissionais, com ênfase em Habilidades e Estratégias de Elites Profissionais; estudos de Alta Performance, Inteligência Emocional, Liderança e Habilidades Profissionais do Futuro. Em fase de desenvolvimento do campo da Sociologia e da Comunicação da Moda no Brasil, com ênfase nos estudos da indústria da moda, tipos de consumo, divisão do trabalho, habilidades de carreira de modelo e elites da moda. Integra o Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP-UFS)). Email: [karinagarciaufs@yahoo.com.br](mailto:karinagarciaufs@yahoo.com.br)

**Mayara Silva Nascimento** – Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora do Centro Universitário AGES. Atua com pesquisas relacionadas à construção de políticas públicas ambientais, o “Estado em ação” e Administração Pública. E-mail: [msnascimento2013@gmail.com](mailto:msnascimento2013@gmail.com)

**Saulo Vinicius Souza Barbosa** – Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. É mestre em Sociologia (2019) e graduado em História (2016) pela mesma instituição. Integra, como pesquisador, o Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS) desde 2018. Foi colaborador no Laboratório de Tecnologia Social e Mídias Digitais do Observatório da Democracia (UFS), entre 2018 e 2019. Áreas de interesse: Sociologia da Política e das Elites; Cidadania e Democracia; Internet, mídias sociais e política; Teoria Sociológica e Epistemologia da Sociologia. E-mail: [saulo.vinicius93@gmail.com](mailto:saulo.vinicius93@gmail.com)



**Verônica de Barros Santos** – Possui graduação em Educação Física Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (2008). Possui pós-graduação em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Estácio de Sergipe (2012). Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (2018) com pesquisa na área de gênero e movimento sindical. Atua como pesquisadora do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP) nos projetos de pesquisa: Etnografia Política das Causas, Protestos e Ações Públicas e, Etnografia Política da Defesa de Causas e dos Protestos Públicos. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe com o projeto de tese sobre ativismo e violência doméstica.

**Wilson José Ferreira de Oliveira** – Professor do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e dos Programas de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e em Antropologia (PPGA) da UFS. Possui bacharelado (1991) e licenciatura (1995) em Ciências Sociais, mestrado em Sociologia (1995) e doutorado em Antropologia Social (2005), todos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pós-doutorado (2018-2019) na *Scuola Normale Superiore de Firenze*, Itália com a profa. Donatella Della Porta. É vice-líder do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS). Tem experiência na área de Etnografia Política, desenvolvendo pesquisas sobre a gênese e a diversificação das formas de ação coletiva em suas relações com o Estado e a administração pública, com os grupos políticos e as organizações partidárias. Sua agenda de pesquisa tem se voltado para o estudo dos movimentos sociais e associativismo, dos protestos e



mobilizações anticorrupção, do ativismo digital, das práticas estatais e ações públicas, da violência doméstica, do sistema de alianças, das eleições, dos grupos políticos, das organizações partidárias, do ambientalismo. E-mail: [etnografia.politica@gmail.com](mailto:etnografia.politica@gmail.com)

### O LEPP na rede

Além dos trabalhos reunidos aqui, é possível acompanhar as atividades e pesquisas do *Laboratório de Estudos do Poder e da Política* (LEPP) através da Internet. Nas mídias sociais, o LEPP está presente no *Twitter* (@leppufs), no *Instagram* (@leppufs) e *Facebook* (@leppufs). Além disso, podemos ser encontrados em nosso site (<https://leppufs.wordpress.com/>) e contatados através de nosso e-mail ([leppufs@gmail.com](mailto:leppufs@gmail.com)). Acesse e siga nossos canais para ficar por dentro de nossos trabalhos!



